

Andrea Azevedo Pinho

**Mulheres e Carreiras Políticas no Poder Executivo:
representação e gênero nas eleições estaduais e
municipais brasileiras**

Brasília, Julho de 2011
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – Ipol

Mulheres e Carreiras Políticas no Poder Executivo: representação e gênero nas eleições estaduais e municipais brasileiras

Autora: Andrea Azevedo Pinho

Dissertação de mestrado elaborada pela aluna Andrea Azevedo Pinho, matrícula 09/0017943, como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília, Brasília, Brasil, sob a orientação do Professor Doutor Luis Felipe Miguel.

Brasília, Julho de 2011
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciência Política – Ipol

PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mulheres e Carreiras Políticas no Poder Executivo:
representação e gênero nas eleições estaduais e
municipais brasileiras

Autora: Andrea Azevedo Pinho

Orientador: Prof. Dr. Luis Felipe Miguel

Banca: Prof^ª. Dra. Flávia Biroli, IPOL/UnB
Prof^ª. Dra. Débora Messenberg, ICS/UnB

Dedico esse trabalho a minha
sobrinha, Nina, que ainda não
nasceu, mas que já faz a minha vida
muito mais bonita.

“[...] Pour comprendre le monde, il faut parfois se détourner;
pour mieux servir les hommes, les tenir un moment à distance.
Mais où trouver la solitude nécessaire à la force,
la longue respiration où l’esprit se rassemble
et le courage se mesure.[...]”
Albert Camus, “Le Minotaure ou la
halte d’Oran”, em *L’Eté*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe pela imensa paciência e pela energia que eu invejo e não consigo explicar.

Agradeço a minha família, inclusive a família agregada, pela constância.

Agradeço ao meu orientador pela, igualmente, imensa paciência e pelo exemplar apoio acadêmico, que me trouxe desde a graduação até esse momento.

Agradeço aos meus amigos, que estiveram sempre comigo, e que sem o apoio moral e sem o afeto eu não teria forças para continuar. Aos mestrandos, Rafael, Nadja, Raquel, Marcelo, agradeço, especialmente, pela cumplicidade que só quem está nesse processo pode ter. Aos que não estavam nessa, LÍlian, Aline, Mariana, Pedro, Maisa, Mayra, obrigado por agüentar a inconstância.

Agradeço aos colegas de mestrado e aos colegas de trabalho, pelas oportunidades de discutir e refletir.

Agradeço aos maravilhosos professores e professoras que tive durante os quase sete anos na Universidade de Brasília, nominalmente, a professora Flávia Biroli, e também aos funcionários e funcionárias dessa instituição que foi a minha casa – não a segunda, mas a primeira – durante esses anos de graduação e pós-graduação.

RESUMO

O trabalho apresenta uma discussão sobre a construção das trajetórias políticas de homens e mulheres que concorrem para cargos eletivos no poder executivo subnacional nas eleições de 2006 e 2008 a partir de uma perspectiva constitutiva do conceito de representação política. O trabalho analisa os elementos constitutivos das carreiras políticas como indicativos das possibilidades e das limitações à mobilização das identidades políticas das mulheres enquanto grupo no campo político considerando a importância dos processos eleitorais na mobilização e articulação de identidades políticas.

A análise das trajetórias políticas permitiu questionar as especificidades da representação política no âmbito do poder executivo e os elementos que conformam a disputa pelos cargos nesse nível. A pesquisa destaca o perfil das candidatas e os principais elementos de diferenciação das carreiras políticas das mulheres na disputa por tais cargos no país, e a partir disso os principais constrangimentos à representação política das mulheres no campo político.

Palavras-chave: representação política, gênero, poder executivo, carreira política.

ABSTRACT

This research presents an analysis of the political carriers from men and women running for elective posts for executive offices in the subnational level on the elections of 2006 and 2008. This analysis is made considering a constitutive perspective on the concept of political representation. The research takes the constitutive elements of the political carriers analysed as indications of the possibilities and constrains of political mobilization of women's identities in the political field. It considers the importance of the electoral processes in the mobilization and articulation of political identities.

Based on the analysis of the political carriers the research also highlights the specificities of political representation on the executive level and the elements that define the political dispute for those posts in different levels of the subnational political powers. The research emphasizes the identification of constrains to women's political representation based on their trajectories on the dispute for those positions.

Key-words: political representation, gender, executive power, political carriers.

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

CAPÍTULO 1

| | |
|--|----|
| Gráfico 1.A: Divisão das candidaturas municipais e estaduais por sexo..... | 27 |
| Gráfico 1.B: Distribuição da áreas de formação das candidaturas municipais e estaduais por sexo..... | 28 |
| Gráfico 1.C: Distribuição das 10 profissões mais citadas por sexo das candidaturas municipais e estaduais..... | 30 |
| Tabela 1.1: Distribuição por sexo da categoria “professor” entre candidaturas municipais e estaduais..... | 28 |
| Tabela 1.2: Nível de escolaridade por sexo das candidaturas municipais e estaduais...30 | |
| Tabela 1.3: Distribuição das 10 profissões mais citadas entre candidatos e candidatas e eleitos e eleitas municipais e estaduais..... | 31 |

CAPÍTULO 2

| | |
|---|----|
| Gráfico 2.A: Distribuição de Capital Econômico nas candidaturas a cargos no Poder Executivo Estadual e Municipal..... | 64 |
| Gráfico 2.B: Média de Idades por tipo de candidatura e nível federativo | 74 |
| Tabela 2.1: Distribuição do capital midiático adquirido por atuação na mídia entre as candidaturas em nível municipal e estadual | 65 |
| Tabela 2.2: Distribuição do capital midiático adquirido por atuação na mídia por eleitos e eleitas em nível municipal e estadual | 66 |
| Tabela 2.3: Distribuição da participação e posição em movimento sindical entre as candidaturas por nível federativo | 66 |
| Tabela Tabela 2.4: Participação em movimento social por candidatura e nível federativo..... | 67 |
| Tabela 2.5: Distribuição das candidaturas por tipo de movimento social..... | 68 |
| Tabela 2.6: Capital familiar das candidaturas por grau de parentesco..... | 68 |
| Tabela 2.7: Nível de Escolaridade por tipo de candidatura e nível federativo | 75 |
| Tabela 2.8: Área de Formação por tipo de candidatura e nível federativo..... | 76 |
| Tabela 2.9: 10 profissões mais citadas por tipo de candidatura e nível federativo | 77 |

CAPÍTULO 3

| | |
|---|-----|
| Tabela 3.2.1: Distribuição das candidaturas por sexo e nível federativo | 97 |
| Tabela 3.2.2 : Média de idade das candidaturas por nível federativo | 99 |
| Tabela 3.2.3: Distribuição das candidaturas por sexo segundo nível federativo..... | 100 |
| Tabela 3.2.4: Distribuição do capital econômico por sexo das candidaturas..... | 102 |
| Tabela 3.2.5: Distribuição do capital midiático por sexo das candidaturas..... | 103 |
| Tabela 3.2.6: Distribuição das candidaturas por sexo segundo atuação em veículo de mídia..... | 103 |
| Tabela 3.2.7: Distribuição das candidaturas por sexo segundo a participação em movimentos sociais..... | 104 |
| Tabela 3.2.8: Distribuição das candidaturas por sexo das 10 profissões mais citadas. | 106 |
| Tabela 3.2.9: Distribuição das candidaturas por sexo das áreas de formação..... | 107 |
| Tabela 3.2.10: Distribuição das médias de votação por sexo segundo as candidaturas por nível federativo..... | 108 |
| Tabela 3.2.11: Distribuição das candidaturas por categoria de competitividade e nível federativo..... | 109 |
| | |
| Tabela 3.3.1: Percentual de filiados por sexo entre os cinco maiores partidos do país em 2007..... | 110 |
| Tabela 3.3.2: Distribuição das candidaturas por sexo em nível estadual..... | 111 |
| Tabela 3.3.3: Distribuição das candidaturas por sexo em nível municipal..... | 113 |
| Tabela 3.3.4: Média geral de votação por sexo em nível municipal..... | 115 |
| Tabela 3.3.5: Média geral de votação por sexo em nível estadual..... | 116 |
| | |
| Tabela 3.4.1: Distribuição das candidaturas por sexo em nível federativo das relações familiares..... | 118 |
| Tabela 3.4.2: Distribuição dos eleitos e eleitas por sexo em nível federativo das relações familiares..... | 119 |
| Tabela 3.4.3: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo posição ideológica..... | 120 |
| Tabela 3.4.4: Distribuição das candidaturas por parentesco por região..... | 121 |
| Tabela 3.4.5: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo capital midiático..... | 122 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 2.4.6: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo capital econômico..... | 122 |
| Tabela 3.5.1: Distribuição das candidaturas por sexo segundo ocupação de cargos políticos..... | 124 |
| Tabela 3.5.2: Distribuição dos eleitos e eleitas por sexo segundo ocupação de cargos políticos..... | 124 |
| Tabela 3.5.3: Cargos políticos já ocupados segundo sexo das candidaturas..... | 125 |
| Tabela 3.5.4: Cargos políticos ocupados por eleitos e eleitas em nível municipal..... | 126 |
| Tabela 3.5.5: Cargos políticos ocupados por eleitos e eleitas em nível estadual..... | 126 |
| Tabela 3.5.6: Cargos ocupados por candidatura segundo cargos ocupados pelos familiares por nível federativo..... | 127 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | 11 |
| Capítulo I | 18 |
| <i>1.1. Discutindo a subrepresentação: perspectivas do feminismo liberal.....</i> | <i>18</i> |
| <i>1.2. Discutindo a subrepresentação: a crítica ao feminismo liberal.....</i> | <i>33</i> |
| <i>1.3. Discutindo a subrepresentação: as mulheres enquanto grupo (experiências comuns possíveis?).....</i> | <i>39</i> |
| <i>1.4. Representação: relação constitutiva.....</i> | <i>54</i> |
| Capítulo II..... | 58 |
| <i>2.1. Campo político e inclusão: dominação simbólica como desafio à representação.....</i> | <i>59</i> |
| <i>2.2. Divisão de poderes.....</i> | <i>79</i> |
| <i>2.3. Mecanismos de seletividade de gênero.....</i> | <i>88</i> |
| Capítulo III..... | 92 |
| <i>3.1. Arranjos metodológicos.....</i> | <i>93</i> |
| <i>3.2. Perfil Geral das Candidaturas.....</i> | <i>97</i> |
| <i>3.3 Partidos Políticos.....</i> | <i>109</i> |
| <i>3.4 Relações Familiares.....</i> | <i>117</i> |
| <i>3.5 Cargos Públicos Ocupados.....</i> | <i>123</i> |
| <i>3.6 Considerações finais.....</i> | <i>128</i> |
| Conclusão..... | 130 |
| Referências Bibliográficas..... | 141 |
| Anexos..... | 146 |

INTRODUÇÃO

“Ser mulher neste lugar é ser uma ferida que nunca fecha. Mesmo que forme cicatriz, o abcesso continua sempre por baixo.”

Toni Morisson, *Compaixão*.

Esse trabalho analisa os principais elementos constitutivos das carreiras políticas de homens e mulheres competindo para postos em cargos eletivos no poder executivo subnacional brasileiro nas eleições estaduais de 2006 e municipais nas capitais de estado em 2008 a partir de uma perspectiva constitutiva da representação política. A investigação está centrada na identificação daqueles elementos centrais na construção do capital político de homens e mulheres referentes aos cargos eletivos para o poder executivo em nível subnacional no país. A partir dessa identificação, será analisado o papel desses elementos no desenvolvimento das carreiras sob o enfoque dos constrangimentos de gênero que podem ser percebidos no desenvolvimento dessas trajetórias. A representação política aqui é entendida como uma relação constitutiva, que abre possibilidades de mobilização das diversas identidades possíveis de gênero, permitindo um questionamento desses elementos das trajetórias políticas que excluem as mulheres do campo de disputas políticas.

A proposta de revisão das discussões tradicionais na teoria política moderna e contemporânea que a teoria política feminista propõe culmina em novas formas de abordar algumas questões que constituem a base do debate da teoria política, como, no caso desse trabalho, o conceito de representação. As diferentes abordagens da crítica feminista se desenvolvem a partir de perspectivas diferenciadas, orientadas não apenas pelas demandas da igualdade de gênero, mas também por diferentes perspectivas sobre o conceito de política, que influem na concepção de como as demandas por igualdade podem ser alcançadas. A partir de algumas dessas críticas buscou-se compreender como esses conceitos, revistos, podem ajudar a compreender a dinâmica da exclusão de grupos subalternizados, como as mulheres, dos espaços políticos de representação formal.

A base empírica do trabalho está baseada na pesquisa “Carreira política no Brasil” (Miguel, 2008), que tem como objetivo mapear os principais elementos do

capital político de homens e mulheres nos poderes legislativos e executivos no Brasil, em diferentes níveis. No que se refere especificamente a esse trabalho, a pesquisa empírica cobriu as candidaturas a cargos eletivos no poder executivo de estados nas eleições de 2006 e capitais de estados brasileiros nas eleições de 2008.

O mapeamento proposto pela pesquisa é amplo, abrangendo a formação das carreiras políticas de homens e mulheres para cargos executivos em diferentes regiões do país e níveis de poder. A análise das carreiras de homens e mulheres possibilita que se construa um referencial para análises das carreiras políticas das mulheres no país em face das carreiras políticas dos homens, e em diferentes níveis de poder. A escolha do corte em relação ao poder executivo em diferentes níveis também se deve a essa abertura possibilitada por uma análise comparativa, já que o projeto principal tem como justificativa mapear e analisar a formação do capital político dos ocupantes de cargos nos níveis estaduais e municipais no poder legislativo.

À luz da crítica feminista à representação formal, centrada no fato da subrepresentação das mulheres nos espaços de poder na maioria dos países, esse trabalho busca mostrar como a subrepresentação das mulheres tem origens muito mais complexas do que sugere uma análise apenas quantitativa da questão. No caso brasileiro, especificamente, as mulheres se tornaram a maioria do eleitoral nacional no ano 2000. Representando, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições de 2010, 51,8% do eleitorado nacional, num universo de mais de 130 milhões de eleitores do país, as mulheres ainda são um grupo subrepresentado tanto no poder legislativo quanto no poder executivo no Brasil. Apesar do crescimento do número de mulheres votantes, essa evolução não é acompanhada por um maior número de mulheres ocupando cargos públicos eletivos, seja na disputa com base em um sistema proporcional, como é o caso dos cargos para o legislativo, seja no âmbito das disputas majoritárias, para os cargos do poder executivo.

Dados das Nações Unidas mostram que o número de mulheres em cargos eletivos para câmaras baixas, numa média global, passou de 8% para 18,2% nos últimos 10 anos, enquanto, no Brasil, mesmo com a lei de cotas, não superou os 10% de representação¹ no nível das câmaras baixas. O Brasil ainda está distante da média de representação de mulheres na América Latina, que ultrapassa os 20%, o que ainda está distante da estimativa mínima de proporcionalidade na representação das mulheres

¹ Considerando o percentual de mulheres membros de Câmaras baixas ou parlamentos únicos.

(índices de proporcionalidade em cargos eletivos para Câmaras baixas ou parlamentos únicos entre 40% e 60%). Segundo essas estimativas, e considerando o ritmo atual de crescimento, apenas no ano de 2045 esse nível seria alcançado (UNIFEM, 2009:17). Esses dados reforçam a necessidade de se pensar essa condição como um problema a ser questionado a partir de uma perspectiva que incorpore os efeitos estruturais dos constrangimentos de gênero na vida política. A discussão deve ir além do discurso da baixa competitividade das mulheres – deslocando, assim, o foco do problema do “indivíduo pouco competitivo” para a estrutura de competição no qual ele ou ela está inserido ou inserida.

Os dados do TSE mostram que, nas últimas cinco eleições legislativas, até 2010, o número de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados no Brasil cresceu de 6,2%, em 1994, para 8,7%, em 2006, e, proporcionalmente, se manteve estável, mesmo com a eleição de 45 deputadas em 2010 (contra 46 em 2006). Considere-se que, nas eleições de 1998, já estava em vigor lei referente às cotas eleitorais por sexo nas eleições proporcionais, que não se mostraram efetivas para promover o aumento da participação em nível federal. Curiosamente, nesse mesmo ano de 1998 foi constatada a única baixa desse quantitativo no período, que voltou a crescer timidamente nos outros dois pleitos, e se mantém abaixo dos 10% em 2010. No que se refere aos cargos executivos, tomando como base as candidaturas das mulheres aos governos estaduais dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal das eleições de 1994 àquelas de 2006 o número de mulheres candidatas dobrou, indo de 13 a 26 candidaturas em um período de 12 anos, mas voltou a cair em 2010, com apenas 16 candidatas concorrendo para os governos de estados.

Proporcionalmente ao número total de candidaturas, vemos que em 1994 as mulheres eram 9,7% das candidaturas, enquanto que em 2006, quando dobram o número de candidaturas, representavam apenas 12,6% desse total. Se pensarmos, ainda, nas mulheres que obtiveram êxito em suas candidaturas, ou seja, se elegeram aos cargos pleiteados, esse número torna-se ainda menor: Roseana Sarney, filha do ex-presidente José Sarney, foi a primeira mulher eleita governadora de Estado no Brasil, e única, em 1994, sendo reeleita, em 1998, no Maranhão. No pleito de 2002, duas mulheres alcançaram o cargo de governadoras, Rosinha Matheus, no Rio de Janeiro, e Wilma de Farias, no Rio Grande do Norte. No caso, ambas possuíam vivência na vida política de seus estados devido a seus cônjuges: Anthony Garotinho e Lavoisier Maia, ambos ex-governadores dos mesmos estados em que venceram as governadoras. No ano de 2006,

foram 3 eleitas ao cargo (maior número de candidatas eleitas para governas estaduais desde a redemocratização): Wilma de Farias, reeleita pelo estado do Rio Grande do Norte; Ana Júlia Carepa, no Pará; e Yeda Crusius, no Rio Grande do Sul. Essas duas últimas candidatas, ao contrário daquelas eleitas em 2002, tiveram trajetórias políticas distanciadas de suas relações familiares, mas ligadas ao movimento sindical, no caso de Carepa, e à carreira partidária, e profissional no caso de Crusius. Em 2010, Roseana Sarney foi reeleita para o governo do Maranhão (governava o estado desde 2008 com a impugnação da candidatura de Jacques Lago, para o qual perdera a disputa em 2006) e Rosalba Ciarlini, também política de carreira partidária, mas com algumas ligações políticas na vida familiar, vence a disputa para o governo do Rio Grande do Norte.

Nas eleições municipais, em 2004, as mulheres representavam 9,5% das candidaturas, 1.501 candidatas num total de 15.746 concorrentes. Em 2004, eram 28 as candidatas para as capitais de estados, sendo que apenas Luizianne Lins, pelo PT, em Fortaleza, e Teresa Jucá, pelo PPS, em Boa Vista, foram eleitas. O número de capitais que tiveram candidatas mulheres caiu de 2004 para 2008. Em comparação ao ano de 2004, em que foram vinte as capitais com candidatas à prefeitura municipal, em 2008, esse número caiu para dezessete cidades. Em 2008, as mulheres passaram a representar 10,3% das candidaturas entre as 15.619 prefeituras disputadas. Na disputa pelas prefeituras de capitais pelo país nessas eleições, as mulheres eram apenas 29 entre as 173 candidaturas apresentadas para as 26 capitais brasileiras. No primeiro turno desse pleito, apenas duas foram eleitas (Luizianne Lins, reeleita pelo PT, em Fortaleza, e Micarla de Souza, pelo PV, em Natal), enquanto apenas 2 dessas 29 candidatas conseguiram passar ao segundo turno (Marta Suplicy, pelo PT, em São Paulo, e Maria do Rosário, também pelo PT, em Porto Alegre).

A questão que orienta as discussões dessa pesquisa se concentra na possibilidade de se analisar a relação entre as competências relativas ao poder executivo e os arranjos da vida política que culminam na disputa eleitoral: quais são os elementos constitutivos da carreira política de homens e mulheres que concorrem a cargos no poder executivo estadual e municipal (nas capitais brasileiras)? A análise das carreiras políticas é tomada como uma forma de compreender a expressão e consolidação de práticas e de padrões de representatividade no campo político. Da mesma forma, também pretende compreender como alguns elementos que podem definir (e, da mesma forma, subverter) critérios de elegibilidade e competitividade nesse campo também

podem limitar a representação efetiva de alguns grupos, sobretudo no que se refere aos constrangimentos com origem no gênero.

As determinantes de gênero não estão, necessariamente, apenas no campo político, e podem ser tomadas como espaços de possibilidades estratégicas de competitividade (FOX e OXLEY, 2003; HUDDY e TERKILDSEN, 1993) com base nas diferenças de gênero. Contudo, esses espaços estratégicos também devem ser analisados como possíveis limitantes ao acesso das mulheres a determinados campos de ação dentro do campo político, questionando a possibilidade de competição nesse campo e da própria estrutura que estabelece os termos da competição política a partir desses espaços. Essa limitação é tomada nos autores apresentados nesse trabalho como um elemento estrutural da construção do conceito de representação formal, que baseada num referencial masculino, determina espaços e comportamentos em diversos campos da vida social, e que se refletem, e também se alojam, no campo político.

Nesse sentido, o objetivo principal desse trabalho está na identificação dessas determinantes e numa reflexão sobre elas a partir dos elementos que a teoria política feminista traz em relação aos dois principais temas que a pesquisa mobiliza: a representação política formal e a divisão dos poderes do Estado enquanto divisões de competência (e atributos relativos a ele) e de práticas na realidade institucional brasileira. Tomar a representação política formal a partir de uma perspectiva crítica e analisar seu potencial constitutivo nos processos representativos tem uma importância central neste trabalho, porque permite questionar a representação formal, no caso, no poder executivo, como um espaço de demanda por igualdade de gênero muito mais substancial do que se supõe quando se toma o poder executivo como o espaço reservado ao gerenciamento e administração das coisas de Estado. Questionar a subrepresentação das mulheres no poder executivo é também questionar os arranjos que definem o que é próprio poder executivo: quais características determinadas pelas competências necessárias para se ocupar um cargo nesse poder, e, também, quais os impeditivos – na hipótese desse trabalho, os referenciais de gênero.

O trabalho está estruturado em três capítulos. Os três capítulos estão permeados pelos dados da pesquisa, conquanto exista um capítulo voltado apenas para a análise desses dados. Os dois primeiros capítulos estão centrados na discussão dos principais aportes teóricos à discussão, e utilizam as referências da investigação empírica sobre as determinantes de gênero como barreiras à ascensão política das mulheres no poder executivo (e as limitantes à ascensão determinada pela trajetória no campo político

como um todo) para o desenvolvimento teórico proposto. Nesse sentido, duas grandes linhas de análise e de argumentação são desenvolvidas: a busca, na teoria política feminista, de uma justificativa para a inclusão das mulheres na vida política pelo caráter constitutivo da representação política formal; e como a discussão sobre representação a partir do conceito de campo político pode enriquecer e contribuir para compreender a representação política como relação constitutiva.

O primeiro capítulo se concentra em discutir os diferentes aportes da teoria política feminista à questão da representação das mulheres. A partir da análise de algumas das diferentes vertentes do pensamento feminista da discussão teórica sobre o tema da representação numa perspectiva de gênero, esse capítulo busca apresentar algumas das possíveis respostas às questões centrais para justificar a inserção das mulheres no campo político: o que significa representar as mulheres e por que essa representação, especificamente, deve ser defendida? Optando pela defesa da instituição da representação formal, a representação política é defendida como espaço de constituição das identidades políticas, estratégica para a mobilização de grupos políticos subalternizados, e por isso a inserção das mulheres no campo político é necessária para que se articulem as diversas identidades políticas existentes dentro desse grupo.

O segundo capítulo discute o conceito de campo político e a importância de se compreender a dinâmica de seu funcionamento, considerando este enquanto o espaço de disputas pela definição do que é legítimo em termos do que deve ser representado no próprio campo, e tomando o poder executivo como um sub-campo dentro dessa esfera de compreensão do político. Assim, põe em discussão a legitimidade da instituição da representação política formal como recurso substantivo de representatividade a partir da premissa da democracia concorrencial, levando em consideração, para isso, a necessidade de se questionarem as diversas formas de constrangimentos, materiais e simbólicas, dessa instituição política. Nesse capítulo, leva-se em conta, ainda, a peculiaridade do poder executivo enquanto espaço de representação política, e a importância de se analisarem os elementos diferenciados que constituem esse sub-campo político em relação ao gênero.

O terceiro capítulo apresenta os dados referentes à pesquisa empírica, assim como a justificativa metodológica do trabalho. Está dividido em quatro grandes seções, a partir das principais indicações teóricas sobre a entrada de homens e mulheres no

campo político: perfil geral das candidaturas; partidos políticos; relações familiares; e cargos públicos ocupados. Nesse sentido, a partir das discussões desenvolvidas nos capítulos anteriores, foi possível desenvolver algumas discussões sobre qual o papel desses elementos na trajetória política de homens e mulheres para cargos no poder executivo, e levantar possíveis indicações para desenvolvimentos futuros na pesquisa em gênero e representação política no Brasil.

CAPÍTULO I

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

Sub-representação, representação de grupos e potencial constitutivo da representação

“Estou extremamente interessado nas revoluções, mas creio que as verdadeiras revoluções do meu tempo não foram as mudanças de governo ou de pessoal nas instituições públicas, senão as revoluções nos sentimentos e nas opiniões, muito mais difíceis de analisar.”

Susan Sontag, *O benfeitor*.

O objetivo desse capítulo é, a partir do problema da sub-representação das mulheres nos espaços de representação formal, discutir as diferentes justificativas, dentro da teoria política feminista, para a inclusão das mulheres nesses espaços políticos. Por meio dos diferentes argumentos apresentados pela crítica feminista ao conceito de representação política que podem ser identificados nessas justificativas, pretendo argumentar pela possibilidade de se questionar a representação política como espaço em potencial para a articulação e mobilização de diferenças e de perspectivas de grupos subalternizados no campo político, destacando a centralidade dessa instituição política como espaço possível de transformação social.

1.1 Discutindo a subrepresentação: perspectivas do feminismo liberal

Este capítulo tem como objetivo discutir as diversas formas de compreensão da teoria política feminista do problema da sub-representação das mulheres no campo político, a partir das diferentes justificativas apresentadas para a necessidade da inclusão – real - das mulheres nesse campo. Essas diferentes justificativas também expressam diferentes interpretações da teoria política feminista sobre a natureza das diferenças de gênero e seus reflexos – positivos ou negativos – na vida social e política. A necessidade de se discutir a sub-representação como um problema político advém da assimetria de poder que ela expressa: ao assumir que um representante é mais do que um mero instrumento no processo de representação formal dos interesses dos representados, o que se estabelece na relação de representação é uma relação de poder, e

assimetrias nesses espaços políticos representativos refletem também as assimetrias de poder político e social (MIGUEL, 2010:5).

Diversas são as possibilidades de questionamento da representação política institucionalizada pelo voto enquanto espaço válido para a discussão com base em um referencial de gênero. Por isso, é necessário estabelecer, ao discutir o problema da sub-representação das mulheres nesses espaços de representação política formal, sob que referências se desenvolve a crítica ao modelo liberal vigente da representação política. Essa condição é fundamental quando se discute o problema da sub-representação das mulheres porque, dentro da própria crítica feminista, são diferentes as formas de se compreenderem as possíveis relações explicativas entre as desigualdades de gênero no espaço político e suas causas.

A necessidade de inclusão das mulheres na esfera política formal, por meio do voto, foi uma conquista diretamente associada ao avanço de um feminismo de características essencialmente liberais. Para esse feminismo, a autonomia do indivíduo é considerada elemento central para a liberdade política e a inclusão está baseada na luta pela igualdade formal e legal. Conquanto a inclusão formal das mulheres enquanto sujeitos políticos tenha ocorrido no início do século XX, a partir da demanda do movimento sufragista, a sub-representação das mulheres ainda é um fato frente à relação eleitos e eleitas e eleitorado e, como dito, possibilita levantar questões sobre essa sub-representação enquanto problema político. A óbvia discrepância entre o pequeno número de mulheres eleitas e o grande número de mulheres que compõe o eleitorado, aqui, considerando, especificamente, o contexto brasileiro, põe em xeque a premissa de inclusão no espaço político que seria possibilitada com o direito ao voto. Considerando esse questionamento, as diversas formas de interpretação do problema da sub-representação das mulheres se desdobraram em diferentes percepções da relação entre universalidade, igualdade e exclusão no que se refere às relações de gênero (MIGUEL e BIROLI, 2010:3). Essas diferenças de percepção são, sobretudo, diferenças na forma de compreensão dos elementos que estruturam as formas de representação política, que não são de fato inclusivas; a partir desses elementos, é possível a crítica dessas estruturas de poder específicas.

Uma primeira abordagem possível se estabelece sob uma visão liberal do problema da representação e do gênero. Essa perspectiva está baseada, sobretudo, numa análise da dinâmica das trajetórias políticas das mulheres num cenário competitivo onde as oportunidades de ascensão ou mesmo de constituição da ambição política são

limitadas por constrangimentos às oportunidades de disputa e acesso à vida política diferenciadas para homens e mulheres. Sendo assim, o elemento central dessa problematização é a relação entre inclusão, entendida em termos da universalidade – que não é questionada a partir da perspectiva de gênero - do acesso ao voto, e igualdade de oportunidades na competição pelo voto, em termos de barreiras e limitadores do avanço político, especificamente ligados às diferenças de gênero.

Nesse sentido, a discussão central da perspectiva liberal sobre a sub-representação das mulheres se concentra na discussão sobre os possíveis obstáculos ao desenvolvimento de uma trajetória política considerada normal dentro de um referencial político liberal. Esse referencial está centrado na universalidade e na igualdade de condições para a competição a partir do voto, ou seja, da liberdade de escolha do representante significando a liberdade de cada um em buscar a satisfação de seus interesses baseados nas características que lhe parecem mais pertinentes, entre elas, a defesa dos direitos das mulheres. Se existem impedimentos à plena expressão desses interesses por constrangimentos nas formas de acesso ao campo político, é preciso identificar e reparar tais assimetrias para garantir uma competição justa num contexto político que tem como meta central garantir a expressão da pluralidade de idéias e de interesses na arena política. Segundo Elshtain:

“O feminismo liberal compartilha com outros de uma persuasão pluralista o compromisso com uma política incremental de ‘administração de reparos’, reformas que não envolvem uma grande alteração na agenda básica de benefícios e recompensas no sistema social.” (ELSHTAIN, 1993:239)

A discussão desenvolvida nessa perspectiva não problematiza de forma direta tais referenciais de individualismo e igualdade, ou seja, não há, dentro dessa discussão, uma proposta de reconfiguração do que se considera como o espaço político, ou um questionamento direto à forma como os interesses das mulheres se constituem como interesses; a própria arena de competição em que as mulheres não estão incluídas não é posta à prova, mas apenas os elementos que as mantêm afastadas desses espaços de decisão.

Contudo, a identificação e a análise das possíveis barreiras de acesso e competitividade das mulheres nos espaços de decisão política que a perspectiva liberal traz possibilitam levantar importantes questões sobre: (1) os estereótipos de gênero como elementos relevantes na escolha do eleitorado e nas estratégias políticas dos candidatos e candidatas; (2) a dinâmica das carreiras políticas das mulheres em relação

aos homens, e os elementos específicos que podem atuar como limitantes de competitividade em relação a cargos e esferas específicas do poder político a partir das competências definidas para esses cargos; e (3) o surgimento da ambição política como índice relevante das desigualdades de gênero (FOX e OXLEY, 2003; HUDDY e TERKILDSEN, 1993).

No que se refere aos estereótipos de gênero e suas conseqüências para estratégias eleitorais diferenciadas, Kim Fridkin Kahn (1996) argumenta que os estereótipos são capazes de definir não apenas o comportamento dos candidatos e candidatas, mas também a visão dos eleitores sobre eles, além da forma como a cobertura da mídia sobre essas candidaturas será realizada. Ressalta, ainda, que deve ser considerado o contexto eleitoral, que pode definir vantagens ou desvantagens de certos elementos estereotípicos para candidatas e candidatos em termos de oportunidades políticas, quando os cenários são propícios a eles. O argumento da autora está fortemente baseado em uma visão do problema da sub-representação como uma falha no sistema de inclusão política. Considera-se esse problema como uma perda em termos de material humano, o que reduziria a pluralidade dos interesses considerados politicamente. Ainda com base em uma visão liberal da questão, busca identificar relações possíveis entre o comportamento dos atores políticos envolvidos na competição pelo voto e os estereótipos de gênero socialmente estabelecidos que podem atuar como limitadores ou vantagens nessa competição.

No âmbito da análise política, mesmo quando considerada a dificuldade metodológica de isolar o impacto da variável gênero no momento da escolha eleitoral, os estereótipos de gênero ainda tem relevância na formação das impressões sobre um determinado candidato ou candidata a um cargo público. Indo além, Kahn (1996:10) afirma que esses estereótipos são considerados pelos candidatos e candidatas como elementos a serem mobilizados em termos de estratégias políticas. A cobertura midiática, nesse sentido, pode atuar para reforçar os estereótipos, apelando para percepções comuns, em detrimento de novas informações fornecidas, por exemplo, pelas campanhas eleitorais, ou excluindo essas informações adicionais da cobertura da mídia.

O processo referente à estereotipia é uma forma de estruturação cognitiva das expectativas, e é comum como recurso facilitador da percepção no convívio social. Segundo o argumento de Kahn (1996:4), os estereótipos passam a ser cruciais nos espaços de competição política porque podem ser reforçados pelos comportamentos que

os candidatos assumem e pela própria mídia. Posturas e estratégias de campanha, bem como cobertura midiática e a visão daqueles que recebem tais informações são diretamente afetadas pela forma como os estereótipos de gênero, no caso, são interpretados no contexto eleitoral. Como estereótipos constituem uma base para avaliação que conecta um indivíduo a uma série de características previamente determinadas pelo contexto, informações adicionais que estejam além do referencial inicial costumam ser avaliadas como negativas ou positivas, mais do que necessariamente possibilitando reinterpretações ou reinserções, no momento da avaliação. Além disso, Kahn (1996:7) alerta para a possibilidade de que o estereótipo influencie a própria conduta do estereotipado, que pode vir a reforçar características que lhe são atribuídas, criando, assim, um ciclo de reprodução de comportamento baseado nesses pré-conceitos.

Conquanto estabeleça a importância da análise da relação entre os estereótipos e as diferentes formas de respostas a eles por parte dos agentes políticos, o elemento central na análise da autora é o papel do contexto eleitoral na definição das possibilidades de competitividade das mulheres na disputa política. A isso soma-se a forma como as demais variáveis – estratégias de campanha, cobertura da mídia, e percepção dos eleitores – estão determinadas por esse elemento. Para Kahn (1996:129):

“Dada a capacidade de persuasão dos estereótipos de gênero dos atores políticos no contexto das campanhas, alguns arranjos de garantem mais oportunidades para mulheres candidatas assim como outros arranjos oferecem mais obstáculos.”

Da mesma forma que um contexto eleitoral favorável às mulheres - o que significa, para a autora, um contexto onde os temas ligados a estereótipos femininos, como educação, saúde e assistência social (KAHN, 1996:138) estão em voga -, pode levar a uma estratégia de reforço do estereótipo, um cenário menos favorável a essas temáticas deve alimentar estratégias que afastem as candidatas dessas referências estereotipadas. De toda forma, o que está em jogo, para autores que consideram o problema da sub-representação política das mulheres, nesses mesmos termos, não é a necessidade de se alterar a relação entre a oposição masculino-feminino na esfera política, mas sim a necessidade de inclusão desse grupo politicamente marginalizado para além dos estereótipos socialmente estabelecidos pela necessidade de corrigir essa falha no acesso ao campo político.

É possível observar, na construção da justificativa de Kahn (1996:137), que a base da crítica à sub-representação e necessidade de inclusão das mulheres está centrada no argumento da visão diferenciada desse grupo sobre a política, que não seriam refletidas em legislaturas predominantemente masculinas, limitando a pluralidade da expressão dos interesses nesse espaço. Essa visão representa não apenas uma determinada posição sobre a relação entre gênero e política, mas uma posição sobre o próprio conceito do que é a política, para a autora: o espaço para a disputa de interesses a partir de um pluralismo ampliado, mas inevitavelmente raso, por não questionar as bases que definem os sistemas de reconhecimento das diferenças sociais expressas politicamente. Kahn não argumenta pela possibilidade de se tomar o questionamento do estereótipo como estratégia de crítica ao contexto, e, nesse sentido, a própria organização do campo político.

Kahn (1996:137) defende que as “prioridades únicas das mulheres” devem ser incluídas como perspectivas singulares e representativas dos interesses desse grupo. Ao afirmar isso, não apenas simplifica a questão das diferenças e interesses dessa coletividade, mas também reitera o argumento de que é necessário incluir as mulheres na política por suas características “naturais” de cuidado e desvelo. Essa idéia geral estabelece que a experiência das mulheres como responsáveis pelo cuidado (das crianças, dos doentes, dos idosos) é o que fundamenta sua experiência comum e permite argüir por “interesses únicos” das mulheres². Como dito, essa visão reforça uma relação binária e excludente entre o masculino e o feminino, refletindo, ainda, a dificuldade da crítica do feminismo liberal em problematizar a divisão entre o público e privado sem hierarquizá-la ou sem por à prova os arranjos políticos clássicos que orientam sua concepção de política.

Considerando ainda o problema dos estereótipos em diferentes níveis da competição eleitoral, Huddy e Terkildsen (1993) buscam mostrar que determinados cargos e diferentes níveis (nacional, estadual ou local) eleitorais nos Estados Unidos são vistos como mais “femininos” ou mais “masculinos” pelos eleitores e eleitoras. Por essa perspectiva, as escolhas dos eleitores e eleitoras e a escolha dos candidatos e candidatas a concorrer, dependendo do cargo a ser disputado, estariam enviesadas por esses estereótipos (HUDDY e TERKILDSEN, 1993:504). Esses estereótipos relacionados às

² Kahn (1996, p.139) argumenta, brevemente, pela necessidade de inclusão das mulheres por suas experiências enquanto indivíduos com posições materiais diferenciadas em relação aos homens, por exemplo, nos locais de trabalho. Contudo, o ponto central da autora ainda é a experiência comum da responsabilidade pelo cuidado como argumento para a inclusão.

competências exigidas para o comando de determinados postos referenciados por características de gênero seriam exemplos de limites nas possibilidades das mulheres de concorrerem para esses cargos em condições iguais. Determinadas áreas temáticas estariam relacionadas com competências que não fazem parte do processo de socialização das mulheres, mesmo que em diferentes níveis de poder. A presidência, no caso dos Estados Unidos, é emblemática: as áreas de economia e segurança militar são centrais no debate estadunidense para o cargo, duas áreas tipicamente associadas às competências masculinas (HUDDY e TERKILDSEN, 1993:511).

No caso específico do estudo de Huddy e Terkildsen (1993), são analisadas as diferenças na dinâmica da disputa pela presidência frente à disputa por uma cadeira no congresso estadunidense. As autoras vão afirmar que as qualidades masculinas associadas (força, agressividade e assertividade) são identificadas como mais importantes para cargos executivos e de nível nacional; e conquanto as qualidades femininas (passividade, gentileza, bondade) não sejam consideradas relevantes para esses cargos, também não são necessariamente identificadas como vantajosas na disputa para cargos legislativos ou em níveis menores (HUDDY e TERKILDSEN, 1993:518) - o que reforça o referencial masculino da construção do espaço político. No mesmo sentido indicado por Kahn (1996), as autoras argumentam que o próprio discurso das mulheres que se candidatam reforça os estereótipos de gênero referentes a esses cargos, na medida em que buscam enfatizar suas características como contrárias aquelas que seriam comuns às mulheres “em geral”. Isso leva a referência como reforço aos aspectos do masculino associados ao cargo, sem questionar a premissa que configura essa associação.

Fox e Oxley (2003:832) afirmam que o aumento das candidaturas de mulheres a cargos eletivos não significa que as diferenças de gênero tenham passado a ser irrelevantes na disputa política. Seu argumento, ainda concentrando suas atenções na análise das relações entre os estereótipos de gênero e os diferentes níveis e tipos de cargos públicos, afirma que esses estereótipos influenciam a possibilidade de sucesso e de potencial de competitividade das mulheres no campo político,

Fox e Oxley (2003) também argumentam que os eleitores assumem algumas características e crenças – estereótipos - sobre os candidatos a partir das referências de gênero. Para além de uma análise baseada simplesmente nos resultados eleitorais, os autores buscam questionar sobre os processos de seleção e de sucesso desses

concorrentes tomando esses estereótipos de gênero como limitações ou vantagens nessa disputa para concorrer aos cargos políticos, onde:

“o resultado da estereotipia é que certos traços da personalidade e áreas de expertise político chegam a ser observadas como ‘femininas’ e outras como ‘masculinas’” (FOX e OXLEY, 2003:834).

Para os autores, mesmo considerando que a premissa da separação dos papéis de gênero tenha sido questionada nas últimas décadas, os processos tradicionais de socialização ainda reforçam esses padrões, que se refletem nas áreas de especialização política.

Os autores utilizam, para sua análise, uma especificidade do sistema representativo dos Estados Unidos, considerando o fato de que, em alguns estados, existem eleições para cargos executivos em suas atribuições específicas. Ou seja, mais do que simplesmente escolher o governador do estado, é possível eleger o responsável pela secretaria do tesouro, pela superintendência de educação, ou pela procuradoria-geral do estado, por exemplo.

Assim, os autores buscaram se utilizar dos elementos temáticos que definem essas diferentes instâncias para definir quais seriam os “gabinetes” (offices) mais propícios a eleger mulheres e quais seriam mais hostis as suas candidaturas, isso permitiu relacionar os estereótipos ligados aos temas às competências específicas relacionadas aos homens ou as mulheres. Essa diferenciação também permitiu dar visibilidade ao problema da seleção das candidaturas, a partir do momento em que se presume que o sexo dos candidatos e candidatas se tornaria uma variável importante para sua competitividade. Os estereótipos de gênero têm influências eleitorais diretas sobre o processo político, seja em determinar certos tipos de cargos como “masculinos” ou “femininos”, como sugerem Huddy e Terkildsen (1993), seja em sua influência sobre a escolha dos candidatos e candidatas sobre qual cargo deveriam disputar (FOX e OXLEY, 2003).

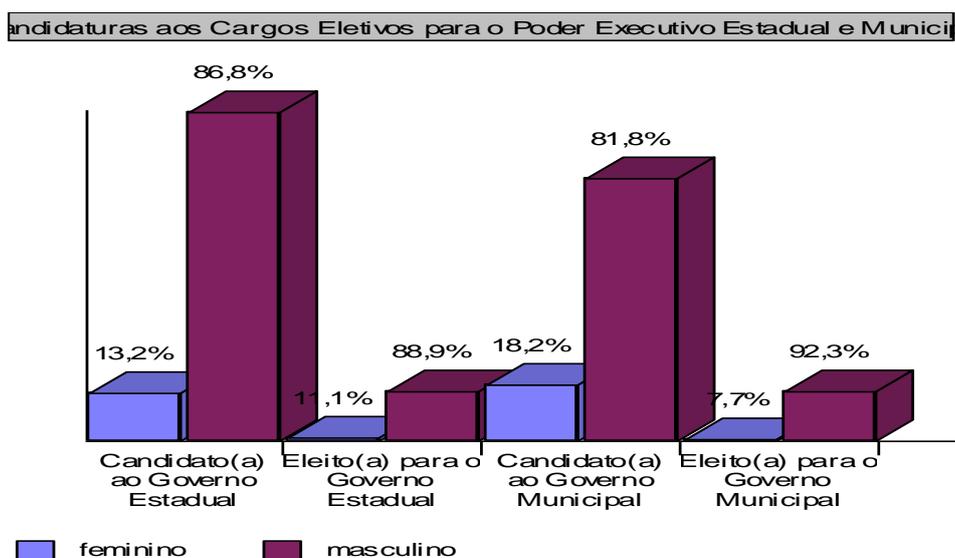
Uma discussão possível que se levanta a partir do ponto exposto por Fox e Oxley (2003) sobre o problema da sub-representação política das mulheres que antecede a questão da competitividade política é aquela que destaca a discussão sobre o surgimento da ambição política como parte crucial do processo de inclusão das mulheres nas disputas por cargos eletivos. A análise dos elementos que constituem barreiras à intenção das mulheres de se lançarem como candidatas é central num

contexto onde a própria competitividade está condicionada pelos estereótipos de gênero. Jennifer Lawless e Richard Fox (2005) consideram que tomar o problema da ambição política a partir de uma perspectiva de gênero é essencial para superar a sub-representação das mulheres no espaço político. Para os autores, fica clara que a relação entre o aumento do número de mulheres em posições sociais de destaque, que poderiam estar ligadas à construção de uma carreira política – como postos elevados em carreiras como a jurídica, por exemplo -, não se refletem, em números gerais, em mais mulheres concorrendo a cargos eletivos no poder público. Daí a necessidade de se questionarem os elementos que balizariam a vontade e a ambição política a partir de um referencial de gênero. A análise de elementos como a formação acadêmica e a profissão dos candidatos e candidatas, assim como de eleitos e eleitas, para os cargos no poder executivo subnacional reforçam, para o caso brasileiro, os argumentos apresentados.

Se analisarmos as variáveis citadas no âmbito do poder executivo em nível estadual e municipal (respectivamente, em relação às eleições estaduais de 2006, e municipais de 2008) com um recorte de gênero temos uma visão de que o avanço das mulheres em outras áreas da vida social, antes restritas aos homens, ainda não lhes garante a efetiva inclusão na esfera política. Esses avanços não se expressam, como dito, nos espaços políticos institucionais porque esses ainda reiteram os papéis e posições das mulheres de acordo com práticas de dominação que estão arraigados nos mecanismos institucionais que orientam a seleção e o sucesso no mundo político.

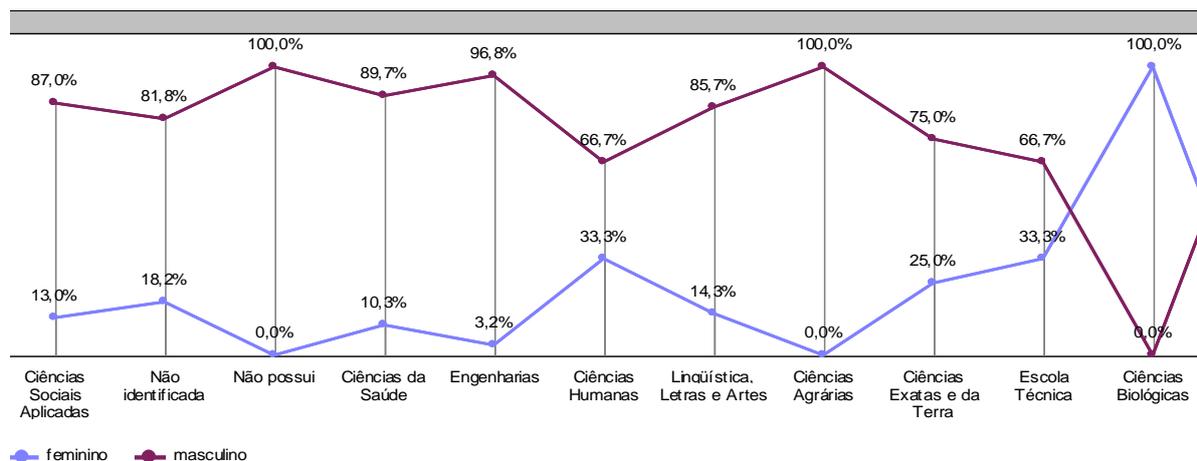
Podemos ver, segundo o gráfico abaixo, que o número de mulheres candidatas varia entre 13,2% e 18,2%, respectivamente, na disputa para cargos no governo estadual e no governo municipal. Como o número absoluto de candidatos e candidatas para os governos estaduais (n=201) é maior que o número absoluto para os governos municipais das capitais (n=173), temos que o número de mulheres concorrendo para esses cargos no governo municipal (n=29) é maior do que o número de mulheres concorrendo no governo estadual (n=26). Contudo, se analisarmos o número de candidatos e candidatas eleitos, as mulheres tem vantagem no governo estadual. Em ambos os casos, se trata de um percentual irrisório, que representa três mulheres eleitas no executivo estadual e duas eleitas no executivo municipal das capitais.

Gráfico 1.A: Divisão das candidaturas municipais e estaduais por sexo



A distribuição de homens e mulheres entre as principais áreas de formação encontradas na pesquisa expressa, em grande medida, as formas tradicionais da divisão das habilidades e capacidades com base no gênero que alimentam os estereótipos sobre as mulheres e seu papel na sociedade. Na categoria que conta com o maior número de candidatos e candidatas, Ciências Sociais Aplicadas, as mulheres constituem apenas 13% do total dos formados nas especialidades que essa área abarca: Direito, Economia e Administração. Boa parte das mulheres que se encontram nessa área tem formação em outros cursos que entram na mesma qualificação: Psicologia, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação Social. As áreas onde há a maior concentração de mulheres – desconsiderados os cursos de ciências biológicas, onde a única representante é uma mulher – são aquelas ligadas aos cursos de licenciatura, que se encaixam em sua maioria nas áreas de ciências humanas, ou áreas de pouco prestígio, como os cursos técnicos.

Gráfico 1.B: Distribuição da áreas de formação das candidaturas municipais e estaduais por sexo



Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

O número relativamente expressivo de mulheres nos cursos de Ciências Exatas e da Terra também pode ser explicado pelo fato de que muitas dessas formações são em cursos de licenciatura, que habilitam os formados a lecionarem, geralmente em níveis básicos de ensino. É possível estabelecer uma ligação entre a grande incidência de mulheres nas áreas que formam licenciados quando observamos o quadro de profissões, onde uma grande parte das mulheres é professora (a segunda categoria mais citada entre as mulheres, gráfico 1.C, abaixo). Todavia, grande parte das mulheres na categoria de professoras são, em proporção, professoras de nível básico – primário e secundário -, enquanto os homens citados nessa categoria são, em maioria, professores universitários, como mostra a tabela 1.1.

Tabela 1.1: Distribuição por sexo da categoria “professor” entre candidaturas municipais e estaduais

| nível de ensino | mulheres | homens | TOTAL |
|-----------------|--------------|--------------|------------------------------|
| Primário | 25,0% | 75,0% | 100% (n=4) |
| Secundário | 44,0% | 56,0% | 100% (n=25) |
| Universitário | 18,6% | 81,4% | 100% (n=43) |
| TOTAL | 24,0% | 76,0% | 100% (n=72) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

O maior número, em proporção, de mulheres candidatas no ensino secundário pode indicar que os limitadores à ambição política das mulheres no nível primário seriam maiores do que no nível secundário. De fato, isso poderia ser argüido, considerando que o número efetivo de candidatos e candidatas nessa categoria é de

apenas 4 professores (uma mulher e três homens). Contudo, partindo do mesmo princípio, esse mesmo dado indicaria que os limitadores à ambição política das mulheres que lecionam em nível superior também é eficiente, visto que apenas 18,6% delas advêm dessa subcategoria.

Como esse limitador não poderia ser estendido a todos os candidatos e candidatas, considerando a grande proporção de candidatos oriundos dessa subcategoria específica dos professores universitários, é preciso especificar a análise: no caso dos professores do sexo masculino, existe uma tendência, identificada na pesquisa, de acumulação de profissões, ou seja, os candidatos costumam, mais do que as candidatas, acumular a função de professor universitário e profissões liberais, como a advocacia, a medicina e a engenharia. Essa tendência se encaixa na possibilidade extensão da vida profissional dos homens em detrimento à vida pessoal e familiar, tradicionalmente o espaço reservado às mulheres. O reduzido número de mulheres que acumulam a função de professora universitária com outras atividades, sobretudo as atividades políticas, pode ser compreendido frente à realidade das duplas, e as vezes triplas, jornadas de trabalho as quais as mulheres estão submetidas, com os cuidados da casa e da criação dos filhos.

Estabelecendo o corte no nível de escolaridade, o quadro de superqualificação das mulheres nos espaços de poder fica latente. Apenas 14,5% das mulheres candidatas e eleitas não possuíam o ensino superior completo no momento das eleições, contra 24,4% dos homens nas mesmas condições. Mesmo sendo mais da metade da atual população universitária brasileira, com 57,5% das mulheres freqüentando estabelecimentos de ensino superior (IBGE, 2007) elas ainda não são representadas, politicamente, nas mesmas proporções. Como dito, esse quadro de superqualificação não habilita, necessariamente, as mulheres como mais competitivas no cenário político do poder executivo, como vemos pelo baixo percentual de mulheres candidatas e eleitas para ambos os cargos. Para as mulheres, o ensino superior completo não é apenas mais um elemento da carreira política, mas sim um requisito obrigatório, sem o qual as chances de entrar nesse campo e competir com as próprias mulheres são drasticamente reduzidas. Como visto, os candidatos e candidatas eleitos para ambos os cargos tem um perfil de escolaridade baseado na formação superior, como mostra a tabela 1.2, abaixo.

Tabela 1.2: Nível de escolaridade por sexo das candidaturas municipais e estaduais

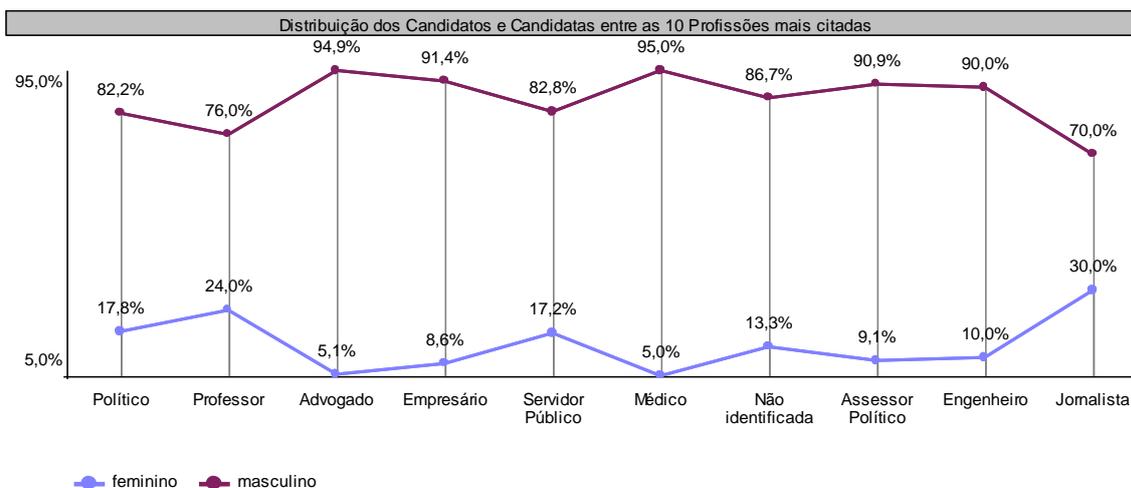
| nível de escolaridade | mulheres | homens | TOTAL |
|-----------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| lê e escreve | 0,0% | 0,9% | 0,8% |
| primário incompleto | 0,0% | 0,3% | 0,3% |
| primário completo | 0,0% | 0,6% | 0,5% |
| secundário incompleto | 0,0% | 0,9% | 0,8% |
| secundário completo | 1,8% | 10,6% | 9,3% |
| superior incompleto | 12,7% | 10,9% | 11,2% |
| superior completo | 85,5% | 75,6% | 77,1% |
| TOTAL | 100% (n=55) | 100% (n=319) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

O perfil das profissões das candidaturas reforça, mais uma vez, que as mulheres que concorrem aos cargos eletivos para o poder executivo estadual e municipal estão distantes do perfil dos candidatos do sexo masculino que concorrem para as mesmas vagas, e ainda mais distantes daqueles candidatos e candidatas que vencem essas disputas.

No que se refere ao perfil profissional de homens e mulheres, podemos perceber que as mulheres se dividem entre as profissões normalmente associadas ao universo feminino, como a carreira de professor, e as carreiras de comunicação, como jornalismo, além do funcionalismo público, onde o acesso é garantido por processos de seleção meritocráticos, além da participação na vida política, no caso das mulheres, geralmente ligada às relações familiares, como veremos no terceiro capítulo, e a permanência nessas posições.

Gráfico 1.C: Distribuição das 10 profissões mais citadas por sexo das candidaturas municipais e estaduais



Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

As quatro profissões mais citadas quando se traça o perfil sociocupacional dos candidatos e candidatas e eleitos e eleitas – político, professor, advogado e empresário, no caso dos candidatos e candidatas, e político, professor, empresário e engenheiro, no caso dos eleitos e eleitas, como mostra a tabela 1.3 abaixo -, não correspondem de todo àquelas onde as mulheres tem maior inserção. À exceção das carreiras de professor e político, nenhuma das profissões que tem um percentual alto de mulheres entre seus representantes, como a de jornalista e de servidor público, é competitiva em termos de elegibilidade, sendo, assim, pouco valorizadas enquanto espaços válidos para o desenvolvimento de uma carreira política que culmine numa eleição. Esse perfil releva que o limite à inclusão efetiva das mulheres nos espaços de poder político, sobretudo no que se refere à cargos eletivos, está marcado de forma muito específica por características estereotípicas de escolhas profissionais. Essas escolhas transcendem os espaços sociais e permeiam de forma muito específica a esfera política, reforçando o argumento de que a ambição política não depende apenas da ascensão socio-ocupacional.

Tabela 1.3: Distribuição das 10 profissões mais citadas entre candidatos e candidatas e eleitos e eleitas municipais e estaduais

| Profissão | Candidatos e Candidatas | Profissão | Eleitos e Eleitas |
|-------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------|
| Político | 30,5% | político | 56,4% |
| Professor | 21,4% | professor | 12,7% |
| Advogado | 11,1% | empresário | 9,1% |
| Empresário | 10,0% | médico | 9,1% |
| servidor public | 8,3% | jornalista | 3,6% |
| Medico | 5,7% | administrador | 1,8% |
| não identificada | 4,3% | advogado | 1,8% |
| assessor politico | 3,1% | agropecuarista | 1,8% |
| Engenheiro | 2,8% | apresentador | 1,8% |
| Jornalista | 2,8% | cancário | 1,8% |
| TOTAL | 100% (n=162) | TOTAL | 100% (n=189) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Obs.: Era possível realizar mais de uma entrada na categoria.

Em sua pesquisa referente ao surgimento da ambição política entre homens e mulheres pertencentes a grupos que são referencialmente a base de saída dessas lideranças políticas (advogados, empresários e lideranças de negócios, professores e ativistas políticos), o os autores (LAWLESS E FOX, 2005) identificaram que as mulheres se mostram, de maneira geral, menos motivadas a concorrer a cargos eletivos do que os homens. Além disso, as mulheres seriam menos motivadas a discutir a

possibilidade de concorrer a esses cargos com os principais contatos que possibilitariam essa empreitada, como líderes comunitários, partidários, ou possíveis contribuintes de campanha. Para Lawless e Fox (2005:47), a manutenção dos diferentes papéis e expectativas sociais nos padrões de socialização de homens e mulheres é um elemento importante na construção da ambição política, e, no que diz respeito às mulheres, não existe uma relação direta entre esses padrões de socialização e expectativas de acesso à política, como dito. Os dados apresentados referentes ao caso brasileiro reforçam, de maneira geral, essa idéia.

No sentido do que já foi apresentado, seria possível estabelecer três formas de manifestação que constituiriam empecilhos ao desenvolvimento da ambição política entre as mulheres: uma forma sociocultural, caracterizada pela reprodução dos papéis de gênero na sociedade no âmbito das estruturas familiares, que mantém as mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico não-remunerado e cuidado dos incapazes, tornando a possibilidade de uma carreira política como uma nova tarefa a ser desempenhada em par com as tarefas domésticas; uma forma institucional, caracterizada por um *ethos* masculinizado pervasivo às instituições políticas, que limitariam as possibilidades de destacar experiências e impressões diferenciadas das mulheres como sendo plausíveis de incorporação nesses espaços políticos; e uma forma psicológica, caracterizada por um processo de incorporação dos referenciais de gênero que tornariam o confronto com a ordem masculinizada estabelecida pelas instituições políticas (e numa visão mais ampla, sociais) mais complexas e desconfortáveis, por lançar questões que desafiariam a própria construção das mulheres enquanto indivíduos e sua relação de pertencimento com determinados meios e atitudes.

Considerando os partidos como importantes centros de apoio e oportunidades políticas, Lawless e Fox (2005) observam que candidatos e candidatas convidados por essas estruturas que organizam a competição formal estão mais propensos a considerar e a aceitar tomar parte na disputa política. Também observam que as mulheres recebem menos apoio no sentido desse incentivo que os homens, no contexto estadunidense (LAWLESS E FOX, 2005:93). Num sentido amplo, a resposta para o questionamento dos autores sobre as bases para o desenvolvimento diferenciado da ambição política entre homens e mulheres está no processo diferenciado de socialização. Também está estruturalmente refletido no âmbito das instituições políticas responsáveis pelo desenvolvimento e recrutamento dessas lideranças políticas em potencial. Ao identificar esses elementos estruturais como barreiras ao desenvolvimento da ambição política das

mulheres, os autores dão um passo além na discussão sobre as origens da sub-representação com base no gênero, ampliando a questão da igualdade de acesso para o âmbito das estruturas sociais responsáveis pela adequação dos indivíduos ao espaço político, e a reprodução dos estereótipos nessa esfera.

Apesar do passo além, Lawless e Fox (2005) não desenvolvem a crítica em todo o seu potencial. A universalidade das instituições é posta a prova num contexto específico, mas não a universalidade enquanto princípio fundador da organização política, já que os princípios do pluralismo liberal ainda são a base da argumentação. É a partir dessa questão que a teoria política feminista centrada na crítica ao patriarcalismo como base das instituições políticas liberais toma forma. Nesse sentido, somente assumindo uma crítica mais contundente às estruturas políticas liberais é possível propor questionamentos mais profundos sobre a forma como as preferências e interesses das mulheres são elaboradas. A partir da mesma perspectiva crítica é possível questionar quais as possibilidades e empecilhos a um desenvolvimento pleno e autônomo das mulheres enquanto grupo social. Assim a perspectiva dos sujeitos que tomam parte na vida política é mais complexa, tomando-os não apenas enquanto indivíduos isolados, mas buscando satisfazer e fazer representar seus interesses. O que também, em si, reflete uma visão sobre a política, para além das arenas institucionais de representação.

1.2 Discutindo a subrepresentação: a crítica ao feminismo liberal

Para além da teoria política feminista liberal, já não é suficiente para analisar a representação política um conceito de representação que toma o voto como a expressão de uma preferência já constituída e pronta a ser expressa num cálculo racional de custos transacionais entre a necessidade de ter aquela preferência atendida e o esforço demandado para atingi-la, no sentido apresentado por Olson (1999), sobretudo, em termos das relações de desigualdade estruturais que ela comporta. A crítica a essa visão de base liberal já se firmou como um ponto de partida para um debate mais substantivo sobre a representação, sobretudo a partir da perspectiva do gênero. A teoria política feminista abre espaço para questionamentos mais amplos sobre o problema de representação, em seus conceitos fundamentais, ao trazer à baila o conceito de gênero como uma variável política fundamental para se pensar os elementos que constituem as preferências, e não que apenas são expressas por elas. Por essa perspectiva, o problema

da subrepresentação das mulheres toma a forma de um questionamento mais amplo e aberto às estruturas políticas e sociais vigentes como causas das disparidades de gênero no campo político.

A configuração do campo político a partir de premissas que excluem o feminino, universalizando o masculino e negando formas particulares de representação que não sejam baseadas na premissa do universalismo liberal é empecilho para a efetiva inclusão de alguns grupos do campo político, entre eles, as mulheres. Nesse sentido, a crítica feminista à imparcialidade das instituições políticas que são base para a constituição das relações dentro do campo político (como a representação) é essencial para uma compreensão apropriada das posições e ações dos homens e das mulheres que fazem parte desse campo. A teoria política feminista busca identificar e definir entre os elementos da teoria política “convencional” – que não inclui em seus referenciais a diferença sexual enquanto social e politicamente relevante – os conceitos que exigem revisão sob uma perspectiva de gênero e também sob uma perspectiva diferenciada sobre o próprio conceito de política nos quais esses referenciais se baseiam, como dito na primeira seção desse capítulo.

A categoria mulheres é tomada como uma categoria que é constantemente mobilizada frente à diversidade das possibilidades de diferenças socialmente estabelecidas, sobretudo, fora das esferas do debate público. Essa diversidade permite questionar a centralidade de alguns elementos em serem problematizados politicamente, e a forma como eles são postos, muitas vezes de maneira acrítica (SAPIRO, 1981: 702). No caso, é possível ilustrar a situação a partir do próprio movimento de mulheres: frente a outros grupos subalternizados que defendem demandas afins de revisão dos referenciais de gênero no âmbito social e institucional. O termo “mulheres” pode se tornar centralizador e superar as demandas dos grupos que não tem o reconhecimento e a capacidade de mobilização e legitimação, reforçando as diferenciações e seus efeitos, sobretudo no campo político. Repetir-se sobre a condição múltipla das identidades sem questionar porque algumas são mobilizadas politicamente e outras não têm tão pouco efeito quanto não considerá-las, de todo. Nesse sentido, o que se pretende, aqui, não é negar a expressão da multiplicidade das identidades de gênero, mas pensar as implicações, sobretudo, políticas, dessa expressão na representação formal.

Pensar o gênero como uma variável a ser considerada no âmbito da representação formal não é uma novidade. A partir do momento em que se argüiu pela necessidade de se dar às mulheres, diretamente, e não por meio da representação de seus

cônjuges ou pais, o direito à representação de seus interesses nos processos políticos formais, já se estabelecia um elemento institucional para se questionar o conceito de representação política formal a partir de uma perspectiva de gênero. Contudo, como já foi dito, esse momento inaugural da participação formal das mulheres no âmbito da política não se propunha a questionar os elementos mais fundamentais desse processo. Ou seja, a própria instituição da representação formal como meio viciado de expressão das vontades e a idéia de igualdade, na figura do voto, que essa possibilidade de participação formal trazia consigo (MANIN, 1995: 15).

A inclusão das mulheres no processo de representação formal num modelo democrático-liberal não tardou a possibilitar à teoria política feminista espaços e elementos para críticas mais substantivas do que àquelas referentes ao acesso à franquia eleitoral. Podemos identificar um momento central, para os objetivos desse trabalho, as discussões relativas ao problema da separação entre a vida pública e a vida privada e suas conseqüências políticas, expressas, sobretudo, na frase “o pessoal é político”. Essa assertiva, que orienta o discurso do movimento feminista na década de 70, ressalta a necessidade de se pensarem os limites dessa separação entre a vida pública e o mundo privado e o papel das mulheres nesses dois espaços para a discussão sobre as possibilidades de uma representação política de fato das mulheres. Contudo, as divergências internas à teoria feminista possibilitaram tornar a discussão levantada a partir do lema “o pessoal é político” muito mais complexa e profunda do que ela se propunha, sobretudo, em seus desdobramentos políticos.

Apenas com a “politização do pessoal”, ou seja, assumindo que as relações de poder estão além da esfera pública, do Estado e da economia, mas também nas relações pessoais, na figura do patriarcado, que se poderia alcançar uma verdadeira igualdade de condições políticas e sociais para as mulheres. Carole Pateman (1989) parte da crítica ao elemento fundador do Estado na teoria política moderna, a idéia do *Contrato Social*, para explicitar a exclusão das mulheres do espaço público e da constituição desse espaço como o referente ao masculino, universalizado. Questiona, assim, um elemento central do liberalismo político: a separação entre o público e o privado enquanto separação em valor e subordinação demarcados pelo gênero. Pateman (1989) busca mostrar que essa distinção é tão-somente política. De fato, a esfera pública e a esfera privada estão interrelacionadas, socialmente, sob uma estrutura patriarcal que, a partir do paradigma do individualismo liberal e político, não garante os direitos de autonomia

das mulheres porque as mantém sob a marca da subordinação do privado frente ao valor do público.

Esse é um dos pontos da crítica feminista ao preceito liberal dos direitos individuais, e se desdobra na necessidade de ingerência ou o fim da distinção entre a esfera pública e a esfera privada, na discussão da teoria política feminista. Como foi apresentado, essa discussão não é consensual nas discussões da teoria política feminista, e nos permite desenvolver alguns questionamentos sobre como a relação entre essas duas esferas se expressa em termos de representação. O foco da discussão está na possibilidade de se constituírem, a partir das diferentes visões sobre a forma como se organiza a distinção entre o público e o privado, os interesses, discursos ou quaisquer elementos de coesão que permitam falar de uma representação de mulheres. No sentido máximo da crítica, ou seja, o fim total da diferenciação entre o público e o privado, argumenta-se pela necessidade de se preservar o direito à privacidade do indivíduo como um valor essencial (HIGGINS, 2000). Essa reconfiguração deve considerar uma revisão de uma perspectiva negativa da esfera privada como espaço que buscaria isolar questões fundamentais à independência feminina como meio de evitar que temas sejam legitimados na esfera pública (FRASER, 1992).

Um projeto de esfera pública baseado na inclusão e na igualdade não pode deixar de conciliar a esses elementos a autonomia e o direito à diferença, e requer, sobretudo, uma reflexão, crítica, sobre a esfera privada. Nesse sentido, a revalorização do privado e da necessidade de se manter o espaço para a distinção e afirmação das identidades e subjetividades requer a redefinição do conceito fundamental do indivíduo enquanto portador de direitos privados (ou direitos à privacidade), e a liberdade nos espaços de suas relações constitutivas na esfera do privado³.

É justamente em face à discussão que toma a necessidade de considerar a esfera privada enquanto o espaço de autonomia do indivíduo que podemos situar a discussão referente ao problema das estruturas de dominação do patriarcado e a crítica mais cerrada à dominação masculina como estruturante das relações sociais, tanto públicas ou privadas. O ponto central da discussão a respeito das formas de reconhecimento, apresentação e representação das mulheres nos espaços políticos está na possibilidade de se argumentar por uma vivência individual das experiências de grupo, na esfera privada (o que é, em si, uma afirmação perigosa, pelas diversas

³ Para uma discussão mais profunda sobre o papel da privacidade na revalorização da esfera privada, ver COHEN, 1997.

interpretações possíveis dessas experiências, como veremos no decorrer do trabalho). Da mesma forma, a partir dessas vivências, existem possibilidades de se desenvolverem diferentes visões sobre o mundo e sobre o próprio indivíduo que possam permitir não só o reconhecimento dos limites, mas também a possibilidade de emancipação e de expressão dessa individualidade, por exemplo, no campo político.

Para a teoria política feminista, o respeito à esfera da privacidade deve ser argüido, mas não pode limitar-se a uma mera releitura universalizante do liberalismo (PATEMAN, 1989: 135), o que simplesmente apaga as desigualdades das relações de gênero, como, por exemplo, na instituição do voto universal. Segundo Elshtain (1993), deve se reconhecer que:

“O liberalismo, imperfeitamente, nutre a convicção de que a vida consiste em uma pluralidade de atividades dignas e fins que – a arte, por exemplo – não devem ser postos sob a dominação do poder político” (p.343).

Seguindo a mesma linha crítica, Phillips (1991) argumenta que:

“A democratização da vida cotidiana é, portanto justa o suficiente enquanto slogan que captura a importância da igualdade democrática em cada esfera da existência humana. É enganoso se nega todas as distinções entre política e a vida cotidiana.” (p.161).

A necessidade de articular um conceito de representação que não se limitasse a ser a expressão dos interesses individuais como mera extensão dos direitos liberais às mulheres que não levasse em consideração a complexidade da formação do interesse, nesse caso, de gênero, possibilitada pelo questionamento das fronteiras entre o público e o privado trouxe para a discussão sobre a representação política a questão da constituição da identidade como elemento relevante na expressão da diferença na esfera política, sobretudo pela necessidade de justificar a inclusão dessas diferentes visões de mundo nos espaços de decisão. Como já dito, a mera expressão formalista de interesses não é capaz de realmente considerar as diferenças e a forma como elas são construídas, principalmente quando pensadas em termos de desigualdades de poder reproduzidas para além do espaço privado. Assim, assumindo que a diferença sexual é uma diferença política, continuar discutindo a representação sem questionar a identidade dos representantes, em termos de semelhança com a comunidade que se pretende representada, seria apenas reproduzir a exclusão referente a grupos específicos, nesse caso, as mulheres. Como Pitkin (1967) indica, esse tipo de representação, chamada

descritiva, está baseada na idéia da conexão entre o representante e o representado, na necessidade da presença, física, daquele representante na arena política, para que se estabeleça uma conexão entre a comunidade representada e o corpo de seus representantes. A mera presença de um representante como portador das idéias e dos interesses relativos a esses grupos seria insuficiente.

Nesse sentido, para um conceito consoante à teoria política feminista de representação política, vemos que um entendimento da representação baseada nas idéias, apenas, não seria capaz de expressar a pluralidade de experiências, discursos e interpretações sobre os interesses dos indivíduos em sociedade, considerando a possibilidade da extensão da democracia a todos as relações sociais e aqui, especificamente, às relações de gênero (PHILLIPS, 1991). Sem questionar, de forma generalizada, o paradigma da representação como um elemento definidor das democracias contemporâneas, passa-se a indagar sobre a necessidade de se lidar com a diferença, no contexto democrático, como um novo elemento: pensando para além dos indivíduos, é preciso considerar o papel constitutivo dos grupos na vida política.

Contudo, novamente, é preciso justificar essa necessidade de inclusão, mas, dessa vez, sob outras bases que não aquelas da expressão do interesse como o ponto final da representação política. Considerando a necessidade de dar centralidade ao processo de formação dos interesses, e a perspectiva de que eles são construções sociais, analisar a representação com base apenas nas idéias, abstraídas de seu contexto material, seria, como foi exposto, insuficiente. No mesmo limite, não é possível considerar a representação apenas como o espelho dos contextos sociais, de forma finalística, sem questionar o porquê das assimetrias de poder e disputas que estruturam o espaço político. A incorporação de grupos marginalizados ao campo político, nesse sentido, possibilitaria considerar a complexidade da formação dos interesses que se expressam a partir de diferentes arranjos de poder constitutivos das identidades e das relações sociais, e seus reflexos no campo político. Essa visão, apresentada por Anne Phillips (2001) contrapõe, num primeiro momento, uma “política de presença”, baseada na identidade do representante como o elemento a ser levado em consideração politicamente, a uma “política de idéias”. Essa assume que a função do representante é defender os interesses de seus representados, não importando sua identificação constitutiva com aqueles interesses. Nesse sentido, para justificar a necessidade de inclusão das mulheres no campo político, seria preciso definir o que marca a identidade de grupo, e o que estrutura e diferencia esse grupo enquanto grupo marginalizado, mas

que é capaz de constituir seus interesses e visões de mundo de forma diferenciada, a partir das experiências comuns daqueles que o compõe.

1.3 Discutindo a subrepresentação: as mulheres enquanto grupo: (experiências comuns possíveis?)

A partir da crítica à representação numa perspectiva liberal, várias autoras (YOUNG, 1990, MACKINNON, 1991, PHILLIPS, 1991, FRASER, 1992, ELSHTAIN, 1993) vão identificar diferentes formas pelas quais as diferenças de gênero se tornam os elementos estruturais e estruturantes das diferentes formas de relações sociais, e, nesse sentido, também das relações políticas. Ao identificar esses processos e mecanismos de dominação e espaços possíveis de emancipação, essas autoras passam a discutir como essas diferenças podem limitar a constituição de um sujeito autônomo e de interesses autônomos. Elas questionam, algumas vezes, a própria idéia de uma privacidade possível, sobretudo, das mulheres, e consideram, também, as diferentes possibilidades de liberdade e autonomia para se pensar além dessas limitações.

De crucial importância para esse trabalho, a discussão dessas autoras também passa, em grande medida, pela definição do que pode ser considerado, na visão de cada uma, como as diferentes dimensões responsáveis pela constituição de “experiências comuns” referentes às mulheres enquanto grupo. Essas experiências comuns são essenciais para a formação de um elemento de coesão e contextualização do discurso e da discussão feminista em alguns níveis políticos. Esse processo de justificação da diferença e de reação contra a hierarquização da mesma é fundamental para a constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos na teoria política feminista. Além disso, também é essencial para a abertura do campo político a suas demandas ao mesmo tempo que constrói, em sua identificação enquanto grupo, questionamento sobre a dinâmica de construção e funcionamento desse campo, e sobre o próprio grupo em suas estruturas de formação.

Uma abordagem possível em relação à constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos é a que se refere a elas enquanto grupo oprimido. A idéia de Iris Marion Young (1990), dentro dessa perspectiva, é, também, revalorizar a diferença, retomando-a enquanto possibilidade política ao questionar o conceito de imparcialidade na representação e seus desdobramentos na organização dos interesses sociais. Para a autora, o conceito de justiça social só pode ser compreendido como constituindo o fim

de toda e qualquer opressão e dominação institucionalizada. Assim, considerando que a justiça social precisa ser mais substantiva do que poderia sugerir o paradigma da justiça distributiva de Rawls (2008), a autora traz para a discussão a crítica à noção de imparcialidade subentendida nesse paradigma, que se desdobra sobre os próprios arranjos institucionais de redistribuição propostos como base da justiça para Rawls. Para Young, a visão Rawlsiana reforça a desmaterialização das relações sociais no momento da definição dos princípios de justiça social e a necessidade de se negligenciarem as desigualdades materiais, inclusive àquelas que são fruto das desigualdades de gênero, durante a definição dos princípios de justiça. A imparcialidade é entendida aqui como um elemento ideológico, resgatado da idéia iluminista de uma razão moral imparcial no discurso republicano como a busca pelo bem-comum, sendo institucionalizada pelo conceito do espaço público, em contraposição aos interesses particulares e a idéia de diferença, restritos ao espaço privado.

O que está no cerne de boa parte da crítica feminista é a contradição entre situação ideal de imparcialidade, proposta central do paradigma da justiça distributiva de Rawls (2008), onde o julgamento moral deve ser desvinculado de todo e qualquer traço das experiências reais, e o que se coloca em confronto em relação a esse quadro: uma realidade social onde os contextos de ação são situados a partir das experiências dos sujeitos enquanto parte desses contextos. John Rawls (2008), autor estadunidense central nas discussões da filosofia política contemporânea, em seu trabalho mais importante, *Uma teoria da Justiça*, define, como parte do ideal de sua teoria sobre a justiça social – a justiça como equidade –, a necessidade de, numa situação inicial de debate em relação à escolha daqueles que seriam os princípios norteadores da justiça social em uma comunidade, considerar que todos os que tomariam parte dessa discussão se encontrassem em uma situação original de igualdade⁴. Isso quer dizer, sem estarem ligados a nenhum contexto específico. Esse elemento é essencial à argumentação de Rawls porque, para o autor, a concepção de justiça social com base na equidade deve tratar, basicamente, dos princípios que orientam a distribuição dos direitos e dos deveres em uma sociedade que está baseada na diferenciação. Como o próprio Rawls reforça:

⁴ A argumentação de Rawls lembra, em muitos sentidos, a situação ideal de fala, base para a construção do ideal de democracia deliberativa do modelo habermasiano, reforçado, ainda, pela premissa da racionalidade como base para se atingir o consenso no âmbito do debate sobre os princípios de justiça, no caso de Rawls, e sobre a discussão busca do consenso razoável em Habermas. Apesar de Habermas não argumentar pela abstração dos elementos materiais constitutivos da opinião do sujeito expressos no espaço público, a abstração acontece no nível do debate, que tem como premissa a racionalidade do discurso como o elemento que posiciona todos os sujeitos na mesma posição de fala e que permite que seja alcançado um consenso sobre a solução mais racional do debate.

“Esses princípios põem em destaque que similaridades e que diferenças entre as pessoas são importantes na atribuição dos direitos e dos deveres, e especificam qual é a divisão de vantagens apropriada.” (RAWLS, 2008:6).

Sendo assim, é necessário desconsiderar essas similaridades e diferenças prévias no momento da definição desses princípios de distribuição. Na hipótese delineada por Rawls, essa situação ideal é possível porque os princípios de distribuição são escolhidos por trás do “véu de ignorância”, ou seja, sem que sejam considerados os efeitos da distribuição dos recursos no momento do consenso, porque nenhum daqueles que decide sabe qual a posição irá assumir na sociedade para além desse “véu”.

A abstração das particularidades é uma condição essencial para que essa escolha seja feita a partir de uma escolha racional, que não considere os possíveis interesses nascidos das posições sociais diferenciadas. Essa escolha, então, estaria baseada em uma pretensa razão moral imparcial (porque livre dos determinantes sociais que a limitariam) e, também, em uma subjetividade única, transcendental, universalizada, identificada no debate da teoria feminista como o referencial masculino. Nesse sentido, quaisquer conexões de grupo, filiações ou elementos que constituam a subjetividade dos indivíduos em relações sociais concretas são negadas no momento da definição dos princípios de uma ordem social justa. Contudo, elas não são eliminadas, porque consideradas posteriormente no momento da aplicação desses princípios, e, se tomadas como relevantes, incorporadas nos padrões de distribuição.

Young (1990) argumenta que essa concepção universalista transforma as diferenças em dicotomias, num par onde o elemento imparcial é universal e homogêneo, desenvolvendo, em torno desse universal, uma série de oposições mutuamente exclusivas e hierarquicamente organizadas. Isso permitira tanto o desenvolvimento de uma dinâmica de imperialismo cultural ao permitir que determinadas experiências se constituam como o padrão quanto o autoritarismo das decisões “imparciais”, tomadas com base num sistema de inclusão pretensamente universal e igualitário, simbolizados pela vontade expressa pelo voto.

Os dois tipos de injustiça social que Young discute, a opressão e a dominação, devem ser entendidos, ambos, nesse contexto estrutural que situa as relações sociais e de grupos: a limitação ao desenvolvimento pleno das capacidades dos sujeitos, no caso

da opressão; e a limitação à auto-determinação dos sujeitos, no caso da dominação (YOUNG, 1990:38)⁵.

Nesse sentido, sua concepção de justiça social faz referência direta aos grupos enquanto objetos da injustiça, sendo necessário que:

“Um conceito de justiça que desafia a dominação e a opressão institucionalizada deve oferecer uma visão de um público heterogêneo que reconhece e afirma diferenças de grupo.” (YOUNG, 1990:10).

Pensar as diferenças em termos de grupos sociais, nesse sentido, é tomá-las como “expressões das relações sociais” (1990:43), que os diferentes grupos nas sociedades constituem e pelo qual são constituídos, na medida em que as identidades de grupo são construídas em contextos sociais específicos. Como Young especifica:

“a identificação de grupo surge, isto é, no encontro e na interação entre coletividades sociais que vivem algumas diferenças em seu modo de vida e formas de associação, mesmo se eles também se percebem como pertencendo a uma mesma sociedade.” (1990:43)

O que está em foco quando se apresenta o problema da opressão e da dominação a partir dos grupos são os contextos específicos em que se situam os indivíduos. No caso, os grupos permitiriam que se desenvolvessem múltiplas possibilidades de identificação, pois as diferentes “nuances” das diversas identidades possíveis só seriam ativadas nesses contextos sociais específicos. Como já dito, essa concepção se coloca contra a idéia de que a justiça social seria, de fato, a equalização das diferenciações, como afirma o ideal da imparcialidade. A política da diferença, defendida por Young (1990), não relaciona a identificação dos indivíduos com diferentes grupos – e todos os elementos a eles associados, estereotípicos e normativos – com opressão ou limitação da autonomia. A justiça social, num contexto onde a diferença é não só inevitável, mas também desejável, requer que essas diferenças sejam

⁵ O conceito apresentado por Young (1990) de opressão como a limitação das capacidades de expressão e desenvolvimento das capacidades que determinados grupos sofrem institucionalmente se insere no contexto das discussões dos novos movimentos sociais nos Estados Unidos, a partir da reflexão sobre as condições desses grupos ditos “oprimidos” (mulheres, negros, hispano-americanos, citando apenas alguns). A partir disso, a autora desenvolve uma divisão dessas formas de opressão em cinco categorias: exploração, marginalização, carência de poder (powerlessness), imperialismo cultural, e violência, e, a partir deles, desenvolve uma análise sobre as possibilidades de ação desses grupos frente a esses diferentes tipos de opressão. O que a leva a um confronto teórico direto com Nancy Fraser, ao contrapor à necessidade de redistribuição a centralidade do reconhecimento como política cultural fundamental na busca pela justiça social. Para mais sobre essa discussão, ver YOUNG (1997) e FRASER (1997).

respeitadas, e não apagadas do horizonte social, sobretudo, considerando os processos de representação.

Young (2006) apresenta o conceito de perspectiva para pensar as possibilidades de representação dos indivíduos a partir dos grupos. Contudo, o conceito busca definir sem limitar a multiplicidade, reduzindo-as às identidades fechadas ou essencializadas. Assim, dá um passo além na discussão sobre representação ao por em questão a necessidade do respeito à pluralidade de identificações possíveis dentro de um mesmo grupo social, ou, de diversas formas de opressão e dominação sobre um mesmo grupo (na junção dos elementos gênero e raça, por exemplo, ou gênero e classe social). Em relação aos interesses como meio para se atingir determinados fins, e as opiniões como os juízos, crenças e valores sobre os fins e políticas que devem ser buscados em sociedade, a perspectiva é “um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê” (YOUNG, 2006:161). Isso quer dizer que as identidades dos indivíduos dependem do seu posicionamento nas estruturas dos grupos sociais, mas sem que essas posições determinem, de forma direta, essas identidades, considerando as “diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas daquele posicionamento” (YOUNG, 2006:162). A diferença e a opressão estrutural permitem que se pense em possibilidades de ação política justamente porque:

“na medida em que os grupos sociais se distinguem por relações estruturais, particularmente relações estruturais de privilégio e de desvantagem, e na medida em que as pessoas se posicionam similarmente naquelas estruturas, então elas têm perspectivas similares tanto sobre sua própria posição na sociedade quanto sobre outras posições” (YOUNG, 2006:173).

Para Young, pensar a representação dessa forma significa trazer os problemas da opressão e da dominação para o campo político, e a discussão da justiça para o âmbito das instituições representativas, a partir do momento em que os grupos subalternizados são considerados como formadores “da pluralidade de visões de mundo, de valores, de concepções do bem que caracteriza a sociedade contemporânea.” (MIGUEL, 2010:10). Nesse sentido, esses grupos trariam suas perspectivas situadas, suas experiências de opressão, e suas diferentes compreensões da sociedade a partir de uma base material específica.

Numa primeira visão, Phillips (1991), em sua crítica à representação formal, parece se aproximar da perspectiva de Young (2006) sobre o problema dos grupos, à medida que considera que a representação enseja a afirmação das diferenças entre

grupos. Essa afirmação tornaria possível a compreensão da representação para além do ideal da imparcialidade e considerando a complexidade da formação dos interesses e das opiniões. Mas, ao mesmo tempo, as perspectivas, na visão de Young (2006), não atuam como elementos que limitam as possibilidades de auto-afirmação dos indivíduos, o que, em grande medida, é uma possibilidade sedutora, mas que levanta outras discussões possíveis, sobretudo em relação à questão dos interesses.

A principal crítica que pode ser feita a Young, nesse sentido, diz respeito à forma como essas perspectivas atuam na delimitação e definição das experiências e expectativas desses grupos oprimidos e dominados para além dessas relações de exclusão. O questionamento, aqui, incide sobre a forma como as experiências e vivências associadas a determinadas posições sociais e pertencimentos constituem e condicionam a ação, que é um elemento central no processo de representação (MIGUEL, 2010:14). Segundo Miguel (2010), Young não responde a essa questão de forma satisfatória, buscando na relação entre imanência e transcendência das mulheres enquanto objetos e sujeitos na sociedade - uma herança da tradição fenomenológica -, a explicação para a relação entre as experiências vividas e sua capacidade de fomentar determinadas visões de mundo. Ou seja, de determinar perspectivas, sem, contudo, objetivá-las, desconsiderando o caráter formativo das escolhas e preferências em determinar, elas mesmas, concepções de mundo. Contudo, a autora não conseguiria desenvolver essa relação sem deixar de se concentrar muito mais nos mecanismos de opressão e dominação do que nos processos capazes de constituir visões de mundo. Assim, se concentra muito mais nos elementos institucionalizados das regras e padrões de limitação do que nos elementos constitutivos da ação, (problemática que, por sua vez, é desenvolvida nos trabalhos de Pierre Bourdieu, que será discutido posteriormente).

Ainda centrando a análise nos mecanismos de dominação de gênero, Catharine Mackinnon (1991) argumenta que a sexualidade e não o gênero é o elemento básico da estrutura de dominação masculina, sendo responsável pela forma de hierarquização de todas as formas de relações sociais desenvolvidas entre homens e mulheres⁶. Nesse sentido, sua compreensão do problema da dominação de gênero e do que constitui uma experiência comum às mulheres que justifique sua inclusão no campo político é distinta

⁶ Mackinnon não diferencia as formas dominantes entre as relações heterossexuais ou as relações homossexuais, sejam elas entre homens ou mulheres, pois mesmo as relações homossexuais reproduziriam, em sua visão, os elementos e papéis de subordinação e dominação expressa na normatização do modelo heterossexual de relações sociais, afetivas e sexuais.

de uma perspectiva que tenha como base uma caracterização dessa dominação sob outros elementos sociais, como a opressão, no caso de Young. Para Mackinnon (1991), os elementos essenciais da diferenciação e hierarquização social são, de fato, estabelecidos pela sexualidade, compreendida como a sexualidade masculina, que orienta a constituição do gênero e das demais diferenças sociais entre homens e mulheres. Para Mackinnon (1991), não existe a possibilidade de uma esfera da privacidade onde se possa pensar em um indivíduo livre desse elemento “pervasivo” que é a sexualidade, o que limita a capacidade de se elaborarem discursos e interesses, de fato, autônomos, sem questionar, de forma direta, a dominação sexual. Para a autora, qualquer expressão de uma identidade autônoma por parte das mulheres deve estar baseada nas experiências concretas da sexualidade como o elemento central do poder e da dominação, sendo esse o ponto comum das experiências sempre opressivas das mulheres na vida social.

Mackinnon (1991) discute a impossibilidade de se pensar a emancipação das mulheres da condição da opressão fora da determinação do sexo, o que não deixa espaço para se pensar quaisquer decisões ou relações interpessoais como determinadas de forma autônoma sem se questionar essa variável, limitando, assim, a possibilidade da ação política nos termos da política formal, constituídos com base nessa dominação sexual. O argumento da autora é pertinente, ao por em questão, nesse primeiro momento, a necessidade de se questionarem as relações sociais nesses espaços que seriam constituídos como apolíticos, dentre os quais poderíamos citar o espaço familiar e da determinação das identidades com a proteção da privacidade. Conquanto a autora não discuta, de forma detida, a questão da família enquanto espaço de dominação baseada numa estrutura centrada na heterossexualidade normativa, podemos presumir que sua configuração também seria considerada opressora, assim como o espaço para a decisão sobre a representação, se não forem questionados segundo a premissa da sexualidade opressiva.

A perspectiva de Mackinnon leva em consideração que as mulheres, individualmente, não podem constituir uma resistência adequada à dominação sexual masculina. A impossibilidade de resistir à dominação pervasiva do sexo enquanto elemento constitutivo da opressão individualmente se deve ao fato de que tanto o processo transformativo quanto o processo perceptivo dessa opressão só é passível de questionamento quando as mulheres conseguem chegar à compreensão que apenas nas suas relações sociais enquanto coletividade é possível reconhecer os elementos das

experiências vividas comuns da opressão e transcende-los, estabelecendo as diferenças que definem a especificidade desse grupo como grupo oprimido.

O questionamento da opressão e suas possibilidades de enfrentamento são o que Mackinnon (1991) identifica como o processo de desenvolvimento da consciência dessa opressão, e não a possibilidade do desenvolvimento de uma consciência livre dessa dominação dentro desse sistema. Enquanto esforço de identificação dos elementos críticos da dominação pelo sexo, esse processo se constitui, como já dito, com base nas experiências vividas das mulheres, contudo, expressas em espaços específicos, denominados pela autora como “espaços livres” - especificamente, livres dos homens, que configuram o elemento naturalmente opressivo das relações sexuais, e, logo, sociais. Esses grupos, formados apenas por mulheres, seriam considerados como:

“[...] um contexto respeitoso para o intercâmbio em meio à qual as mulheres podem articular o inarticulado, admitir o inadmissível.” (Mackinnon, 1991:87)

Nesse sentido, a função desses grupos de mulheres é a de reestruturação do conhecimento sobre as experiências das mulheres, que se reconheceriam, segundo Mackinnon (1991), nas histórias de opressão comuns, descobrindo e reconhecendo a insatisfação na fala de outras mulheres. Para Mackinnon, é preciso considerar que:

“Cada mulher, em seu particular, e mesmo em suas escolhas, reproduz em suas relações mais privadas uma estrutura de dominação e submissão que caracteriza toda a ordem pública.” (1991:94).

Sendo assim, a troca de experiências em grupo é necessária enquanto elemento de coesão e de referência de identidade porque apenas nesses grupos, “livres”, seria possível o despertar da consciência em relação à dominação, embebida nas relações e escolhas mais pessoais, considerando que a mera presença dos homens é suficiente para reforçar os papéis sociais de subordinação das mulheres. A coletivização da experiência é central porque:

“da perspectiva coletiva das mulheres, uma mulher incorpora e expressa a cada momento um conceito de si mesma, de alguma forma um determinado conceito de como ela tem sobrevivido e quem é ela como sobrevivente. Um quadro que se movimenta minuto a minuto é criado de mulheres se tornando, se recusando, e sustentando sua condição.” (Mackinnon, 1991:89)

A troca de experiências de opressão é capaz, nesse contexto, não apenas de validar as experiências das mulheres e de reconhecer certas vivências como opressivas, mas também de conscientizar outras mulheres dessas formas de opressão, trazendo-as a público, em nível de grupo, e permitindo visualizá-las enquanto tal. A descoberta dessas experiências em comum – a consciência da opressão comum – permite às mulheres reconstruir criticamente o significado de suas experiências do que é ser mulher numa perspectiva coletiva.

Para além da crítica ao fato de que todo esse processo é posto de uma maneira demasiado automática pela autora – a relação entre a participação nos “espaços livres” de trocas de experiências vividas e o desenvolvimento da consciência da opressão é quase natural -, Mackinnon (1991) problematiza muito pouco a necessidade da organização desses grupos. Isso que leva a questionar a iniciativa da exposição da experiência, e posterior reconhecimento dessa enquanto uma experiência de opressão. É muito difícil, pelos argumentos de Mackinnon, não imaginar que esse processo se daria por meio de uma – ou um grupo, mas necessariamente de mulheres – figura que conduziria à constituição desses “espaços livres”, ou a formação desses grupos dentro de estruturas mínimas de lutas por direitos das mulheres, partindo, então, de um princípio que já carrega em si o questionamento à ordem social que a autora identifica.

Segundo a autora, as impressões e insatisfações que as mulheres expressariam no dia-a-dia seriam a base para o reconhecimento das limitações e determinantes da dominação sexual, e a própria busca e resposta a um grupo seria reflexo dessa insatisfação. Nesse sentido, qualquer grupo de mulheres teria, em potencial, um caráter subversivo, sem se considerar, nesse contexto, a força e a pervasividade das relações de dominação, sobretudo, de gênero, na manutenção das estruturas de dominação. Essa explicação não parece suficiente para o questionamento de uma prática tão pervasiva quanto Mackinnon (1991) advoga ser a dominação masculina baseada no sexo. Ainda no sentido da crítica, a relação com outras formas de expressão da identidade, ou mesmo de outras formas de desigualdade, fica sobrepujada pela dominação sexual. Para Mackinnon:

“[...]embora a raça, a classe ou a fisiologia específica de uma mulher possa defini-la entre outras mulheres, simplesmente ser uma mulher tem um significado que decisivamente define todas as mulheres socialmente, de seus momentos mais íntimos até suas relações mais anônimas.” (1991:90)

Ser uma mulher, nesse sentido, é um elemento único de identidade, que é hierarquizado como principal elemento definidor não só da opressão, mas da construção social do que é ser mulher. A pluralidade, nesse sentido, parece poder existir apenas dentro do grupo, e mesmo assim, respeitando o fato de que é a dominação sexual que define o elemento de coesão dessa coletividade, ou seja, negando a possibilidade de pluralidade de fato, por conter em si um elemento que essencializa as mulheres enquanto grupo: o sexo.

Numa perspectiva diversa da apresentada, mas seguindo ainda a linha de análise dos diferentes argumentos e elementos usados na teoria política feminista para justificar as experiências comuns às mulheres, os debates sobre o pensamento maternal tomam lugar a partir da tentativa de uma reavaliação positiva das experiências femininas com base na maternagem. Por maternagem se compreende a idéia do cuidado como elemento constitutivo das experiências das mulheres enquanto indivíduos. Segundo as autoras ligadas ao pensamento maternal (CHODOROW, 1978, ELSHTAIN, 1993, GILLIGAN, 1993, RUDDICK, 1995), o desenvolvimento psicológico e moral das mulheres estaria centrado muito mais na idéia do vínculo e da continuidade, referentes ao cuidado. Nesse sentido, os demais elementos estariam separados dos elementos concretos do cuidado na forma de abstrações – transcendentais – como, por exemplo, a idéia da autonomia, que seria, então, associada ao universo e às construções do masculino. O problema central dessa abordagem é o questionamento em relação a essas experiências concretas como inferiorizadas em relação às experiências abstratas relacionadas ao masculino, que seriam o padrão de referência de normatividade, universalizado. O debate em torno do pensamento maternal busca reinterpretar as experiências das mulheres, mas colocando em xeque essa hierarquização das relações de gênero como formadoras da identidade de grupos, buscando ir além dessa hierarquização a partir de seu questionamento.

Contudo, essa reavaliação não passa por um questionamento mais profundo sobre as bases da valorização dessas experiências concretas, reafirmando que esse espaço, se valorizado, constituiria, de fato, um espaço de privacidade autônoma das mulheres. Isso reforça a idéia central do pensamento maternal de que existe uma experiência comum das mulheres que determina uma moral e valores diferenciados, ligados e orientados pelas relações privadas, ou pelo mundo do pessoal, da moral e dos valores masculinos, referentes à esfera pública, do abstrato e do impessoal. Nesse sentido, a proposta de intervenção do pensamento maternal está centrada na necessidade

de se preservar a experiência da maternagem tanto no espaço privado, da família, quanto na possibilidade de expandi-lo ao espaço público, enquanto elemento transformativo dessa esfera da vida social, tornando-a menos impessoal e abstrata. Pensando em termos da representação formal, a discussão do pensamento maternal traz a necessidade da inclusão das mulheres não apenas pela condição da subrepresentação, mas também pelo elemento de reconstrução que a moralidade diferenciada das mulheres traria a uma esfera pública pensada com base nos elementos do cuidado.

A revalorização da família enquanto espaço de manutenção de valores como o cuidado e a “humanidade comum” (ELSHTAIN, 1993) à todos os indivíduos está no cerne das discussões do pensamento maternal e nos debates sobre a reconfiguração da relação entre o público e o privado. A retomada das discussões sobre o papel político da família se faz necessária enquanto parte da justificativa das autoras do pensamento maternal para a inclusão das mulheres na vida política. Ela se torna importante pela afirmação da necessidade de revalorização da experiência das mulheres enquanto mães e cuidadoras. Nesse sentido, também retoma a importância da família enquanto espaço onde se desenvolve uma moralidade específica de responsabilidade entre seus componentes, já que as relações no âmbito dessa estrutura social estão baseadas em ligações duradouras e afetivas de cuidado, atenção e intimidade. A família não é apenas um espaço de moralidade diferenciada em relação à moralidade pública, caracteristicamente, masculina, mas também seria um espaço socialmente prioritário, porque a formação essencial do indivíduo ocorre no âmbito da família. Por isso, esse espaço deve ser defendido como elemento primordial da organização social. A experiência das mulheres, caracterizada, na visão da autora, pela vivência intensa na esfera do privado, nesse sentido, se torna central para a revitalização da esfera pública. Nos termos de Elshtain (1993), a discussão permitiria questionar o espaço público a partir de um imperativo moral diferenciado para a organização da vida política – o imperativo da responsabilidade comum e do cuidado. Elshtain (1993) defende que essa mudança em prol das virtudes privadas, do cuidado e do senso de responsabilidade, referentes à prática social da maternagem, reestruturariam a vida política de forma mais ética.

A crítica às tentativas de revalorização da família enquanto espaço de moralidade diferenciada que serviria a reestruturação do espaço público se apresenta com base no questionamento sobre a real possibilidade de se tomarem os ditos valores familiares enquanto valores políticos. Além da difícil definição do que seria considerada

“a família”, nos dias de hoje, a relação que as autoras dessa vertente, sobretudo Elshtain (1993), estabelecem entre família e cuidado é, no mínimo, questionável (DIETZ, 1985). A construção do que se entende como a relação familiar é, em si, passível de questionamento, considerando, principalmente, o fato de que muito dessa construção passa pela definição histórica da posição das mulheres na vida social, que reitera a ligação entre as mulheres o espaço privado. Pode-se dizer, contudo, que essa posição sofreu tantas alterações ao longo do tempo quantas foram as mudanças no papel das mulheres na sociedade. A ligação que se estabelece entre o pensamento maternal e as práticas da maternagem e os valores democráticos não se sustentaria tendo como base a mesma estrutura de relação que estabeleceria os laços, por exemplo, entre mães e filhos na esfera familiar. Dietz (1985:31) mostra que a ampliação da lógica da relação entre mães e filhos – que está baseada, sobretudo, numa larga assimetria de poder, e em princípios de amor e intimidade - não se aplicaria a relação entre os cidadãos ou os cidadãos e o Estado. A relação entre cidadãos e entre esses e o Estado se estabelece como uma relação ativa, que pressupõe igualdade, e na qual o amor ou a intimidade não são pressupostos necessários ao estabelecimento de laços de responsabilidade política. Nesse contexto, a condição fundamental da cidadania, na qual Dietz baseia sua crítica, é a liberdade, considerando que:

“A cidadania é uma condição ativa em que muitas pessoas compartilham a responsabilidade de comandar e preocuparem-se não apenas com questões gerais de políticas públicas, mas também em perpetuar a própria ação de cidadania.” (1985:31)

Ainda no âmbito da crítica, Okin (1989) problematiza o lugar da família enquanto esfera de relações livres das condições de justiça, com base no referencial Rawlsiano da discussão – ou seja, da universalidade imparcial. O debate proposto por Okin (1989) põe em questão a centralidade da família enquanto uma instituição social que não é considerada no debate político, mas que deve ser compreendida como um espaço de vivência e de experiências sociais constitutivas das diferenças e que precisa ser questionado, também, segundo os ideais de justiça social que orientariam a sociedade. Nesse sentido, a proposta de Okin é que o espaço da família, enquanto “uma pequena associação, normalmente caracterizada por uma hierarquia definida, em que seus membros tem certos direitos e deveres” (1989:96), seja também questionado como espaço onde os princípios de justiça devem ser aplicados. Isso porque ao se considerar o gênero como uma das variáveis relevantes para o desenvolvimento moral dos indivíduos

(ou seja, um elemento capaz de determinar suas escolhas em termos de justiça), é preciso pensar em todos os níveis onde as diferenças de gênero se instalam – e, nesse sentido, o espaço da família é central na reprodução dos papéis e desigualdades de gênero. Apesar da idéia de Okin (1989), a partir da premissa de Rawls (2008), estar centrada na neutralização dessa variável, até mesmo no espaço da família, para a discussão sobre justiça, ela é importante por questionar a noção de família como um espaço neutro em termos de relações de poder e distribuição de direitos. Young (1997a) critica a posição de Okin (1989) justamente pelo fato de que sua discussão não se aprofunda na crítica à instituição familiar para além dos limites da justiça redistributiva. Nesse sentido, a crítica de Young (1997a) se refere às possibilidades de se pensarem as relações familiares para além dos seus atuais limites legais (as bases materiais que definem os direitos e deveres dentro do espaço familiar), sobretudo na figura do casamento, responsável pela reprodução de padrões de relacionamento e de estruturas de sexualidade e reprodução incompatíveis com a justiça social na perspectiva de gênero.

No que se levanta em relação à possibilidade de uma autonomia do indivíduo na esfera da privacidade, o pensamento maternal limitará essa autonomia àquela referente à maternagem, ao cuidado. Nesse sentido, a própria idéia da existência de um elemento maternal inerente ao sujeito feminino é limitante, porque estabelece um critério de reavaliação da experiência restrito. Esse critério está baseado em uma idéia sobre o desenvolvimento social e moral das mulheres que, ao tentar reforçar possíveis elementos positivos das experiências comuns na busca de um sujeito feminino, acaba criando outra lógica de hierarquização das experiências. Essa lógica, dessa vez, está baseada num referencial feminino, de suposta compaixão e cuidado, que impossibilita que outros interesses, ligados também à questão do gênero, se expresse enquanto diferenças válidas dentro do próprio grupo. Enquanto o pensamento maternal define a maternagem como elemento central para se pensar a autonomia das mulheres enquanto indivíduos, em suas experiências e relações sociais, Mackinnon (1991) advoga pela impossibilidade de uma definição autônoma do sujeito feminino dentro das estruturas da sexualidade, o que põe em questão o problema central da abordagem maternal: a necessidade de se questionarem essas experiências e relações sociais antes de afirmá-las enquanto elementos anteriores à opressão e dominação.

Quando Anne Phillips (1991) argumenta pela centralidade do papel dos grupos no contexto da representação formal, mas levantando o problema da articulação desses

grupos para além do elemento da opressão, como defendido por Young (2006). Ela levanta o problema da mobilização dos elementos relevantes à articulação em grupos para sua organização no sentido da ação na esfera política, afirmando que:

“é muito limitado considerar tanto o eleito ou o eleitorado como definido por uma identidade única, e particularmente quando essa identidade não especifica crenças particulares.”
(PHILLIPS, 1991:156).

Essa afirmação mostra que também são precárias as possibilidades apresentadas por Mackinnon (1991) e pelo pensamento maternal, articuladas sobre limites específicos que determinariam as identidades das mulheres, e, conseqüentemente, a expressão de seus interesses e de suas demandas. Se o problema da mobilização dos grupos fosse compreendido nesses termos, estritos, a representação estritamente descritiva, de Pitkin (1985), ou a idéia de perspectiva, de Young (2006), seriam suficientes para responder ao problema da representação das mulheres.

Nesse sentido, Chantal Mouffe (1992) apresenta uma proposta antiessencialista de cidadania e de democracia na elaboração de sua visão sobre o que seria o objeto da política feminista. Mouffe argumenta que, para um feminismo com base em uma política democrática e inclusiva radical, a desconstrução das identidades essencializadas é condição necessária para compreendermos a variedade das relações sociais, onde os princípios de liberdade e equidade devem ser aplicados a todos. É preciso, então, teorizar não os limites constitutivos, mas a multiplicidade de possibilidades de articulação que as relações de subordinação social constituem, para além de uma subjetividade centrada em um só elemento definidor das subjetividades. Por isso, Mouffe considera que os agentes sociais são constituídos por um conjunto de “posições”, que podem ser caracterizadas por experiências de opressão ou de autonomia, em suas diferentes dimensões. Essas posições são responsáveis por constituir as identidades de forma sempre contingente e precária, desvinculando, também, a relação entre discurso e posição no processo de representação. Isso desvincula, por sua vez, a noção de representação de uma essência elementar de identidade baseada na presença. Contudo, não é possível ignorar o problema de que algumas experiências serão, dentro do conjunto de posições que cada sujeito pode vir a assumir, centralizadas, enquanto outras podem não ser mobilizadas da mesma maneira. A solução que a autora aponta para o problema está baseada no conceito de articulação, considerado como a possibilidade de ligação de diferentes posições frente a um

elemento de mobilização. A fixação das identidades, nesse sentido, é sempre parcial e sujeita a constantes transformações, sem estabelecer relações pré-determinadas, mas permitindo a configuração de sujeitos coletivos em situações contingentes frente à elementos comuns de coesão.

Como já visto, Phillips (2001), desenvolve a discussão sobre política de idéias e política de presença a partir da necessidade de mostrar que a representação, baseada apenas no referencial formalista da expressão dos interesses e idéias dos representados pelos representantes, não é suficiente. Reafirma-se, assim, que é preciso, para considerar as diferenças e compreender as desigualdades no campo político, ressaltar a importância das identidades dos representados e dos representantes nesses processos. O que Phillips (2001) propõe é que não haja uma oposição entre essas duas formas de representação, mas sim a necessidade de buscar, na relação entre elas, um “sistema justo de representação” (PHILLIPS, 2001:289).

Ao propor que a representação política seja pensada tanto em termos de presença quanto em termos de idéias, Phillips (1991) levanta dois elementos complexos nessa discussão sobre a representação que podem ser questionados sob a luz dos debates do gênero e para os quais Mouffe lança luzes especiais em termos de possibilidade política: sobre a necessidade da definição de elementos de coesão de identidades para a mobilização política do eleitorado; e sobre a necessidade da definição desses mesmos elementos por aqueles que competem para serem eleitos. Essa diferenciação permite pensar a centralidade das idéias como elementos de coesão e de mobilização – e, sobretudo, de criação - de identidades políticas por parte daqueles que competem pelo voto. Essa discussão está centrada não apenas na importância da identidade enquanto elemento funcional da representação, ou seja, como a base para a ação do representante em prol do representado, mas também no fato de que candidatos e candidatas buscam ser identificados e podem articular elementos de coesão a partir de determinadas idéias ou grupos.

Nesse sentido, a discussão da teoria política feminista em relação à constituição desses possíveis elementos para articulação de perspectivas comuns às mulheres como elementos fundamentais para a representação política formal, nos diferentes sentidos em que se compreendem essas “experiências comuns” - sejam elas entendidas como a dominação pela sexualidade, a superioridade moral das mulheres enquanto mães, a opressão de gênero enquanto opressão de grupo, seriam elementos suficientes para

justificar e possibilitar a necessidade da inclusão das mulheres nos espaços de representação formal?

1.4 Representação: relação constitutiva

Num cenário onde a representação pode ser entendida como o desafio de expressar, politicamente:

“padrões de identidades sobrepostos, de forma que um grupo social não pode mais agir como se esgotasse os pertencimentos coletivos de seus integrantes.” (MIGUEL, 2010:16)

É necessário pensar em outras dimensões possíveis para abordar o problema da representação que não aquela baseada na valorização das experiências comuns de exclusão ou opressão de um determinado grupo, ou de uma essência fundamental desse grupo, ao menos não como o elemento fundamental da constituição das identidades. Pensar as identidades e perspectivas políticas como contingentes ao potencial tanto opressivo quanto criativo do campo político é necessário para se compreender de que forma as demandas dos diferentes grupos são validadas ou excluídas do discurso político legítimo.

Nesse sentido, tomar a representação política enquanto uma relação constitutiva de identidades e interesses, em sua função produtiva, surge como uma alternativa plausível frente ao problema da mobilização política dos grupos subalternizados. Pensar o problema a partir dessa perspectiva diferenciada permite responder à questão proposta acima problematizando, para além da formação da identidade ou da perspectiva do grupo, os efeitos que a decisão de levar demandas à esfera da competição política tem sobre sua definição. Ou seja, o papel da perspectiva (e de todos os elementos que ela abriga, como os interesses e as opiniões) mobilizada pelo representante no momento em que esse se apresenta como candidato ou candidata desse grupo específico enquanto elemento capaz de articular diferentes perspectivas, interesses e opiniões comuns a esses grupos: no caso específico da problemática desse trabalho, das mulheres. Essa proposta se apresenta enquanto possibilidade ao se considerar que a dimensão do reconhecimento (seja de identidade, perspectiva ou interesse) é essencial no que se refere à representação e a possibilidade de ingressar na luta pela redistribuição. O que é enfatizado como elemento comum de reconhecimento, nesse sentido, pode definir como um grupo pretende expor suas demandas e se

posicionar nas disputas redistributivas, e, ao mesmo tempo, também definir a forma como esse grupo se organiza enquanto grupo politicamente subalternizado.

Claus Offe e Helmut Wiesenthal (1984), em sua discussão sobre a diferença na lógica de ação entre grupos capitalistas e a classe trabalhadora, afirmam a possibilidade da superação das individualidades que constituem os grupos com necessidades e interesses heterogêneos com base na definição de uma identidade coletiva. A importância na definição dessa identidade coletiva está, sobretudo, em seu potencial de se desvincular da lógica de ação das próprias relações de poder em que a dominação desses grupos está baseada, alterando os padrões de compreensão dos custos de ação nos termos das avaliações de necessidades do próprio grupo para além do indivíduo. Contudo, um dos pontos principais a serem ressaltados na ideia de Offe e Wiesenthal (1984) no contexto desse debate é que apenas os grupos “que estão relativamente sem poder é que terão razão para agir em termos não individuais, na base de uma noção de identidade coletiva, simultaneamente gerada e pressuposta por suas associações” (OFFE e WIESENTHAL, 1984:70). Dentro desse quadro desenhado por Offe e Wiesenthal, os grupos oprimidos ou subalternizados definidos por Young (2006) podem, até, serem definidos pelas perspectivas que compartilham, mas sem uma afirmação e articulação de identidade coletiva, não teriam possibilidades de alterar os padrões das relações de poder em referência aos grupos dominantes.

O que Offe e Wiesenthal (1984) põem em questão frente à discussão na teoria política feminista é a preservação da individualidade na ação política, mesmo quando pensada sob a ótica dos grupos. Phillips (1991) e Young (2002) criticam a afirmação de uma identidade do grupo como um elemento de limitação, ou, no caso de Young (2002), uma política de identidade, referente apenas às diferenças culturais, e que não questiona os elementos estruturais da opressão e da dominação. Para Offe e Wiesenthal (1984), por sua vez, é preciso pensar a forma atomizada de se pensar a ação como restritiva à possibilidade de alcançar mudanças por parte dos grupos mais fracos. Assim:

“a lógica da ação coletiva dos relativamente destituídos de poder difere daquela dos relativamente poderosos, na medida em que a primeira implica um paradoxo que está ausente na segunda – o paradoxo de que *interesses só podem ser defendidos na medida em que são parcialmente redefinidos*. Por isso, as organizações nas quais a ação coletiva dos relativamente destituídos de poder tem lugar precisam sempre ser construídas – e de fato sempre o são – de modo que simultaneamente expressem e definam os

interesses dos membros” (OFFE e WIESENTHAL, 1984:71, grifos meus).

Nesse sentido, Offe e Wiesenthal podem trazer para a discussão da teoria política feminista uma questão central: ao questionamento epistemológico “qual é o sujeito do feminismo?”, que orienta também a questão de quais são suas demandas, precisaríamos acrescentar a pergunta, “e a qual interesse responde esse sujeito?”, ao pensarmos no feminismo enquanto projeto – ação coletivamente organizada – emancipatório.

O que se pretende levantar com esse questionamento, em relação ao debate pertinente a essa dissertação, é a condição da pluralidade dos interesses – compreendidos no sentido mais estrito, de preferências que orientam as ações – como expressos e definidos nas organizações, no caso, nas diferentes perspectivas apresentadas sobre o mesmo problema: as possibilidades da ação política das mulheres no contexto da representação formal.

Considerando essa questão, e ainda os pontos levantados por Anne Phillips (1991) em relação à necessidade de se definir uma identidade para a mobilização política tanto de eleitores quanto de eleitos, vemos que a teoria política feminista transita entre a dificuldade de estabelecer padrões estritos de identidade para orientar a ação política para além do essencialismo, abrindo mão, assim, de outros elementos possíveis de auto-determinação do indivíduo, e questionamentos sobre essa própria identidade; e a necessidade de preservar a diversidade, teoricamente e empiricamente, sem abrir mão de elementos mais concretos para a ação política.

Nesse sentido, torna-se central o papel da representação política como espaço constituinte dos interesses – mais específicos e concretos do que as perspectivas. A figura do representante passa a ser entendida como capaz de mobilizar certos elementos dessas perspectivas no momento da disputa formal pelos cargos de representação. Sendo assim, o processo de escolha do representante, e os elementos mobilizados na disputa política passam a ser centrais não apenas por seu papel em expor demandas, mas também por constituí-las e, sobretudo, por sua possibilidade de criar novos problemas políticos. Ou seja, esses representantes podem trazer novos temas e demandas para o debate, de forma a realmente constituir grupos e reuni-los, com base em um discurso comum, mas também em suas experiências concretas. O que se pretende, com essa afirmação, é reforçar a especificidade desses interesses enquanto preferências socialmente construídas e baseadas em relações de poder específicas. Também é

importante lembrar que mobilizar alguns elementos concretos das diversas experiências das mulheres significa silenciar outras, o que reitera a importância de se investigar sobre as diferentes formas como esses interesses se constituem politicamente. A necessidade de atentar para a representação política como mobilizadora de identidades possíveis e orientadoras da ação, e conformadoras de interesses, no sentido apresentado por Offe e Wiesenthal (1984), mostra como esse instituto da democracia contemporânea é, ainda, e para além das críticas, fundamental para uma real possibilidade de transformação da realidade social, sobretudo, no que se refere às desigualdades de gênero.

CAPÍTULO 2

PODER EXECUTIVO E GÊNERO

Dominação política institucionalizada

“Assim o velho colecionou a jovem; não poderia ter sido ao contrário. Colecionar é uma atividade sociável e ao tempo mesmo uma pirataria. As mulheres são educadas para não se sentirem competentes nem gratificadas pela procura, pela competição, pela superação dos lances que o colecionador (ao contrário de adquirir em larga escala) exige. Os grandes colecionadores não são mulheres, assim como os grandes contadores de piadas. Colecionar, como contar piadas, implica pertencer ao mundo em que objetos já prontos circulam, são alvos de competição, são transmitidos. Colecionar implica uma participação confiante e plena num tal mundo. As mulheres são treinadas para serem participantes marginais ou secundários neste mundo, assim como em muitos outros. Competir pela aprovação – não pelo competir entre si.”

Susan Sontag, *O amante do vulcão*.

Este capítulo pretende discutir se as possibilidades de inclusão de grupos subalternizados nos espaços de poder político formal são suficientes para que esses grupos sejam representados de forma de fato substantiva, e não apenas a partir de uma possibilidade formal de competição. Assim, a discussão se desdobra sobre o problema das desigualdades materiais e simbólicas que, em muitos sentidos, limitam as reais possibilidades de competitividade e sucesso desses grupos nos espaços de poder.

Considerando que essas desigualdades simbólicas e materiais orientam a construção dos diferentes espaços de poder me utilizarei do conceito de *campo* e de *habitus*, extraídos da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, para analisar a hipótese de que os elementos simbólicos e materiais identificados como referentes ao poder executivo enquanto campo incorporam as diferenciações de gênero de forma

desfavorável às mulheres que concorrem à cargos nessa esfera do poder político. Buscarei analisar as conseqüências dessa diferenciação para o problema da inclusão efetiva das mulheres no campo político e da possibilidade de formação de articulações identitárias por parte desses grupos.

É preciso, contudo, manter em perspectiva a natureza diferenciada do poder executivo, que resulta, também, em uma visão diferenciada sobre a representação política no âmbito dessa esfera de poder. A importância dessa discussão está na possibilidade de que essa diferença na natureza da representatividade no poder executivo mobilize diferentes elementos na constituição das carreiras políticas com base no gênero, o que afetaria a inclusão das mulheres e de suas demandas e possibilidades de mobilização nessa arena.

2.1 Campo político e inclusão: dominação simbólica como desafio à representação.

A discussão desenvolvida no capítulo anterior foi orientada para a crítica da representação política formal com base em uma visão da representação enquanto espaço de articulação entre elementos de identidades fragmentários. Esses elementos seriam capazes, por meio da representação formal, de se rearticularem para a ação política partindo do reconhecimento de interesses comuns na figura dos representantes. A representação política seria um meios de expressar as experiências comuns de opressão e dominação a partir de distintas perspectivas sociais. Contudo, não é suficiente argumentar por essa visão diferenciada da representação política sem considerar que não é apenas a mobilização eleitoral o que garante o acesso substantivo de determinado grupo aos espaços de decisão política, em especial, às mulheres. Nesse sentido, a demanda por inclusão política não se esgota no voto enquanto parte do processo de articulação de identidades. Indo além, essa demanda expõe e desafia as estruturas políticas responsáveis pela diferenciação e dinâmica das relações materiais e simbólicas dentro do campo político a partir do momento em que permite a mobilização de articulações identitárias distintas daquelas comumente identificadas com o campo e que se vêem deslocadas dos reais centros de tomada de decisão.

A demanda da inclusão efetiva é um processo que não pode ser entendido sem a perspectiva de que os desafios referentes à competitividade no âmbito da representação formal refletem os desafios estruturais que serão enfrentados dentro desse campo. O perigo da naturalização dos critérios de seletividade na disputa política das

estruturas que organizam a dinâmica do campo não se limita apenas a seu interior, mas afeta os processos de seleção e de recrutamento daqueles que pretendem ingressar nesses espaços de poder, ao condicionar o processo de seleção às “regras do jogo”, reiterando discursos e dinâmicas de funcionamento desse espaço. A naturalização dessas estruturas não apenas afeta a distribuição material das forças dentro do campo, delimitando os termos dos discursos politicamente válidos. Ela também alimenta critérios possíveis para realocar os agentes nesses espaços, posicionando cada um daqueles que conseguiram vencer as barreiras do ingresso segundo critérios previamente estabelecidos. As possibilidades dos grupos subalternizados de vencerem os obstáculos materiais e simbólicos referente a uma das etapas formais rumo à inclusão – o reconhecimento dado por meio do voto – estão ligadas, em grande medida, às estruturas do campo político e às formas validadas de monopolização dos discursos políticos. Esses discursos constituem barreiras materiais e simbólicas ao acesso aos centros reconhecidos de decisão política, para além do acesso formal à competição política.

Esses arranjos estruturais são fundados tanto em bases materiais quanto em bases simbólicas, ou seja, se referem a distribuições desiguais dos recursos materiais necessários ao acesso aos meios de produção dos produtos políticos. Sem desenvolver a crítica aos processos de produção dos interesses políticos, simbólica e materialmente, no caso dessa pesquisa, a partir de uma análise das trajetórias políticas daqueles que pretendem ingressar nesse campo, não é possível analisar, de fato, o problema da subrepresentação das mulheres nos espaços de decisão política. Para desenvolver essa análise, o conceito de campo tem se mostrado uma ferramenta teórica útil para se compreender a dinâmica entre os elementos materiais e simbólicos que estabelecem as relações políticas em diferentes níveis dentro de um mesmo campo e em suas relações com outros campos. O conceito permite mostrar como esses elementos simbólicos e materiais têm papéis estruturantes nas formas de ação política ao afetarem a forma como se compreendem os problemas e interesses políticos.

Podemos considerar como campo, segundo o trabalho de Pierre Bourdieu (1989), os espaços sociais estruturados a partir de uma lógica própria de ações e de distribuição de recursos, que por sua vez são estruturantes das visões de mundo que são parte constitutiva de um determinado *habitus* específicos aos agentes nessa estrutura. Em outros termos, temos que "todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial, pela fixação de objetivos que se apresentam como ‘naturais’ para aqueles que deles participam" (MIGUEL, 2002). Cada

campo determina seus próprios critérios de consagração, ou seja, de reconhecimento dentro dele pelos seus próprios participantes. Além disso, determina seus critérios de competência, legitimando determinadas técnicas e formas de racionalização das práticas internas a ele, criando uma cultura especializada de ação dentre aqueles que buscam ocupar posições centrais nesses espaços.

Para Bourdieu, esses espaços sociais estruturados com base em diferenciações de posições sociais por meio da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos constituem:

“...ao mesmo tempo, um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura.” (BOURDIEU, 1996:50).

No caso do campo político, temos, especificamente:

“o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’ devem escolher, com probabilidades de mal-entendidos maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (BOURDIEU, 2003: 164).

Historicamente, o campo político precisa, periodicamente, se abrir à participação de indivíduos externos a esse campo, ou seja, aqueles que não possuem os meios, simbólicos e materiais, e fins, relacionados, muitas vezes, aos produtos próprios aos arranjos daquele campo, de diferenciação naquele espaço social específico. Ainda assim, o campo político é capaz de estruturar, segundo sua própria dinâmica de produção de produtos políticos (que influem nas formas de percepção e expressão da sociedade, incluindo, aqui, as formas como se compreendem os problemas políticos), os termos que referenciam essa abertura, ou seja, os arranjos de seleção política formais, como as regras eleitorais ou partidárias e também aqueles elementos informais. Isso garante ao campo político e aos seus agentes um nível de autonomia maior do que se poderia supor a primeira vista e que por isso deve ser analisado de forma mais cuidadosa.

Contudo, mesmo mantendo esses meios de produção nas mãos de poucos sujeitos diferenciados daqueles que não possuem acesso a esses meios, os despossuídos, que participam desse processo de seleção promovido com base em um ideal de igualdade pelo voto, referente à democracia representativa concorrencial, o campo político ainda corre o constante perigo de ser “invadido” por forças que estão além do controle (relativo) possibilitado por essas diferentes condições de entrada no campo. O campo político se caracteriza enquanto um espaço de concorrência pelo poder de manter o “monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2003:185). Sua dualidade está em ter que responder tanto a necessidade de manutenção da dinâmica interna ao campo de produção de produtos políticos quanto a uma disputa externa a ele referente ao reconhecimento e legitimação das qualidades distintas daqueles que ocupam posições nesse campo em relação aos ditos “profanos” que se encontram fora dele.

Esse monopólio, por sua vez, não conecta diretamente a capacidade de mobilização “do direito de falar e agir em nome dos profanos” à força interna dos agentes nas lutas do campo e daí a relação dual entre a organização interna do campo e a necessidade de abertura periódica. O campo político exige que o reconhecimento, por parte dos profanos, das capacidades diferenciadas de um indivíduo o legitimem enquanto representante, porta-voz de um grupo para garantir sua entrada. Ao mesmo tempo, exige que esse mesmo indivíduo se adapte às regras e a dinâmica de funcionamento da política tendo de buscar o reconhecimento de seus pares para que tenha chances de competir uma vez que tenha acesso ao campo.

Considerando o conceito de campo, o elemento de diferenciação das capacidades que constituem cada campo estabelece o que será respeitado e reconhecido, interna e externamente, como válido nesses espaços. Assim, os diferencia como espaços de poder ao estabelecer uma distribuição desigual entre essas capacidades de mobilização e disposição de recursos. A legitimidade conferida aos agentes de cada campo específico enquanto aqueles que dominariam habilidades diferenciadas que os creditaria como os mais capazes de controlar os mecanismos e meios de manutenção e reprodução de seus campos é o que possibilitaria diferenciar as posições de força dos agentes dentro de cada campo, estabelecendo, assim, as hierarquias e relações de forças próprias a cada um. Essa necessidade do reconhecimento, interna e externamente, estabelece o que será respeitado, simbolicamente, como o elemento de diferenciação desses espaços sociais, os diferenciando como espaços de poder.

Os próprios agentes que compõem esse campo, ao se guiarem por essa diferenciação, recriam e reproduzem as hierarquias e valores a partir dos elementos simbólicos e materiais que refletem essas diferenciações. Assim, reforçam os padrões já existentes e, conseqüentemente, a dinâmica da distribuição dos recursos de acesso e permanência no campo. Da mesma forma que a atribuição de diferentes competências e habilidades separa os agentes políticos enquanto indivíduos capazes de produzir produtos políticos dos agentes culturais ou dos agentes econômicos enquanto produtores de diferentes produtos, essas diferenças estabelecem, internamente, as posições que cada agente ocupará em seu respectivo campo. As diferenças também delimitam as formas e possibilidades de interação naquele espaço, e também os produtos que cada agente é capaz de produzir, dependendo de sua posição. Nesse sentido, o fenômeno identificado por Bourdieu como a conversão do capital é crucial para que se compreenda a vulnerabilidade, especificamente, neste trabalho, do campo político em relação aos demais campos que organizam a vida social e compõe o campo de poder.

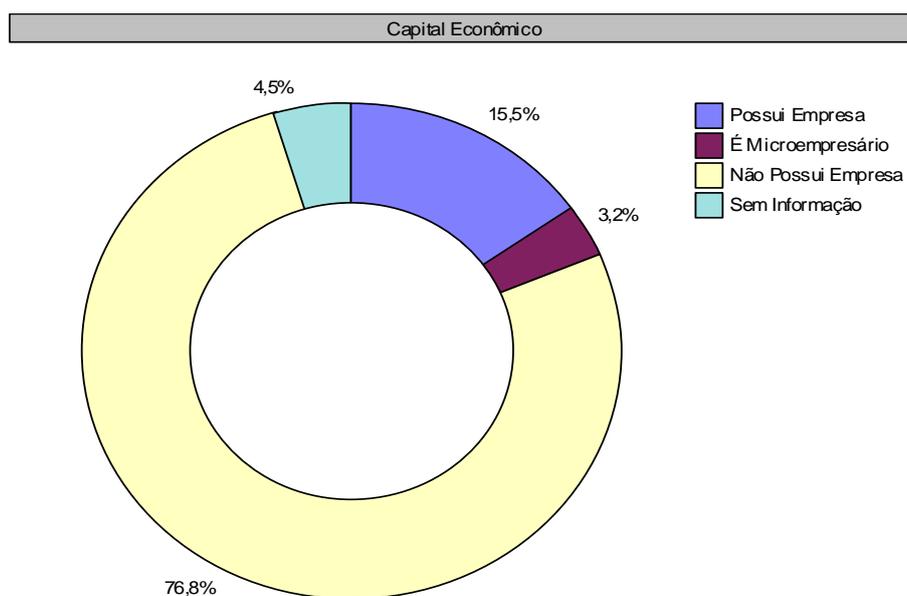
Como existe, em cada campo, uma lógica própria de disposições para a ação, a capacidade de um campo influenciar diretamente outro campo pode ser estabelecida por essa taxa de conversão do capital entre esses espaços de poder. Deve-se sempre lembrar que se trata de lógicas de ação distintas, variando de acordo com a influência de determinados agentes, hierarquias ou critérios de consagração. Por isso transitar de um campo a outro exige dos agentes envolvidos uma análise acurada de como das possibilidades e adaptações necessárias para a conversão de um tipo de prestígio e autoridade em outra com o mínimo possível de perda. A taxa de conversão de capital diz respeito à possibilidade de conversão de um capital acumulado em um determinado campo em capital válido em outro campo, já que esses campos, mesmo atuando com lógicas distintas, podem interagir entre si. As taxas de conversão do capital são variáveis, já a influência de um campo em outro não se dá em níveis iguais entre todos os campos. Essa conversão tampouco é automática, porque coloca par a par diferentes competências e habilidades estabelecidas como elementos de reconhecimento e diferenciação nos diferentes campos, que muitas vezes não se equivalem completamente.

Dentro da pesquisa foram estabelecidos alguns critérios para analisar a relação entre os vários campos que podem vir a influir na dinâmica do campo político. Foi possível notar que as taxas de conversão de capital econômico em capital político não são as mais altas, quando baseadas apenas na detenção de capital econômico por parte

dos candidatos e candidatas, segundo os critérios estabelecidos para a coleta de dados referentes a esse tipo de capital. Menos de 20% dos 374 candidatos e candidatas aos governos estaduais e municipais nas eleições de 2006 e 2008, respectivamente, possuíam empresas ou eram microempresários, segundo nos mostra o gráfico 2.A.

Contudo, apesar desse dado, específico às eleições para o poder executivo estadual e municipal de 2006 e 2008, respectivamente, não se pode depreender que o capital econômico não é um elemento importante dentro do arranjo de forças no campo de poder, sobretudo em relação ao campo político. No caso das relações entre capital político e capital econômico, muitas vezes essas influências não se dão de forma direta: apesar da maioria dos candidatos e candidatas não possuírem empresas ou microempresas, alguns mantêm relações políticas com grandes grupos econômicos, como financiadores de campanha ou como apoiadores informais, o que não foi abarcado no escopo dessa pesquisa.

Gráfico 2.A: Distribuição de Capital Econômico nas candidaturas a cargos no Poder Executivo Estadual e Municipal.



Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

As relações entre capital político e capital econômico são mais latentes em termos de perfil de candidaturas, onde é possível perceber de fato o reflexo do poder econômico no perfil de formação e atuação dos candidatos e candidatas, oriundos, em sua maioria, de camadas médias e altas da população. As continuidades nesses perfis, que serão analisados mais detidamente adiante indicam, em muitos sentidos, que existe um potencial de assimilação de interesses e compreensões do mundo político comuns

entre os candidatos e candidatas que não pode ser desconsiderado, numa visão bourdiesiana, como estruturada e estruturante das formas de visão de mundo desses grupos mesmo sem que esses estejam, necessariamente, em coalizão. Essa dinâmica pode ser percebida ao considerarmos o dado referente à formação daqueles candidatos e candidatas eleitos, em ambos os níveis, onde mais de 83% possuem o curso superior completo.

Uma das formas de conversão de capital identificadas na pesquisa se refere à conversão de capital midiático em capital político. Nesse sentido, uma diferença ainda menos relevante foi registrada, segundo a tabela 2.1:

Tabela 2.1: Distribuição do capital midiático adquirido por atuação na mídia entre as candidaturas em nível municipal e estadual

| Tipo de atuação na mídia | citações | % |
|---------------------------------|-----------------|-------------|
| cantor | 8 | 2,1% |
| esportista | 1 | 0,3% |
| ator | 2 | 0,5% |
| profissional de TV | 21 | 5,4% |
| profissional de rádio | 18 | 4,7% |
| nenhuma | 324 | 86,7% |
| TOTAL | 374 | 100% |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Considerando que apenas 13,3% dos candidatos e candidatas já fizeram ou fazem parte do meio midiático, seja no âmbito televisivo ou no rádio, seria possível argumentar que a relação entre o capital midiático e o capital político não seria tão efetiva. Contudo, observando essa relação no nível dos eleitos e eleitas, podemos observar que existe uma relação entre a conversão do capital midiático em capital político, mesmo que de forma restrita, e ainda que filtrada no nível das candidaturas, no caso do poder executivo – considerando que o percentual de eleitos e eleitas que ocupou, anteriormente, posições no meio midiático é de mais de 20%, como indica a tabela 2.2. A natureza diferenciada do modo de seleção reservado ao poder executivo, ou seja, o modelo de votação majoritária, e não proporcional, seria, em potencial, um fator que diferencia as credenciais de uma candidatura no que se refere à possibilidade de conversão de capital. Assim, é preciso garantias maiores de visibilidade e credibilidade política para tais cargos que o capital midiático não permitiria transferir tão facilmente, em termos de representatividade.

Tabela 2.2: Distribuição do capital midiático adquirido por atuação na mídia por eleitos e eleitas em nível municipal e estadual

| Tipo de atuação na mídia | citações | % |
|--------------------------|-----------|-------------|
| cantor | 2 | 3,8% |
| esportista | 1 | 1,9% |
| profissional de TV | 4 | 7,6% |
| profissional de rádio | 5 | 9,5% |
| nenhuma | 41 | 77,3% |
| TOTAL | 53 | 100% |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Dois importantes espaços de acúmulo de capital que tem potencial de conversão em capital político analisados pela pesquisa são os movimentos sindicais e os movimentos sociais. Em ambos os casos, esses movimentos servem como espaços de formação e redutos eleitorais de candidatos e candidatas, a partir da luta por um determinado setor da sociedade ou grupo social específico que demanda representação política.

Tabela 2.3: Distribuição da participação e posição em movimento sindical entre as candidaturas por nível federativo

| Posição em Sindicato | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|--|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-------------------------------|
| foi presidente | 34,0% | 3,8% | 56,6% | 5,7% | 100% (n=53) |
| foi da diretoria (exceto presidência) | 35,0% | 10,0% | 55,0% | 0,0% | 100% (n=40) |
| nunca participou | 49,3% | 7,9% | 34,8% | 7,9% | 100% (n=281) |
| TOTAL | 45,7% | 7,6% | 39,9% | 6,8% | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

No caso do movimento sindical, pouco menos de um quarto dos candidatos e candidatas para ambos os cargos executivos do poder estadual e municipal tomaram parte, como diretoria ou presidência, desse tipo específico de associação. Contudo, podemos notar que, nos dois níveis, estadual e municipal, esse tipo de capital não está de todo ignorado, sendo expressivo em relação aos eleitos e eleitas. No caso do poder estadual, essa influência se faz de forma mais clara, com pouco mais de 20% dos eleitos e eleitas já tendo participado de organizações sindicais. Dentre os eleitos e eleitas para os governos municipais das capitais de estado brasileiras, apenas pouco mais de 10% participaram de movimentos sindicais, mas todos aqueles que participaram tiveram papel de representação nesses grupos. Os dados mostram que não se pode desconsiderar a importância, ainda que pequena, desse tipo de capital ao se considerar a trajetória política de candidatos e candidatas no poder executivo, por se tratar de um espaço para a

construção de credibilidade e de visibilidade com alguma tradição na vida política brasileira.

O capital oriundo da participação em movimentos sociais, por sua vez, tem um papel importante para as candidaturas tanto em nível estadual quanto em nível municipal. Pela tabela 2.4, percebe-se que para os governos municipais essa relação entre a participação em movimento sociais e a possibilidade de lançar uma candidatura para a prefeitura é relevante, considerando que mais da metade dos candidatos e candidatas já tomaram parte, em alguma medida, de uma organização do tipo.

Tabela 2.4: Participação em Movimento Social por candidatura e nível federativo

| | Sim | não | TOTAL |
|------------------------------------|-------|-------|-----------------|
| candidato(a) ao Governo Estadual | 16,1% | 83,9% | 100% (n=174) |
| eleito(a) para o Governo Estadual | 33,3% | 66,7% | 100% (n=27) |
| candidato(a) ao Governo Municipal | 29,1% | 70,9% | 100% (n=147) |
| eleito(a) para o Governo Municipal | 11,5% | 88,5% | 100% (n=26) |
| TOTAL | 22,1% | 77,9% | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Grande parte desses números referentes à participação em movimentos sociais se deve à participação em movimentos estudantis, compondo cerca de $\frac{3}{4}$ do total da participação em movimento sociais para o geral das candidaturas, como mostra a tabela 2.5. É possível considerar que esse tipo de capital é relevante no momento da formação das bases políticas de muitas candidaturas – sobretudo na candidatura das mulheres, como veremos adiante, quando da análise específica das candidaturas a partir de um recorte de gênero. A participação em movimentos sociais pode representar a mobilização de determinados grupos e temáticas por determinados candidatos e candidatas, da mesma forma que a organização de grupos buscando sensibilizar candidatos e candidatas para suas causas.

A conversão de capital adquirido por meio da participação em movimentos sociais é vista, muitas vezes, como uma janela de oportunidades de entrada na vida política formal; contudo, a participação em movimentos políticos organizados por grupos marginalizados no campo, como o movimento de mulheres não garante as mesmas oportunidades de visibilidade e construção de capital que a participação em movimentos sociais tradicionais, como o sindical e o estudantil, que compõe grande

parte do contingente identificado nessa pesquisa, como pode ser visto na tabela 2.5 abaixo, sobretudo entre os eleitos e eleitas em ambos os níveis.

Tabela 2.5: Distribuição das candidaturas por tipo de movimento social

| Tipo de Movimento | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|--|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------|
| movimentos estudantis | 65,8% | 72,7% | 82,2% | 100% | 75,3% |
| movimentos de esquerda | 5,3% | 18,2% | 4,4% | 0,0% | 6,2% |
| movimentos religiosos | 2,6% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 1,0% |
| movimentos para a promoção de direitos e inclusão | 26,3% | 9,1% | 13,4% | 0,0% | 17,5% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A categoria “movimentos para a promoção de direitos e inclusão” inclui todos os movimentos sociais ligados às demandas sociais, como, por exemplo, moradia, bem-estar, combate à fome, o que inclui, muitas vezes, movimentos de base religiosa com trabalho em áreas sociais; e de demandas por inclusão e direitos, como, por exemplo, movimentos pelos direitos da infância, de deficientes, de contestação da ordem política vigente, de promoção da cidadania.

Outra importante forma de conversão de capital analisada pela pesquisa foi a conversão de capital familiar em capital político. Para essa análise, buscou-se estabelecer quais eram as conexões familiares dos candidatos e candidatas com outras figuras políticas, locais ou nacionais, que já tivessem ocupado cargos políticos eletivos ou de confiança. Dentre os oito níveis de parentesco analisados (Pai; Mãe; Irmã ou Irmão; Cônjuge ou Ex-Cônjuge; Filho ou Filha; Sogra ou Sogro; Neto ou Neta; Avó ou Avô), mostrou-se que a maior parte das ligações se dá entre pais, cônjuges ou ex-cônjuges e avós e avôs.

Tabela 2.6: Capital familiar das candidaturas por grau de parentesco e nível federativo

| | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|-----------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------|
| Pai | 7,2% | 42,9% | 8,4% | 44,7% | 14,2% |
| Nenhum | 92,8% | 57,1% | 91,6% | 55,3% | 85,8% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |
| cônjuge ou ex-cônjuge | 8,4% | 29% | 11,8% | 14,8% | 11,8% |
| Nenhum | 91,6% | 71,0% | 88,2% | 85,2% | 88,2% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |
| secretário municipal | 3,4% | 26,5% | 5,2% | 0,0% | 5,9% |

| | | | | | |
|--------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| Nenhum | 96,6% | 73,5% | 94,8% | 100% | 94,1% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

Mesmo considerando os baixos índices gerais de relações de parentesco dos candidatos e candidatas, divididos em diversas subcategorias, é possível notar que, entre os eleitos, essas relações se fazem notar de forma mais expressiva do que entre as candidaturas de forma geral. Se observarmos a categoria pai, temos que pouco menos de 50% dos eleitos e eleitas tanto para o poder executivo estadual quanto para o poder executivo municipal das capitais tem ou tiveram seus pais ocupando cargos eletivos ou de confiança na administração pública. Como dito, mesmo considerando que esses números sejam menos significativos nas demais categorias, entre os candidatos e candidatas, sua tendência é mostrar que entre os candidatos e candidatas eleitos essas relações familiares se estreitam, como também é o caso da categoria cônjuge e ex-cônjuge, que varia entre 29%, para eleitos e eleitas para o executivo estadual e 14,8% para os eleitos e eleitas para o executivo municipal. Isso demonstra que ainda é muito forte, no âmbito do poder executivo, a influência das relações familiares na vida política. A conversão de capital familiar em capital político, nesse sentido, se mostra vantajosa, em alguns níveis.

A abertura periódica do campo político à renovação de seus quadros por meio das eleições contém em potência a possibilidade de reordenação do campo frente a uma ameaça da redistribuição da confiança e credibilidade entre os agentes políticos, e levanta diretamente o problema da conversão de outras formas de capital em capital político como elemento central no momento da entrada de novos agentes nesse campo. É preciso levar em consideração que nem toda a mobilização do capital político e dos meios de produção dos produtos políticos em prol da manutenção das estruturas estruturantes das diferenciações é suficiente para evitar que *outsiders* ingressem no campo político, no momento da abertura obrigatória desse campo à sociedade que são as eleições. Mesmo considerando a objetivação desse capital em instituições permanentes, dentro e fora do Estado, que incorporam os elementos da organização do campo político e ajudam a reproduzir os padrões de competências desses agentes, a conversão de outras formas de capital em votos permite que alguns eleitos e eleitas para cargos políticos superem os critérios de competência estabelecidos para o campo político, ou se tornem referência para esse campo. É justamente pela característica de dualidade do campo político que sua vulnerabilidade se torna mais latente: apesar de se organizar e reger sua

dinâmica com base em regras, competências e diferenciações próprias, nenhum outro campo está mais suscetível à interferências de outros campos do que o campo político.

Contudo, não é possível estabelecer uma relação direta entre número de votos e montante de capital político adquirido: mesmo considerando que a vitória nas urnas seja a expressão da vitória na concorrência pelo “monopólio do direito de falar e agir” (BOURDIEU, 2003:185) por um grupo, ela não garante a conversibilidade total desse prestígio em reconhecimento interno ao campo. Ou seja, mesmo considerando a possibilidade de que um determinado tipo de capital seja reconhecido como politicamente válido na disputa eleitoral e que garanta votos para um ou uma candidatura, esse reconhecimento não é garantia de poder dentro do campo.

Como já dito, o próprio campo político, ao estabelecer sob que termos o discurso político será validado, já delimita em muitos sentidos quais os critérios de diferenciação, e quais as competências e habilidades exigidas para que aqueles novos agentes que ingressam se mantenham, e estabeleçam suas posições nesse campo, interna e externamente, controlando, em grande medida, as próprias possibilidades de conversão de capital, privilegiando algumas, e prejudicando outras.

Assim como para os demais campos, existe um *habitus* próprio ao campo político que o singulariza em termos de disposições para a ação, e não apenas em suas formas de estruturação. Esse *habitus* é constituído pelas estruturas do campo, mas também constitutivo dessas estruturas: é a partir da incorporação do *habitus* que se reproduzem as práticas que definem os elementos de organização do campo. Como função mobilizadora da ação, essas estruturas estruturadas do campo engendram espaços para o surgimento de diferentes disposições, orientadas de acordo com as práticas que determinam as diferenciações e desigualdades estruturantes dele. Essas disposições que delimitadas pelas diferenciações sociais caracterizam os *habitus* específicos dos diversos grupos em cada campo.

Uma das características desse espaço de disposições que é o *habitus*, no âmbito dessa pesquisa, está na possibilidade de se estabelecer, a partir das posições sociais definidas pela distribuição de capital, afinidades entre os agentes que se encontram em posições sociais parecidas. Assim, ele abre possibilidades para uma vinculação entre esses agentes com base nessas práticas simbólicas específicas desses grupos, que também se refletem em seu conjunto de bens materiais em termos de escolhas (que podem ir dos hábitos de consumo até as escolhas políticas). O *habitus* não é apenas um dos produtos das disputas de poder dentro do campo, mas também é constituído como

um dos definidores de distinções dentro de seus respectivos campos, de forma positiva, como possibilidade de fazer. Esse sistema de separações tem uma capacidade geradora de afinidades baseadas num conjunto de disposições e possibilidades de ação que é essencial à manutenção das posições sociais dentro dos campos, a partir do momento que responde ao que é produzido e reproduzido no seu campo; à identificação dos agentes com suas respectivas posições nesses campos; e às perspectivas e possibilidades de deslocamento dentro dele. O *habitus* não responde às finalidades simbólicas e materiais da ação nem aos constrangimentos do campo.

O conceito de *habitus* destaca o modo de operação das diferenciações que dinamizam as relações no campo político a partir do momento que possibilita estabelecer similaridade, ao mesmo tempo que é capaz de reforçar as diferenças, e, conseqüentemente, as distâncias entres os agentes dentro do campo. Esses efeitos de diferenciação, distanciamento, assimilação e delimitação de escolhas se estabelecem em uma rede complexa de distribuição de bens, novamente, simbólicos e materiais. Esses efeitos não são, necessariamente, aparentes nem coercitivos, justamente porque se estabelecem com base nas escolhas individuais de cada um dos agentes do campo, e não com base em uma estrutura de dominação baseada num poder central que nega as possibilidades de se realizarem algumas escolhas frente à interdição de outras. De fato, a dominação simbólica se constitui enquanto:

“efeito indireto de um conjunto complexo de ações que se engendram na rede cruzada de limitações que cada um dos dominantes, dominados assim pela estrutura do campo através do qual se exerce a dominação, sofre de parte de todos os outros.” (BOURDIEU, 1996:52).

Aqueles que dominam o campo são também dominados por ele: as escolhas e as ações exercidas por esses agentes, mesmo que em situações privilegiadas, são aquelas orientadas pela definição das competências políticas definidas previamente, e que estão sempre no horizonte dos julgamentos dos pares no campo – validando e reforçando as características do campo. Ao mesmo tempo, essas disposições podem ser influenciadas pelos discursos produzidos por agentes internos ao campo político que busquem alterar, e não apenas reproduzir essas estruturas. No caso do campo político, considerando, novamente, sua dualidade, é possível que agentes novos, que ainda não se adequaram às práticas e *habitus* do campo, ou que não buscam, deliberadamente, se adequar a eles, tragam elementos novos para o campo. Apesar da dificuldade em se estabelecerem novas disposições ou mesmo de se alterar minimamente os antigos padrões de

comportamento – a partir da possibilidade de visibilidade e reconhecimento que os novos temas trazem ou os desafios que expõem – novos elementos podem ser agregados.

Não se pode dizer que o campo, em si e por si, define uma escolha. Segundo Bourdieu (1996:27), o campo, ou o espaço social em suas estruturas objetivas e construções subjetivas, engloba o indivíduo em suas posições, ou seja, a partir dos diversos campos em que esse toma parte, sem que, a partir disso, se estabeleça uma referência fixa para a análise da realidade social. O posicionamento dos agentes no campo, e a transversalidade dessas posições na rede complexa que compõe a subjetividade de cada indivíduo constituem pontos de vista situados. A partir desses pontos é possível se assumir uma percepção sobre a realidade baseada naquela posição, que orienta as representações da realidade social de forma diferenciada dependendo das diferentes posições que ocupadas nos diferentes campos simultaneamente.

Como visto, o *habitus* funciona como o elemento que estabelece as diferenciações e a partir delas os elementos agregadores dessas distinções e hierarquias, simbólica e materialmente estabelecidas no campo. É possível, com base numa análise centrada em Bourdieu, perceber as possibilidades das mudanças nas estruturas com base na alteração nos padrões de diferenciação que são possíveis por meio do *habitus* ou das próprias estruturas, considerando ambos os elementos enquanto partes estruturantes e estruturadas pelo campo. Contudo, também é possível observar a intrincada rede de poderes e estruturas de ação envolvidas nesse processo, possível, porém, complexo, de alteração dos padrões de diferenciação. A possibilidade da entrada de *outsiders* eleitos fora dos parâmetros de competências e habilidades definidos pelo campo político quando da abertura eleitoral, por exemplo, pode abrir espaço para uma revisão das práticas, disposições e atitudes incorporadas. Isso destaca, em algum sentido, a percepção de que as distinções que organizam a vida social não é natural, mas produto das desigualdades de poder entre os agentes. Ao se destacarem as diferenças se estabelece uma relação entre as marcas de diferenciação e os processos de exclusão ocorrem no interior do campo político, nesse caso.

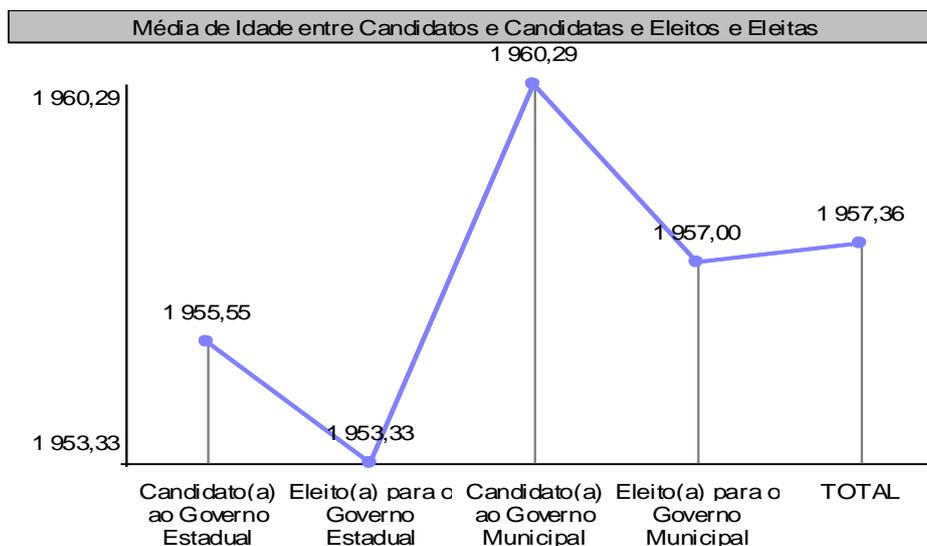
Tanto o conceito de campo, aplicado à realidade política, assim como o conceito de *habitus*, usados aqui para compreender a organização e a dinâmica das relações políticas, especificam que as relações que qualificamos como políticas têm uma natureza diferenciada. Essa natureza é estabelecida tanto pelo que é considerado como propriamente político como também por aquilo que é excluído nesse conceito pelos

próprios agentes desse campo, ou seja, reconhecido e autorizado como válido ou inválido. Da mesma forma, esses dois conceitos permitem identificar a complexidade dessas relações políticas, principalmente porque demonstram que tomar parte nesse campo, ou mesmo a idéia de que é possível tomar parte desse campo, exige que certos requisitos materiais e simbólicos sejam cumpridos, num universo mais amplo e mais complexo do que o da disputa eleitoral baseado na ficção liberal da expressão do interesse individual pelo voto poderia sugerir.

Podemos tentar visualizar alguns desses elementos materiais e simbólicos que atuam como diferenciadores no poder executivo, considerando este enquanto uma parcela do campo político que mantém uma dinâmica própria de distribuição do capital político entre seus agentes e entre os demais subcampos políticos. Nesse sentido, pensando nos elementos materiais e simbólicos que podem constituir diferenciais e limitadores à entrada de qualquer indivíduo que goze do pleno uso de seus direitos políticos nesse subcampo, podemos analisar as diferentes formas de distribuição do capital entre os candidatos e candidatas aos cargos nesse subcampo. Esses elementos que podem se referir às diferentes bases da formação do capital político desses candidatos e candidatas ilustram bem a forma como os limitantes sociais e políticos atuam ainda num momento anterior à entrada no campo político oficializado por meio das eleições, vinculando certas práticas materiais e simbólicas às possibilidades de sucesso nesse campo.

Um dado simples do qual podemos nos utilizar para começar a traçar os elementos dessa diferenciação é a própria média de idades das candidaturas para os cargos do poder executivo, estadual e municipal. No gráfico abaixo, temos que a média geral das candidaturas para o poder executivo estadual e municipal, nas respectivas eleições de 2006 e 2008, era de 51 e 49 anos de idade, tendo como base os respectivos anos das eleições. É possível notar que a média de idade das candidaturas para o poder executivo municipal cresce quando se analisa a média de idade dos eleitos e eleitas, que corresponde a média geral para o executivo municipal de 51 anos de idade, 3 a mais do que a média dos candidatos e candidatas ao cargo, que é de 48 anos. A média de idade para os cargos executivos estaduais é mais alta do que a média geral municipal, tanto para os eleitos e eleitas, com média de 53 anos, quanto para os candidatos e candidatas, com média de 51 anos. Em ambos os casos é possível relacionar as possibilidades de sucesso eleitoral à experiência de vida, e é ainda mais importante àqueles candidatos e candidatas que pleiteiam cargos no poder executivo estadual.

Gráfico 2.B: Média de Idades por tipo de candidatura e nível federativo



Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Em termos de escolaridade, podemos notar que também se estrutura um padrão para o acesso à possibilidade de disputa no poder executivo. Considerando os dados referentes à escolaridade no Brasil, os 89,4% dos brasileiros e brasileiras que não tem o curso superior completo teriam suas chances de concorrer a tais cargos reduzidas pela própria dinâmica do campo político referente ao poder executivo, considerando que 77,1% dos candidatos e candidatas tem curso superior completo. Ainda assim, os demais 3,5% e 23% daqueles brasileiros e brasileiras que, respectivamente, não concluíram o ensino superior ou concluíram apenas o ensino médio teriam chances menores de entrar essas disputas, caso conseguissem figurar entre os concorrentes (PNAD, 2009). Apenas 14,8% dos candidatos eleitos e eleitas para o cargo no executivo estadual e 15,4% candidatos ao poder municipal foram eleitos tendo apenas o ensino médio ou o ensino superior incompleto. No caso das mulheres, todas as eleitas tinham o ensino superior completo.

Tabela 2.7: Nível de Escolaridade por tipo de candidatura e nível federativo

| nível de escolaridade | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|-----------------------|-------------------------------|----------------------------|-----------------------------------|--------------------------------|-------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|-----------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| lê e escreve | 1,7% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,8% |
| primário incompleto | 0,6% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,3% |
| primário completo | 0,6% | 3,7% | 0,0% | 0,0% | 0,5% |
| secundário incompleto | 0,0% | 0,0% | 2,0% | 0,0% | 0,8% |
| secundário completo | 12,6% | 11,1% | 5,4% | 7,7% | 9,3% |
| superior incompleto | 9,8% | 3,7% | 14,9% | 7,7% | 11,2% |
| superior completo | 74,7% | 81,5% | 77,7% | 84,6% | 77,1% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

Os níveis de escolaridade mostram que menos de 2,4% dos candidatos e candidatas concorrendo para os cargos do governo executivo estadual e municipal não tem, pelo menos, o segundo grau completo. Esse corte já deixa claro que mesmo as candidaturas para tais cargos já requerem um nível de escolaridade mais elevado, o que fica ainda mais latente quando vemos o percentual de candidatos e candidatas que tem o ensino superior completo, como já dito. Podemos ver que entre os candidatos e candidatas eleitos esse percentual é ainda mais alto, chegando perto dos 90% em ambos os níveis, estadual e municipal. Esse padrão de escolaridade já define, em grande medida, um limitador à efetiva integração de alguns grupos nessas esferas da competição política.

A partir do fato de que a grande maioria das candidaturas para ambos os cargos do poder executivo é de candidatos e candidatas com nível superior, é interessante buscar o perfil das áreas de formação desses grupos, buscando identificar possíveis nichos de especialização que caracterizem essas candidaturas. Num corte mais detido sobre a formação dos candidatos e candidatas em ambos os níveis, vemos que ainda persiste aqui um grande elemento de homogeneização do campo político.

Tabela 2.8: Área de Formação por tipo de candidatura e nível federativo

| área do conhecimento | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|----------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-------|
|----------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-------|

| | | | | | |
|----------------------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| ciências sociais aplicadas | 42,7% | 51,4% | 48,1% | 62,1% | 46,9% |
| não identificada | 17,3% | 0,0% | 7,6% | 0,0% | 10,8% |
| não possui | 12,4% | 11,4% | 7,0% | 6,9% | 9,8% |
| ciências da saúde | 6,5% | 11,4% | 5,7% | 13,8% | 7,1% |
| engenharias | 4,9% | 17,1% | 8,9% | 6,9% | 7,6% |
| ciências humanas | 9,2% | 5,7% | 14,6% | 0,0% | 10,3% |
| Letras | 2,7% | 0,0% | 0,6% | 3,4% | 1,7% |
| ciências exatas e da terra | 2,2% | 2,9% | 5,1% | 3,4% | 3,4% |
| ciências agrárias | 1,1% | 0,0% | 1,9% | 3,4% | 1,5% |
| Biologia | 0,5% | 0,0% | 0,6% | 0,0% | 0,5% |
| oficial militar | 0,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 0,2% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Quase metade dos candidatos e candidatas para o governo estadual nas eleições de 2006 concluíram cursos superiores na área das ciências sociais aplicadas, que abarcam, sobretudo, os cursos de bacharelado em direito, economia e administração, assim como os cursos de comunicação social, psicologia, e arquitetura e urbanismo. Essa predominância também fica evidente quando observamos os candidatos e candidatas eleitos para os cargos executivos em nível municipal e estadual. Enquanto entre os candidatos e candidatas a ambos os cargos podemos ver uma maior concentração nas carreiras das ciências humanas, – responsáveis por boa parte das formações em licenciatura; quando o quadro se fecha sobre os candidatos e candidatas eleitos, essas formações se fecham, sobretudo, nas áreas das ciências da saúde e engenharias, responsável por formações voltadas à carreira de profissionais liberais.

Essa divisão permite estabelecer algumas relações entre as competências requeridas para se ocuparem cargos no poder executivo e o tipo de formação necessária para o bom desempenho das funções requeridas no âmbito desse poder, assim como também permite por em foco a vinculação entre as escolhas pessoais de formação acadêmica e a decisão de se entrar na vida política. A predominância de candidaturas e candidatos e candidatas eleitos para esses cargos oriundos de cursos ligados à gestão, como economia, administração e engenharia, além do bacharelado em direito, quase uma carta-coringa na formação de boa parte dos políticos brasileiros em todos os níveis, indicam que esses elementos da formação acadêmica dos candidatos e candidatas podem ser vistos como limitadores das chances de competição nesse subcampo.

O perfil de formação dos eleitos e eleitas ainda pode ser entendido como elementos de configuração das formas como se compreendem os problemas políticos no âmbito do poder executivo, a partir do momento em que o subcampo se encontra sob a

influência das formas de compreensão do mundo de grupos específicos e pouco diversificados. O *habitus*, as orientações a ação comuns que se estabelecem a partir das diferentes formações universitária dos candidatos e candidatas, pode reforçar as distinções dentro do campo, ao abrir a possibilidade para a reprodução, de um campo para o outro, formas de formas de compreensão dos problemas políticos e dos estereótipos sociais, como os de gênero.

Considerando como outro nível de estruturação da dinâmica de diferenciações do campo político a profissão dos candidatos e candidatas, podemos observar, mais uma vez, que alguns padrões se estabelecem tanto entre as candidaturas quanto entre os eleitos e eleitas, demarcando, em mais um nível, os elementos sociais que estão além do escopo da inclusão política formal.

Tabela 2.9: 10 profissões mais citadas por tipo de candidatura e nível federativo

| profissão | candidato(a) governo estadual | eleito(a) governo estadual | candidato(a) prefeitura municipal | eleito(a) prefeitura municipal | TOTAL |
|-------------------|-------------------------------------|----------------------------------|---|--------------------------------------|-----------------|
| político | 11,2% | 40,0% | 38,5% | 71,9% | 30,5% |
| professor | 25,2% | 20,0% | 20,5% | 9,4% | 21,4% |
| advogado | 16,8% | 5,0% | 9,0% | 0,0% | 11,1% |
| Empresário | 14,0% | 10,0% | 6,4% | 9,4% | 10,0% |
| servidor público | 4,2% | 0,0% | 14,7% | 0,0% | 8,3% |
| médico | 7,0% | 15,0% | 3,2% | 6,3% | 5,7% |
| não identificada | 10,5% | 0,0% | 0,0% | 0,0% | 4,3% |
| assessor político | 4,2% | 0,0% | 3,2% | 0,0% | 3,1% |
| engenheiro | 3,5% | 5,0% | 2,6% | 0,0% | 2,8% |
| jornalista | 3,5% | 5,0% | 1,9% | 3,1% | 2,8% |
| TOTAL | 100% (n=174) | 100% (n=27) | 100% (n=147) | 100% (n=26) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2008.

Na tabela 2.9 acima, estão listadas as 10 principais profissões reais (que podem diferir daquelas declaradas para o TSE) dos candidatos e candidatas em ambos os níveis, estadual e municipal. Vemos que, em ambos os casos, boa parte dos eleitos e eleitas, em nível estadual e municipal, já exerciam atividades políticas, ocupando cargos, eletivos ou não, na administração pública, antes de se elegerem para os cargos. Esse dado mostra que a experiência no campo é importante para garantir possibilidades efetivas de permanência, ou seja, é preciso garantir experiência dentro do campo político para que as chances do candidato ou candidata sejam maiores, sobretudo, nesse caso, no poder executivo municipal das capitais. Seguindo a linha dos estudos referentes ao poder legislativo, que indicam que a composição sociocupacional dos congressistas é marcado pela presença massiva de empresários, profissionais liberais, administradores

públicos e professores nesse espaço de poder (RODRIGUES, 2002), para além da categoria político (que é caracterizada quando o candidato ou candidata ocupou, mais de uma vez, um cargo eletivo e/ou de confiança na administração pública de forma consecutiva⁷), os empresários, profissionais liberais (como advogados, médicos e engenheiros) e professores são aqueles com maiores chances de sucesso na disputa, também nos casos dos cargos no poder executivo.

Os dados apresentado se referem aos elementos importantes para a construção do capital tanto simbólico quanto material no subcampo do poder executivo subnacional, e permitem estabelecer possíveis condicionantes para a entrada no campo político. Assim, servem como base para compreender quais as hierarquias que se estabelecem nesse subcampo e que se põe como base para o reconhecimento e diferenciação dos agentes dentro dele. Os dados ajudam a compreender a forma como os arranjos de capital e as posições na estrutura do campo que autorizam um agente a tomar parte na disputa se organizam, seja pela formação acadêmica ou profissional dos agentes. A construção de um capital político robusto diz respeito às reais chances nas disputas internas ao campo político daqueles que passam a integrá-lo, e também se refere, como dito, a uma série de adequações às técnicas, regras, e saberes que constituem esse espaço de disputas, e que muitas vezes estão além dele, nos elementos sociais que lhes dão base, como as escolhas e oportunidades de formação e de trabalho.

As premissas que regem as possibilidades de competitividade e a credibilidade referentes ao exercício de cargos no poder executivo não são, necessariamente, as mesmas que entre homens e mulheres. Dentro das estruturas políticas também se desenvolvem padrões diferenciados de recrutamento e ação baseados no gênero como elementos de hierarquização e diferenciação, refletindo, muitas vezes, os arranjos sociais. A contraposição da dinâmica da carreira política de homens e mulheres no executivo permite um questionamento mais profundo sobre a maneira como a natureza das competências desses cargos são compreendidas. Além disso, também pode ajudar a compreender como a dinâmica do campo político varia, sobretudo, no que se refere às relações de gênero, a partir dos mesmos elementos sociais considerados na construção

⁷ A categoria acima referida não se refere aos cargos públicos ocupados no momento das eleições. O estabelecimento dessa categoria tem como base a necessidade de considerar o fato de que muitos candidatos e candidatas estão na vida política, ocupando cargos eletivos ou de confiança há mais tempo do que de fato exercendo suas profissões de formação. Dessa forma, da mesma maneira que é preciso identificar a profissão primária nas candidaturas, apontar para o fato de que a vida política se tornou a vida profissional de muitos desses candidatos e candidatas também é crucial para entender a formação da carreira política desses pleiteantes aos cargos públicos.

das trajetórias analisadas aqui como a formação acadêmica, a escolha profissional ou as relações familiares. Em perspectiva, busco entender, ao pensar na contraposição entre as carreiras políticas de homens e mulheres como a diferenciação de gênero a partir desses critérios já citados pode ser avaliada, no caso do poder executivo, especificamente, tendo como referencial o problema da representação, em termos da efetiva inclusão das mulheres na política por meio das instituições políticas representativas.

2.2 *Divisão de poderes*

A retomada do interesse nos estudos relacionados à dinâmica das instituições e sua importância em captar os processos sociais e históricos que se materializam nesses espaços responsáveis por estabelecer as possibilidades e os constrangimentos à ação política formal ou informalmente. Essa renovação do interesse surge a partir das análises desenvolvidas nos idos dos anos 80, buscando ligar os constrangimentos contextuais formalizados nas instituições às conseqüências da ação coletiva como método de pesquisa que integrasse análise teórica e análise empírica em modelos explicativos da realidade social. Tanto a tradição liberal, com as análises do institucionalismo de herança behaviorista, quanto a tradição marxista, com as análises centradas no papel das instituições no capitalismo moderno, buscaram, nas análises das instituições, os elementos para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos.

Instituições são padrões que regulam as interações materiais e simbólicas em sociedade, a partir do momento em que esses padrões são incorporados e validados pelos agentes sociais como normas de conduta (formalizada ou não) e organização da vida em sociedade. Ao inserir, na discussão sobre as formas de organização dos espaços de poder, a intrincada relação entre poder simbólico e bens materiais, a partir de seus conceitos de campo e *habitus*, Bourdieu mobiliza o potencial dos elementos simbólicos e materiais como referenciais diferenciadores dos espaços de poder. Assim, os produtos de qualquer campo, e em especial, nesse caso, os do campo político, materiais e simbólicos, que são produzidos por cada uma das diferentes instituições políticas que compõem esse campo – os conjuntos de tradições, regras, discursos, práticas e memórias que nele se singularizam – refletem também as diferentes funções de cada uma dessas instituições nesse campo, a partir do momento em que se diferenciam em especialidades e finalidades nesse campo. Essas diferenciações ainda indicam que

existem diferentes equilíbrios possíveis entre essas instituições que compõem o campo político.

É importante lembrar que o conceito de campo, da maneira como foi exposto na seção anterior, não pode ser confundido com o conceito geral sobre instituições. Bourdieu, ao identificar campos e *habitus* distintamente como elementos estruturantes e estruturados de uma determinada rede de relações e formas de interação entre os agentes, não define que o campo, enquanto espaço estruturado pela e estruturante das ações, seja uma instituição. O conceito de *habitus*, nesse sentido, é essencial a essa diferenciação, por deixar claro que as formas de interação dentro dos diferentes campos não são conjuntos estabelecidos de regras e constrangimentos para a ação, mas sim disposições, conjuntos de possibilidades de ação que se combinam segundo os diferentes posicionamentos nos campos de pertencimento. O conceito de campo, em conjunto com o conceito de *habitus*, busca explicar dinâmicas sociais que são mais amplas, porque se referem a processos de formação das escolhas, gostos, e opiniões. Esses processos estão intimamente ligados às diferentes formas de organização institucional, como veremos na próxima seção, mas não podem ser tomados como processos de institucionalização.

Instituições políticas são aquelas responsáveis pela padronização das relações de poder em uma determinada sociedade, de forma impositiva, formalizada. Essas relações se estabelecem de diferentes formas ao longo da história; podem ser formalizadas em termos materiais e ganhar marcas e *status* de ente com personalidade própria, capaz de responder pelos seus atos mesmo não sendo uma figura coesa e única, como é o exemplo do Estado; ou podem ser organizadas com bases nos laços sociais de comprometimento, mas ainda assim mantendo seu poder de delimitar padrões de interação onde há assimetrias de poder, como é a família. Se pensarmos por uma perspectiva histórica, diversas instituições políticas foram construídas, mas também diversas foram abandonadas, ao longo dos séculos (ou melhor, dos milênios), assim como algumas se modificaram ao longo do tempo – como os dois exemplos acima citados, o Estado e a família.

As instituições políticas têm importância crucial para a forma como se constituem os problemas políticos e também para como serão buscadas as soluções para esses problemas. Elas validam (ou invalidam) os discursos políticos, ao incorporá-los ou não a seu escopo de atividades; são garantidoras de continuidade e estabilizadoras das expectativas sociais em relação às diferentes demandas sobre as formas de organização

política das sociedades ao longo do tempo; elas tornam o comportamento dos agentes mais homogêneos, a partir desses padrões; e com isso limitam o número de resultados possíveis para uma determinada ação, tornando-a mais previsível. As regras que orientam a constituição dos problemas políticos no âmbito das instituições políticas são resultados das intensas disputas entre os agentes sociais para estabelecer qual a definição desses problemas será oficializada no escopo de regras e ordenamentos que conformam essas instituições. O elemento principal em relação ao estudo das instituições políticas é sua condição de produto das disputas políticas, onde se busca consolidar visões hegemônicas sobre a política e sobre a própria forma como essas disputas serão realizadas.

Nesse sentido, as instituições políticas tem se preocupado em estabelecer o escopo de regras e padrões formalmente organizados que garantam a preservação de direitos e as regras de mediação nas resoluções de conflitos na sociedade. Como dito, a institucionalização política diz respeito à definição de quais direitos serão reconhecidos como suficientemente importantes para serem institucionalizados, assim como quais conflitos devem ser alçados a esfera das instituições políticas.

O Estado e a democracia representativa, as duas principais instituições políticas que conhecemos hoje, foram revisitadas e reestruturadas em diversos sentidos ao longo da história política ocidental, e grande parte dessas reestruturações se referiam à institucionalização de novas idéias e práticas ao seu escopo das regras, padrões e discursos válidos. A separação de poderes tem se mostrado como parte de uma instituição importante para a forma de organização tanto das relações entre as próprias instituições políticas subjacentes ao Estado quanto das formas de relação entre a sociedade e o estado.

A separação dos poderes como sistema de governo nas democracias modernas é muito mais do que um arranjo baseado na (pouco palpável) idéia de uma obra de “engenharia institucional”. Ela abarca um conjunto de pressupostos normativos que orientam e justificam a necessidade da separação dos poderes políticos por função e especialidade, além de um arranjo de equilíbrio delicado que expressa, em sua idéia geral, uma visão sobre a política e a forma como os conflitos de poder devem ser resolvidos no âmbito do Estado.

Poder executivo, poder legislativo e poder judiciário, enquanto esferas que compõem o Estado como forma de organização do poder político, são as três instituições políticas principais de quase todos os arranjos estatais nas modernas

democracias representativas. O processo histórico de institucionalização que deu origem ao que conhecemos hoje, teórica e praticamente, como o poder executivo, o poder legislativo e o poder judiciário é fruto de um longo processo de sedimentação de tradições e discursos, que passam pela legitimação de elementos simbólicos socialmente disseminados que permeiam nossa compreensão do que é e do que representam esses “poderes” (BERGER & LUCKMANN, 1985). A representação formal e social do que é o poder executivo enquanto instituição política é diferenciada da representação, em todos esses mesmos aspectos, do poder legislativo e principalmente do poder judiciário. Logo, os discursos e práticas associados à competência (no sentido de atribuições para ocupar um determinado cargo) e a competitividade (no aspecto eleitoral) no âmbito do poder executivo têm uma dinâmica diversa dos critérios avaliativos da competência no âmbito legislativo e judiciário.

O elemento normativo central às primeiras elaborações da teoria da separação dos poderes surge em reação aos discursos e teorias políticas absolutistas, que advogavam pela indivisibilidade da soberania, defendendo a concentração total de poder político num único ente absoluto e soberano, no caso, o Estado. Principal teórico do absolutismo, Thomas Hobbes argumenta que apenas pelo reconhecimento da soberania plena do governante seria possível pensar em unidade e estabilidade política no âmbito do Estado, garantindo, assim, a liberdade individual a partir do direito à vida, obrigação daquele que detém o poder absoluto a partir do pacto social. O problema que está sob a perspectiva de Hobbes, quando este argumenta pela unidade do poder soberano, é também de representação: não poderia haver, na concepção de Hobbes, duas entidades que se proclamassem, as duas, como representantes da autoridade em nome do povo; a dualidade na representação, para Hobbes, não é possível porque sua concepção da representação se refere a relação entre a ação e autoridade, já que a representação é a ação realizada em nome de outrem, necessariamente atrelada à autorização dada pelo autor das ações (o que elabora a vontade e autoriza sua execução) ao ator (o que executa e expressa a vontade). Hanna Pitkin, em seu debate sobre o conceito de representação (1980), classifica o conceito hobbesiano de representação discutido no *Leviatã* como um tratado sobre a obrigação política. Essa afirmação diz respeito à forma como ela se constituía, do estado de guerra, onde cada um responde por suas ações para garantir sua sobrevivência como autores e atores, para um estado onde apenas um indivíduo era responsável por responder a essa obrigação de zelar pela preservação da vida, de todos: o soberano, que recebe de toda a comunidade a autorização para a execução desse ato.

Apenas pela unidade dos representados, por essa causa comum, se pode considerar a unidade do representante e da representação enquanto relação de obrigação política de agir, em Hobbes.

Em Locke, por sua vez, não temos um problema na relação entre separação de poderes e separação da representatividade. Para Locke, o fato de que a separação de poderes se refere a uma separação funcional elimina o problema da representação da forma como Hobbes compreende a questão: não existe uma ação com base em vontades distintas, mas sim uma única entidade responsável por sintetizar o que é o bem comum, o poder legislativo, com base na lei, enquanto ao poder executivo cabe apenas executar as diretivas estabelecidas. É o poder legislativo o elemento central da teoria da separação dos poderes em Locke, porque só ele pode ser o responsável pela elaboração das leis, base para se estabelecem os limites ao uso do poder. O poder executivo, nesse sentido, deve cumprir apenas a função de cumprir as determinações estabelecidas pelas leis, produzidas no âmbito do poder legislativo, e de preservar o bem público, expresso nessas leis.

A função de regulação das relações com outras nações se daria no âmbito do poder federativo, que por sua vez poderia ser exercido por aquele ou aquela que exerceria o poder executivo. Contudo, o poder federativo não sobreviveu às discussões a respeito da divisão dos poderes, e a função da regulação das relações entre Estados foi dada ao poder executivo, postulado que se mantém até hoje em boa parte dos Estados de Direito contemporâneos. A separação de poderes, em Locke, tem a função de torná-lo, justamente, menos absoluto, ao dividi-lo e ao submeter qualquer ação do governante aos desígnios da lei. Essa clara diferenciação normativa sobre a forma de organização das relações de poder, buscando um mesmo objetivo, a estabilidade política, se reflete nos arranjos institucionais escolhidos por cada autor como forma de alcançar esse objetivo, no caso, a separação das instâncias de governo por suas funções, em Locke, respondendo à idéia Hobbesiano de que apenas com um poder absoluto seria possível dirimir os conflitos entre os homens.

A discussão mais famosa a respeito da teoria da separação dos poderes, contudo, é aquela desenvolvida por Montesquieu. O autor francês é o responsável pela introdução do conceito de separação dos poderes com base na necessidade controle mútuo, ou seja, da idéia de que apenas o poder seria capaz de barrar o poder, evitando abusos e ameaças à liberdade, com base no respeito às leis. A idéia introduzida por Montesquieu, nesse sentido, se diferencia das demais discussões sobre a natureza da

separação dos poderes, baseadas, até então, no conceito da separação por função de especialização que cada poder representaria, além da ideia de que a divisão dos poderes seria a mais eficaz contra o abuso de poder (GROHMANN, 2001). Como pressuposto normativo que orienta o desenvolvimento dos arranjos institucionais, a mudança da base de argumentação sobre a separação dos poderes passa a ser também uma forma diferenciada de considerar a relação entre esses poderes e suas funções, que passam a ser, então, limitantes uns dos outros, muito mais do que simplesmente funcionalizações da natureza de cada poder, o que também altera a relação de representação referente a cada um deles. A moderação entre os poderes, absolutos em si, mas limitados entre si, é a forma encontrada por Montesquieu, em sua análise da dinâmica institucional britânica, na sua principal obra, *O espírito das Leis*, de 1748, para a manutenção da liberdade política, sem que uma instância de poder enfraqueça a ação da outra, mas, sim a controle, por meio de algumas práticas – institucionalizadas ou não – para coibir abusos. Da mesma forma, como meio de preservarem sua integridade, esses mesmos poderes são salvaguardados em suas atribuições para que existam sem depender dos demais.

A principal questão em Montesquieu, a moderação entre os poderes, chave da organização institucional que o autor defende, depende de algo que está além da mera equivalência entre os três poderes que o autor identifica: o poder legislativo, o poder executivo e o poder judiciário. Segundo Louis Althusser (1977), a divisão de poderes, em Montesquieu, é mais complexa do que se sugere porque não se refere apenas aos diferentes poderes como organizações distintas, separadas, que se contrapõem, mas como partes de um mesmo todo, que se correlacionam para garantir que a produção de produtos políticos seja contínua. A paralisia institucional devido ao controle mútuo temida nesse sistema de correlações de poder descrito por Montesquieu, assim como a funcionalidade desse sistema, na visão de Althusser, refletiria, por sua vez, a correlação das forças sociais que se expressam nessas instituições políticas – refletindo as desigualdades e injustiças sociais também no âmbito das instituições políticas, por meio da representação.

Trazendo o debate sobre a separação dos poderes da teoria à prática política, os artigos federalistas surgem como base para a constitucionalização da separação dos poderes pela primeira vez como sistema de governo, sob a égide da tradição republicana estadunidense. A preocupação central dos artigos federalistas, publicado, primeiramente, como folhetos avulsos, sob o pseudônimo de *Publius*, mas de autoria de Alexander Hamilton, um dos líderes do movimento pela Convenção Federal que

culminou na Constituição Americana, juntamente com James Madison, e do jurista John Jay, seria determinar as formas de controle sobre aqueles que deteriam o poder político, para além de uma compreensão de que os arranjos institucionais, por si mesmos, seriam capazes de evitar os abusos de poder.

Nesse sentido, a incorporação da teoria da separação de poderes como base para o balanceamento de forças sociais e controle mútuo a partir da diferenciação das funções e especializações por poder mostrou-se como opção mais eficiente no controle das ambições de poder daqueles que ocupam o comando desses poderes, grande temor dos convencionalistas americanos frente à defesa da instituição de um governo centralizado, na figura do poder executivo federal. A solução americana passaria, também, por uma solução federalista, num modelo inovador de controle central que se estendeu não apenas aos estados como membros da federação, mas também à incorporação dos cidadãos, enquanto indivíduos, representados naquele ente soberano, que é a União, na figura até então inédita da Presidência.

Ao longo do século XX, essa acepção é posta à prova por uma série de análises que mostraram que essas relações eram, de fato, mais complexas do que a teoria da separação de poderes e da definição de atribuições e mecanismos de controle sugeriria. A dinâmica dos estudos dos arranjos institucionais passou da relação entre os poderes e suas formas de diferenciação para suas formas de assimilação: as funções legislativas que assume o poder executivo, a judicialização das decisões políticas, e o papel dos partidos no controle desses poderes, além da diminuição da questão ao problema da escolha entre parlamentarismo e presidencialismo como formas de organizar as relações entre executivo e legislativo.

Da mesma forma que o sistema de separação dos poderes foi questionado a partir da constatação de que não seria possível, de fato, manter as divisões e correlações que dão a esse modelo sua sustentabilidade teórica no nível prático, seria ainda possível questionar o problema da representação política na teoria da separação dos poderes também no nível da prática. A teoria da separação dos poderes, a partir das discussões introduzidas por Montesquieu, permite assumir que o poder não se enfraquece mesmo se está dividido; ao mesmo tempo, permite considerar a representatividade a partir da função específica de cada poder, respeitando o fato de que a multiplicidade de interesses e visões de mundo que compõem os poderes sociais podem ser expressa de diferentes maneiras, dependendo dessas funções.

No decorrer das discussões, em teoria política, sobre a representação, o foco dos debates está, na maioria das vezes, como já foi dito nesse trabalho, na representatividade como uma característica que só é reclamada frente ao poder legislativo, o local onde a vontade popular deveria ser expressa, segundo a teoria política, historicamente. É compreensível que se identifique essa tendência, pelo menos no nível teórico, pela função atribuída ao poder legislativo de criar as leis, captando e expressando a vontade popular por meio das leis. O poder legislativo, nesses termos, é o responsável pela verdadeira expressão da vontade do povo.

A instituição do presidencialismo, que surge, pela primeira vez, no contexto político estadunidense, vem suprir uma lacuna que só pode ser compreendida frente à preocupação dos autores da constituição estadunidense com a unidade e o consenso relativo à nação e a universalização da participação no contexto de uma forma de organização política federativa, quebrando uma tradição teórica de governo centralizadores que prevalecia até então. Enquanto a presidência representaria a unidade da nação na figura de uma única pessoa, o presidente, representante da totalidade dos cidadãos dentro dos arranjos federativos, o poder legislativo representa a pluralidade dos interesses nos conflitos diários da vida política, as facções e as disputas particulares, para a definição do bem comum.

As discussões sobre os muitos vícios do sistema presidencialista frente às várias discussões preocupadas em esclarecer as inúmeras vantagens que pode proporcionar um sistema de governo parlamentarista, sobretudo considerando a fragilidade e o perigo do populismo dos sistemas presidencialistas latino-americanos, não são o alvo desse trabalho. Não pretendo, assim, discutir as vantagens e desvantagens de um sistema frente ao outro, nem as análises críticas do modelo presidencialista como o problema institucional central dos arranjos políticos latino-americanos; ao trazer o problema da representação a partir de um referencial presidencialista, ou seja, onde o poder executivo tem representatividade desvinculada do poder legislativo, o que pretendo é destacar o contraste, em termos de arranjos institucionais, entre um sistema onde a legitimação do capital político, quando da abertura aos “profanos”, é diferenciada pelo sistema de seleção da outra instituição representativa que compõe o Estado, e que, por sua vez, faz parte de mesmo campo político – no caso, o poder executivo. Essa diferenciação dos mecanismos de seleção, possibilitada pela separação entre poder executivo e poder legislativo, especificamente, no sistema presidencialista de governo, respeita, na minha visão, a idéia da separação

das funções de cada um desses poderes sem que se desconsidere, nesse sentido, o fato de que cada uma dessas diferentes funções pode corresponder a requisitos de representatividade diferenciados, na visão de eleitores e eleitoras. Antes de se argumentar que a escolha do presidente pelo voto direto seja um avanço democrático, numa visão geral, a independência de cada poder frente ao outro no momento da seleção daqueles que vão integrar tais postos foi defendida pelos federalistas como premissa para garantir o equilíbrio entre essas forças, ao menos no nível do poder executivo e do poder legislativo (GROHMANN, 2001:80).

Assim, o questionamento das bases de representatividade dessas duas instituições, a partir da diferenciação das funções de cada uma delas, é um ponto fundamental para se compreender a dinâmica do campo político como um todo. Enquanto o poder judiciário estaria afastado da necessidade da legitimação pelo voto popular, pela natureza especial de qualificação que exigiria e pelos mandatos permanentes que lhes caracterizam, o poder legislativo e o poder executivo dependem da legitimação popular de seus mandatos pelo voto, contando, contudo, com bases de representatividade diferenciadas pela própria natureza de suas funções.

Segundo Bruce Ackerman (2006), a separação dos poderes pelo modelo estadunidense responde, ainda, a uma função mais específica de controle social segundo diferentes arranjos de representação. Como já foi dito, cada um dos poderes representaria, em geral, não apenas um conjunto de funções, mas forças sociais distintas, fomentando, assim, a pluralidade e complexidade de representações das virtudes cívicas necessárias para a manutenção do equilíbrio de forças entre esses poderes. Como dito, a teoria da separação dos poderes, segundo os federalistas, está estritamente ligada à idéia do republicanismo e do ideal de participação política, base para se alcançar o bem comum, a partir do momento em que as vontades se expressam pelo voto institucionalizado na representação formal, o meio contemporâneo da expressão da vontade política. Para Ackerman, é com base na busca pela melhor forma de captar o que seria o bem comum que os arranjos institucionais da separação de poderes são construídos, na figura do legislativo como aquele que deve captar essas vontades e o executivo como o ente responsável por executá-las e garantir que sejam coesas com os rumos pretendidos para a nação.

Como a visão dos federalistas sobre a participação política seria eminentemente negativa, centrada na idéia da apatia política do cidadão comum, e o principal temor em relação à participação seria barrar as paixões capazes de mobilizar

essas maiorias, até então apáticas, com base apenas nas emoções, uma das funções da separação dos poderes seria fazer uso do “máximo do mínimo” do que se pode esperar da participação: ao mesmo tempo que cria canais onde os interesses podem ser representados na formulação das leis, e na execução dessas leis, garantidas por uma dinâmica política do usual, de governo, a separação dos poderes segundo funções de especialização, permite que se preserve, na figura do judiciário, o núcleo duro dos princípios políticos, historicamente estabelecidos, que só poderiam ser modificados perante um real momento de mobilização do povo, atípico à virtude pública da maioria em situações usuais. A separação dos poderes, nesse sentido, teria a função de manter os vícios da participação política baseada nas paixões, afastados dos princípios mais valiosos a uma determinada comunidade, com base em um poder judiciário forte.

A defesa dos princípios e valores de uma sociedade em sua constituição, resguardada pelo poder judiciário, deixa a política do usual a cargo do poder legislativo, responsável pela manutenção da vida política em suas questões cotidianas, enquanto ao poder executivo se reserva a tarefa de estabelecer os laços de coesão social com base na idéia da nação, promovendo os princípios e valores constitucionais, mas também absorvendo as demandas de renovação, guiando o povo nos processos de atualização desses princípios. Para Ackerman (2006:364), qualquer mudança na base desse arranjo – como, por exemplo, a ampliação do poder de legislar para o poder executivo – representaria não um desvio na separação de poderes, mas uma mudança na forma como cada poder representa o povo na dinâmica dos arranjos políticos. Ackerman demonstra, mais uma vez, que os arranjos institucionais respondem à funções específicas, muitas vezes excludentes, sobretudo no que se refere a seus mecanismos de representação, de onde o eleitor médio, apático, se afasta.

2.3 *Mecanismos de seletividade de gênero*

Claus Offe (1984), em sua análise das relações de seletividade do Estado em seu caráter classista, destaca que a predominância dos interesses capitalistas nessa instituição, mesmo considerando o caráter fragmentário dos diferentes grupos capitalistas, não se expressa apenas nas relações de influência que se podem estabelecer a partir de uma visão mecânica das relações de poder no âmbito do Estado. Da mesma forma que não é possível abdicar da análise dessas relações de influência, também não é possível elaborar uma explicação que abarque tanto a compreensão das estruturas

complexas que organizam essas relações e concretizam essas influências, determinando visões de mundo específicas no cerne dessa instituição política que é o Estado. No contexto dessa discussão, quero mostrar que as estruturas que constituem o poder executivo se complementam e competem num mesmo espaço. Essas estruturas acomodam, de diferentes maneiras, referenciais de gênero que estabelecem diferenças no que se refere aos processos de escolha daqueles que podem vir a ocupar cargos nesse poder, e influenciam, também, nos diferentes critérios de consagração e conversão de capital político nesses contextos específicos ao poder executivo.

Segundo Offe (1984), a funcionalidade institucional do Estado não demonstra que este seja, ordinariamente, um aparelho de controle capitalista. A função do Estado, em Offe, é de organização, segundo as regras de exclusão institucionalizadas, dos interesses mais produtivos ao sistema, a partir da criação de vontades e de integração sob a pretensa fachada de neutralidade dos mecanismos de seleção política, no caso específico desse trabalho, as eleições. Traçando um paralelo entre a construção de Offe da função do Estado e a visão dos poderes que compõem o Estado como instituições que não são neutras, é possível argumentar que o papel da proteção de interesses difusos, e que muitas vezes se organizam de forma se tornarem quase antagônicos, de grupos específicos, também é uma característica dessas instituições políticas, segundo suas diferentes finalidades. Ou seja, que estabelecem seus critérios de seleção e organização sobre premissas de exclusão institucionalizada de alguns grupos.

Esses mecanismos de seletividade, para Offe (1984), contém elementos históricos dos sistemas sociais sedimentados nos arranjos institucionais – como discutido nesse capítulo, a institucionalização passa pela estruturação dos discursos ao longo da história -, ao mesmo tempo que também incorpora elementos sistêmicos de adaptação às necessidades de articulação para a preservação desses arranjos. Esses elementos permitem que as instituições do Estado se mantenham como estruturas de manutenção do sistema frente tanto à fragmentação dos discursos de dominação quanto escudo de defesa dos ataques frontais aos interesses que ele defende. A forma de consolidação da dominação política, no sentido apresentado por Offe, relaciona-se, em grande medida, com o processo bourdiesiano de construção dos gostos e opiniões; ambos os autores estão preocupados com os canais de seleção institucionalizados para o acesso aos espaços de poder, no caso de Offe, nas estruturas de seletividade dos aparelhos de estado, e difusos, no caso de Bourdieu, na dinâmica do campo e de seu habitus próprio.

Dessa forma, é preciso questionar não apenas os elementos simbólicos que se estabelecem na construção teórica sobre os diferentes poderes, mas também os mecanismos concretos de seletividade representados pelas diferenças sociais que se fazem notar no perfil dos candidatos e candidatas que competem por esses diferentes cargos. As instituições políticas modernas e contemporâneas, construídas a partir dos referenciais de gênero excluem as mulheres, como visto no capítulo I, mesmo considerando que não há uma agenda formalmente estabelecida contra os avanços da igualdade de gênero; pelo contrário, cada vez mais a agenda de gênero tem sido incorporada aos discursos oficiais. Contudo, os sistemas de seleção para composição dos quadros políticos, cada vez mais complexos, institucional e socialmente, também evoluem para incorporar, em seus estatutos, a mesma visão excludente, reproduzindo os padrões de exclusão das mulheres do campo político, e complexificando ainda mais o problema da inclusão. Da mesma forma que o Estado capitalista tem o papel de criar vontades políticas ligadas à defesa dos interesses capitalistas, as instituições do Estado contemporâneo têm tido um papel importante na manutenção de posições políticas baseadas em referenciais masculinos. Esses referenciais têm excluído, sobretudo na dinâmica social de seus processos de seleção, as mulheres, assim como outros grupos subalternizados socialmente, desses espaços de decisão e produção de vontades e interesses políticos como o Estado, e nesse caso específico, do poder executivo. Esse aspecto da seletividade reforça, como dito no capítulo I, a necessidade de se considerar a representação política formal de forma complexa como espaço de luta política, para o fortalecimento de seu papel constitutivo de institucionalização de interesses e identidades políticas em disputa.

Essas análises, mesmo em nível superficial, permitem observar a complexidade do problema da inclusão de grupos subalternizados a partir de uma noção ampliada das formas de dominação e institucionalização das práticas de controle político, que estão muito além do direito de se candidatar a cargos eletivos. É necessário ampliar a percepção sobre essa questão do nível do acesso e do direito para o nível dos elementos que estão além dos arranjos institucionais para entender como se desenvolvem essas relações, políticas. Assim, é possível compreender que as formas de inclusão e empoderamento desses grupos só podem acontecer de fato se considerarmos o campo político em toda sua complexidade.

As formas como o campo político estabelece suas estruturas são um reflexo de formas específicas de compreensão do mundo social. Contudo, também são espaços de poder que podem servir para alterar essas formas de compreensão ao promoverem novos padrões para essas estruturas, ou tornando-as mais diversificadas como foi argumentado no primeiro capítulo. Assim, mais do que identificar os padrões de competitividade por meio da análise do perfil das candidaturas, o recorte de gênero permitiu deixar claras que as clivagens de gênero existem de forma muito marcada no campo político, e que é preciso questioná-las de uma forma mais eficiente para garantir a inclusão efetiva desse grupo no campo político.

CAPÍTULO 3

A DISPUTA ELEITORAL PARA AS MULHERES NO BRASIL NO PODER EXECUTIVO SUBNACIONAL

partidos, família, carreira política

“Um pessoa geralmente tem duas razões para fazer
alguma coisa: uma boa razão e a razão de verdade”

Thomas Carlyle

O último capítulo do trabalho se concentra sobre a análise dos dados sobre a construção das carreiras políticas para o executivo estadual nas eleições de 2006 e municipal para as capitais de Estados nas eleições de 2008, no Brasil. A análise está baseada na pesquisa “Gênero e Carreira Política” (MIGUEL, 2008) sobre a carreira política de homens e mulheres para cargos eletivos federais, estaduais e alguns cargos municipais, no âmbito do poder legislativo, e estaduais e municipais, no âmbito do poder executivo. Enquanto a análise das carreiras no poder legislativo levou em consideração apenas a trajetória política dos eleitos e eleitas, ao longo de duas legislaturas, a análise referente às carreiras políticas no poder executivo se concentrou também nas candidaturas, estabelecendo, assim, uma perspectiva mais ampliada sobre o campo político do que a análise apenas do eleitos e eleitas.

O capítulo analisa a variável gênero como um fator de diferenciação nos mecanismos de seleção referentes ao poder executivo nos diferentes níveis, estadual e municipal. Nesse caso, a opção é por uma análise em dois momentos distintos: o recrutamento feito pelos partidos, quando escolhem os candidatos e candidatas que serão os representantes da legenda; e a disputa eleitoral, que define quem será eleito ou eleita, por meio do voto – o que legitima formalmente os arranjos (e as disparidades de poder) socialmente estabelecidos dentro e fora do campo político.

As discussões realizadas ao longo dos capítulos anteriores buscaram justificar como esses arranjos sociais poderiam representar barreiras aos grupos subalternizados para a inclusão no campo político, tentando apresentar também quais seriam as possíveis janelas de oportunidades para esses grupos ingressarem nesses espaços considerando esses arranjos. Considerando o fato da subrepresentação política das mulheres e os argumentos apresentados a favor da inserção das mulheres no campo

político, a análise busca identificar nas trajetórias estudadas os padrões de diferenciações que definem desigualdades no reconhecimento e na distribuição do poder político para as mulheres a partir do referencial de gênero. Essa leitura é feita tanto para disputa pela possibilidade de se tornar um candidato ou candidata e, a partir dessa definição, para a disputa pelos cargos eletivos no campo político.

A análise dos dados será feita a partir de três eixos, a partir da introdução geral do perfil das candidaturas a partir de um recorde de gênero. O primeiro eixo de análise estará centrado nos partidos políticos, considerando sua importância enquanto instituições políticas mediadoras entre o potencial e o interesse de um indivíduo em ocupar cargos políticos e a formalização dessa possibilidade ambicionada a partir das candidaturas, compreendidas aqui como a última etapa do recrutamento político antes da disputa eleitoral. O segundo eixo de análise se concentra sobre as relações familiares e seu papel na vida política dos candidatos e candidatas, enquanto um dos principais gargalos para a entrada no espaço de disputa político brasileiro (ARAÚJO, 2010). O terceiro eixo, por fim, se organiza em torno da análise dos cargos públicos ocupados – no momento da eleição ou anteriormente a ela – considerando as trajetórias políticas baseadas na ocupação de cargos públicos como um caminho de profissionalização da atividade política, e observando seu desdobramento sobre as candidaturas e também sobre os eleitos e eleitas (ARAÚJO, 2010; CORADINI, 2001). Essa divisão parece adequada à pesquisa considerando a leitura previamente realizada dos dados disponíveis, correspondendo, sobretudo, às duas principais divisões no que à disputa eleitoral: a seleção interna aos partidos e a disputa pelos votos dos eleitores e eleitoras.

3.1. Arranjos metodológicos

O banco de dados referente à pesquisa que dá base a esse trabalho, especificamente, foi construída durante os anos de 2009 e 2010 e teve como objetivo categorizar uma série de informações sobre a formação, atuação profissional, relações pessoais e vinculações políticas de candidatos e candidatas às eleições para o poder executivo estadual em 2006 e poder executivo municipal em 2008 nos 26 estados brasileiros, suas respectivas capitais e o Distrito Federal (no caso das eleições estaduais de 2006).

Os principais arranjos metodológicos da pesquisa foram definidos a partir dos critérios definidos na pesquisa “Carreira Política no Brasil” (MIGUEL, 2008), da qual

os dados aqui apresentados fazem parte. O objetivo principal dessa pesquisa é, a partir de critérios pré-estabelecidos, mapear os principais elementos que originam e que compõem o capital político de homens e mulheres na disputa por cargos eletivos no país, em diferentes níveis federativos e, com o aporte oferecido por essa pesquisa, também entre os diferentes poderes, legislativo e executivo (os dados analisados são os mesmos tanto para o poder legislativo quanto para o poder executivo⁸). A construção da pesquisa abarca não só o mapeamento das carreiras das mulheres, mas também dos homens; em diferentes níveis federativos, mas para cargos na mesma esfera de poder; e considerando não só os eleitos e eleitas, mas também os candidatos e candidatas a esses cargos. Contudo, o objetivo específico desse trabalho aqui apresentado é buscar, a partir do mapeamento proposto pela pesquisa “Carreira Política no Brasil”, as especificidades na constituição do capital político nas carreiras políticas dos homens e, sobretudo, das mulheres que competem por cargos no poder executivo estadual e municipal no Brasil.

A ficha de análise e recolhimento dos dados foi construída a partir de oito diferentes categorias: identificação geral; dados gerais da candidatura; capital delegado; capital familiar; capital econômico; capital midiático; capital proveniente de participação em movimentos sociais, organizações da sociedade civil ou movimento sindical e capital proveniente da atuação profissional. A primeira categoria diz respeito às informações de identificação geral para os principais eixos do trabalho: cargo para o qual concorre, nível de governo, estadual e municipal (no caso, especificando também se era apenas candidato/candidata ou eleito/eleita); unidade da federação, no caso de cargos executivos estaduais; município, no caso de cargos executivos municipais; nome e sexo.

A segunda categoria referia-se aos dados gerais das candidaturas: ano de nascimento; escolaridade; profissão real (que pode diferir daquela declarada, oficialmente, ao Tribunal Superior Eleitoral); profissão declarada (segundo dados fornecidos ao Tribunal Superior Eleitoral na ficha da candidatura); formação acadêmica; partido pelo qual concorreu; partidos pelo qual já foi filiado anteriormente.

A partir da terceira categoria os dados requeridos já se referem, especificamente, à trajetória política dos candidatos e candidatas. As seis diferentes categorias de capital foram estabelecidas na pesquisa “Carreira Política no Brasil” (MIGUEL, 2008) e têm como objetivo permitir a análise do papel de cada uma dessas

⁸ Com exceção da categoria “casa”, que foi modificada para atender aos cargos executivos, e também à diferenciação entre candidatos e candidatas e eleitos e eleitas, no caso específico desse trabalho.

formas de capital na construção da carreira política dos candidatos e candidatas aos cargos investigados. Um conjunto distinto de informações foi definido como relevante para se identificar cada um desses diferentes tipos de capital. Essas informações, por sua vez, não estavam disponíveis de forma estruturada, como era o caso da maioria das informações gerais e dos dados das candidaturas. Para recolher as informações referentes a essas seções, foi feita uma extensa pesquisa, específica para cada caso analisado, por meio de informações disponíveis em canais de comunicação de grande porte – como, por exemplo, nos perfis das candidaturas disponibilizados pelos canais especiais para as eleições dos grandes portais de comunicação *online* (*UOL eleições, G1 eleições, Terra eleições*) -, notícias em jornais de grande circulação nacional, no estado ou na cidade do candidato ou candidata analisado, documentos ou decisões judiciais, perfis apresentados na página pessoal de candidatos e candidatas, perfis disponibilizados na página das assembleias legislativas estaduais e câmara de vereadores, prefeituras ou governos estaduais, ministérios, ou secretarias. Contudo, em alguns casos, algumas informações não foram encontradas, ou não foram consideradas suficientemente fidedignas para serem inseridas na pesquisa.

A terceira categoria, já referente à análise de capital, foi a de capital delegado, ou seja, capital acumulado pela ocupação de cargos públicos ou partidários. Nessa categoria, eram requeridas informações sobre: vezes em que foi eleito/eleita para presidente; vice-presidente; governador; vice-governador; prefeito; vice-prefeito (no caso das eleições como vice, em todos os casos, se assumiu em definitivo o mandato); senador; deputado federal; deputado estadual ou distrital; vereador; mandatos em que assumiu o cargo enquanto suplente; cargo exercido (ou do qual se descompatibilizou) no momento das eleições; cargo ocupado ou ao qual concorreu nas eleições municipais e gerais imediatamente anteriores; mandatos já ocupados como ministro; como secretário estadual; como secretário municipal.

A quarta categoria é a do capital familiar, caracterizado pelo acesso ao meio e aos recursos políticos por meio de parentes que atuam no campo. Nessa categoria, foram recolhidas informações sobre: cargos exercidos pelo pai; pela mãe; por irmã ou irmão; por cônjuge ou ex-cônjuge; por filha ou filho; por sogra ou sogro; por neta ou neto; por avó ou avô. Nessa categoria, era possível marcar várias opções por parente: de presidente à prefeito; de senador à vereador; de ministro à secretário municipal.

Na quinta categoria, capital econômico, referente à abertura do campo político por meio de ligação com grupos de força econômica em determinada

região/estado/cidade, temos: se é dono de empresa; se é diretor de empresa; se é dono de veículo de mídia (que também pode ser analisado juntamente com a categoria de capital midiático). Na sexta categoria, que se refere apenas ao capital midiático, ou seja, capital proveniente de popularidade decorrente da veiculação da imagem pública em veículos midiáticos de grande circulação (rádio, televisão, ou posição de destaque como atleta), foram recolhidas informações sobre: se é profissional de rádio; de TV; de outro veículo de comunicação. Também nessa categoria era possível escolher entre mais de uma função desenvolvida nos respectivos meios citados: redator; apresentador; jornalista; locutor; atleta; cantor; ator.

As duas últimas categorias são a do capital proveniente da participação em movimentos sociais e organizações da sociedade civil e proveniente da atuação profissional dos candidatos e candidatas (anteriormente ou concomitantemente à atuação na vida pública). Para o capital proveniente de participação em movimentos sociais as informações requeridas eram: a posição de liderança em movimento social (diferente da participação em movimento social), que deveria ser especificada, ou seja, constando o nome do movimento; a vinculação a religião organizada (caracterizada pela ocupação de cargos na hierarquia religiosa, como, por exemplo, pastor, padre, bispo, ou movimento expressamente ligado à organização religiosa), também sendo necessário especificar qual, e qual o vínculo; se vinculado à CEB; se participou de movimento de mulheres; se participou de movimento feminista; se integrou conselho gestor, e se sim, qual; se participou da direção, ou presidência, de sindicato, federação, confederação ou central sindical, e se sim, qual; e se participou da direção, ou presidência, de sindicato, federação ou confederação patronal. Quanto ao capital proveniente da atuação profissional: qual a profissão exercida; se era advogado/a; médico/a; professor/a primário, secundário ou universitário; policial; dentista; comerciante.

Ainda foram acrescentadas duas categorias de aglutinação: região, permitindo a classificação dos estados segundo as cinco regiões do país (segundo a definição do IBGE⁹); e posição ideológica, entre centro, direita e esquerda; e ainda o número total de votos válidos por candidatura, com base nos dados do TSE.

⁹ Para mais sobre a divisão político-administrativa brasileira, ver IBGE (2011), “Cartograma de Evolução Político-administrativa”.

3.2. Perfil Geral das Candidaturas

Para traçar um perfil geral das candidaturas aos cargos eletivos no poder executivo de estados e capitais de estado nas eleições de 2006 e 2008, respectivamente, foram analisadas informações oficiais do TSE, como já dito, e informações de outras fontes que permitissem analisar as diferentes formas de capital político para cada candidatura. A partir dos dados oficiais do TSE e da pesquisa complementar sobre a trajetória política dos candidatos e candidatas, serão analisadas as seis categorias de capital político identificadas pela pesquisa como as principais determinantes do sucesso político para o poder executivo no Brasil, sem divisão entre os níveis estaduais e municipais. Essa análise geral tem como objetivo estabelecer um referencial para as candidaturas para o poder executivo subnacional no Brasil, sobretudo no que se refere aos recortes de gênero. As análises dos respectivos níveis, estadual e municipal, também serão consideradas, a partir das mesmas características, em situações específicas, permitindo identificar as possíveis diferenciações nesses padrões, também com o enfoque no recorte de gênero, ao longo do trabalho.

Dentre as 374 candidaturas analisadas, temos 319 candidatos que se declaram do sexo masculino e 55 candidatas que se declaram do sexo feminino, segundo dados oficiais do TSE. Dessas candidaturas, 201 se referiam aos cargos do executivo estadual, enquanto as demais 173, ao executivo municipal das capitais de Estado. Em ambas as eleições, o número de mulheres candidatas é muito próximo, 26 candidatas para o executivo estadual e 29 candidatas para o executivo municipal. A tabela 3.2.1 mostra a diferença proporcional entre as candidaturas de mulheres e homens nos diferentes níveis:

Tabela 3.2.1: Distribuição das candidaturas por sexo e nível federativo

| Status da Candidatura | candidatas | candidatos | TOTAL |
|-----------------------------------|------------|------------|-----------------|
| candidato(a) ao Governo Estadual | 12,9% | 87,1% | 100% (n=201) |
| candidato(a) ao Governo Municipal | 16,8% | 83,2% | 100% (n=173) |
| TOTAL | 14,7% | 85,3% | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

É possível notar que a proporção de mulheres concorrendo em nível municipal é maior do que a proporção de mulheres que concorrem aos governos estaduais. Essa característica seria esperada, considerando que os apoios e a mobilização de recursos

necessários para se apresentar uma candidatura em nível estadual são maiores, e as mulheres não são um grupo privilegiado em termos de financiamento e apoio nas estruturas partidárias brasileiras, o que poderá ser visto nas análises a seguir. Até 2009, com a aprovação da lei 12.034/2009, a legislação referente ao financiamento de campanha no Brasil não fazia nenhuma menção a qualquer mecanismo para o apoio financeiro a quaisquer grupos subrepresentados. A partir da lei, foi estabelecido que ao menos 5% do Fundo Partidário deverá ser destinado para a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, e que no mínimo 10% do tempo nos meios de comunicação em períodos não-eleitorais deverão ser destinados à promoção e difusão da participação política feminina.

Mesmo considerando os custos mais elevados de se lançarem candidaturas em nível estadual, deve-se levar em consideração a importância, política, de se apresentarem candidaturas nesse nível. Essas candidaturas muitas vezes são lançadas em conjunto com as candidaturas de nível federal (para o poder executivo ou legislativo) como forma de garantir maior visibilidade e espaço de propaganda política para o partido ou coligação. Como exemplo, é possível citar o caso do PSol: o partido assumiu, desde as eleições de 2006, a política de lançar candidaturas no maior número de estados e municípios possíveis, como estratégia de sustentação da legenda. No caso, em 2006, o principal foco de trabalho era a popularização da candidatura da então senadora Heloísa Helena para a Presidência da República.

Na tabela 3.2.2 vemos que a média de idade difere em 3 anos entre candidatos e candidatas para governos estaduais e 2 anos para candidatos e candidatas nos governos municipais. A média geral das candidaturas respeita a média de idade dos candidatos, mostrando que o padrão das candidaturas dos homens estabelece o padrão geral – o que já é esperado considerando o número de candidaturas de homens. Esse dado mostra que as mulheres candidatas têm uma média de idade mais baixa que o padrão, o que nos permite levantar a hipótese de que a entrada das mulheres nas disputas políticas é precoce em relação a dos homens. Também é possível indicar que partidos de extrema-esquerda, que lançam a maior parte das candidaturas de mulheres, como poderá ser visto nas próximas seções, tendem a lançar candidatos e candidatas mais novos. Os dados analisados mostraram que os partidos com o maior número de candidaturas de mulheres, PT, PSTU, PCO, PSol, PCdoB e PFL (tabela 3.3.2 e tabela 3.3.3), com a exceção do PT e do PFL, são aqueles com as médias de idade mais baixas, variando entre 37 e 45 anos.

Tabela 3.2.2 : Média de idade das candidaturas por nível federativo

| Média de idade | candidaturas governo estadual | candidaturas governo municipal |
|-----------------------|--|---|
| feminino | 49 | 47 |
| masculino | 52 | 49 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Os dados relacionados à distribuição das candidaturas por região com um corte de gênero na tabela 3.2.3 também permitem identificar algumas disparidades na distribuição das candidaturas das mulheres em relação aos homens. A distribuição geográfica das candidaturas por região permite observar que não há uma proporção média de candidaturas de mulheres por região. Numa análise regional é preciso considerar ainda que o número de candidaturas por região varia muito – em virtude do número de estados em cada região e também pelo grande número de candidaturas que se concentram em determinados estados e capitais.

Dentre os cinco estados com o maior número de candidaturas estão, em ordem decrescente: São Paulo, com 16 candidaturas; Rio de Janeiro, com 11 candidaturas; seguido do Paraná, também com 11 candidaturas; Rio Grande do Sul, com 10 candidaturas e o Mato Grosso, com 8 candidaturas. Seria possível identificar uma relação de força econômica entre pelo menos quatro dos cinco estados citados, que são reforçados, ainda, por dados sobre a população total e número de municípios de cada um desses estados. Segundo dados do IBGE (2011), São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná estão entre os cinco estados que mais contribuem para o PIB nacional, enquanto o Mato Grosso não está listado sequer entre os 10 estados que mais contribuem para o produto interno bruto brasileiro. A discrepância nas eleições de 2006 segue se considerarmos a população e o número de municípios de cada um desses cinco estados citados: São Paulo conta com 645 municípios e é o estado mais populoso do Brasil, com população total de 41.252.160 pessoas; o Rio de Janeiro tem um total de 92 municípios e população de 15.993.583 pessoas; o Paraná está dividido em 399 municípios, com população total de 10.439.601 pessoas; o Rio Grande do Sul conta com 496 municípios, e população de 10.695.532 pessoas; e, finalmente, o Mato Grosso conta com população total de 3.033.991 pessoas, seguindo a média apenas dos municípios, 141.

Tomando o estado de Minas Gerais como exemplo para ressaltar essa diferença, temos que mesmo apresentando o maior número de municípios no país, 853, e sendo o terceiro que mais contribui para o PIB nacional, e o segundo maior em

população, com 19.595.309 pessoas, apenas 6 candidaturas foram apresentadas neste estado para o governo estadual.

Dessa forma, enquanto essa associação permite pensar em uma ligação muito próxima entre força econômica e população total e competitividade política no âmbito estadual – considerando, aqui, competitividade como a relação candidatos por vaga -, não se pode afirmar que essa relação entre força econômica e população total e competitividade é direta, como podemos observar com o caso discrepante do Mato Grosso. Ao mesmo tempo essa análise permite levantar alguns questionamentos mais específicos sobre o momento político de cada um desses estados, sobretudo se pensarmos no caso do Mato Grosso e de Minas Gerais.

Tabela 3.2.3: Distribuição das candidaturas por sexo segundo nível federativo

| | Estadual | | | Municipal | | |
|--------------|------------|------------|-----------------|------------|------------|------------------|
| | candidatas | candidatos | TOTAL | candidatas | candidatos | TOTAL |
| sul | 6,9% | 93,1% | 100% (n=29) | 30,4% | 69,6% | 100% (n=23) |
| sudeste | 15,4% | 84,6% | 100% (n=39) | 18,9% | 81,1% | 100% (n=37) |
| centro-oeste | 13,3% | 86,7% | 100% (n=25) | 10,5% | 89,5% | 100% (n=14) |
| nordeste | 15,9% | 84,1% | 100% (n=63) | 15,0% | 85,0% | 100% (n=59) |
| norte | 10,0% | 90,0% | 100% (n=45) | 11,4% | 88,6% | 100% (n=40) |
| TOTAL | 12,9% | 87,1% | 100% (n=201) | 16,7% | 83,3% | 100% (n= 173) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A mesma questão surge na análise das candidaturas em nível municipal. As capitais mais disputadas correspondem também aos estados mais disputados: foram 12 candidaturas para a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro; 11 para a cidade de São Paulo; 10 para São Luis do Maranhão; 9 para Belo Horizonte, em Minas Gerais; e 8 para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Curitiba, no Paraná. Enquanto a capital mineira, Belo Horizonte, ingressa no grupo das capitais mais disputadas do país, uma cidade que se encontra fora do eixo sul-sudeste surge nesta lista, São Luis do Maranhão.

O quadro das candidaturas para os estados se repete: cidades entre as 10 mais ricas do país, à exceção de São Luis do Maranhão (apenas a 26ª cidade mais rica do país, atrás de outras capitais do norte do país como Manaus, na 6ª posição, e Belém, na 23ª posição), e com mais de um milhão de habitantes, entre as 10 mais populosas do país. Também no caso das candidaturas em nível municipal não é possível fazer uma

associação direta entre força econômica e competitividade, pelo menos no que se refere às grandes cidades. De toda forma, a questão populacional parece indicar que capitais com mais de um milhão de habitantes tendem a ter eleições com mais candidaturas, ou pelo menos esse foi um fator influente nas eleições municipais de 2008. Além disso, cidades maiores têm maiores chances de ter núcleos partidários já estabelecidos, facilitando a proposição de candidaturas nesse nível.

A diferença entre a proporção de candidaturas para o governo estadual da região nordeste, que representam 31,3% das candidaturas apresentadas, para a região norte, com 22,4% é maior do que a diferença entre as candidaturas da região norte para a região sudeste, que tem 19,4% das candidaturas. Analisando a tabela 3.2.3 com esse fato em mente vemos que mesmo considerando que há um maior número de candidaturas na região norte ainda assim o número de candidatas na região sudeste seria superior ao número de candidatas daquela região, se levarmos em conta o número de candidaturas por vaga.

Enquanto para a região norte temos uma média de cerca de 6 a 7 candidaturas por estado, na mesma faixa que a região nordeste, na região sudeste essa média sobe para cerca de 10 candidaturas por estado. O mesmo poderia ser dito a respeito das regiões sul e centro-oeste, com respectivamente 14,4% e 12,4% das candidaturas; o número de candidaturas de mulheres na região centro-oeste é afetada de forma significativa pelo baixo número geral das candidaturas, com média de 8 candidaturas por estado, em comparação à região sul, com cerca de 10 candidaturas por estado. Dessa forma, proporcionalmente a região sudeste possui o maior número de candidatas mulheres, seguida das regiões nordeste, norte e centro-oeste; com o menor número de mulheres na disputa, temos a região sul, em nível estadual.

Quando analisamos as candidaturas em nível municipal, nas capitais, temos que a região sudeste é aquela com a diferença mais destacada na média de candidaturas. São, em média, quase 10 candidaturas por capital, representando 21,4% das candidaturas apresentadas, contrastando com as apenas 5 candidaturas, em média, para as capitais do centro-oeste, que por sua vez representam apenas 8,1% das candidaturas apresentadas. As regiões nordeste, com 34,1% das candidaturas, norte, com 23,1%, e sul, com 13,3% das candidaturas mantêm, respectivamente, uma média de 7, 6 e 7 candidaturas por capital.

Considerando a média das candidaturas por região, vemos que, proporcionalmente, a região sul se destaca com o maior número de candidaturas de

mulheres, sobretudo se comparada com a proporção de mulheres candidatas na região sudeste, que concentra o maior número de candidaturas por capital. Inversamente, a região centro-oeste é aquela que tem o menor número, proporcionalmente, de mulheres candidatas.

É interessante notar a diferença entre a posição na proporção de mulheres candidatas da região sul nas eleições estaduais de 2006 e nas eleições municipais de 2008. Enquanto em 2006 a região sul foi o estado com menos candidatas aos governos estaduais, dois anos depois, nas eleições municipais, foi aquele com o maior número proporcional de candidatas, o que permite indicar que, naquela região, existe uma barreira para a progressão política das carreiras das mulheres nas disputas para os governos dos estados, ou uma conjuntura política muito específica àquele momento político que impediu que mais candidatas disputassem aqueles cargos.

Analisando o perfil das candidaturas a partir dos tipos de capital identificados na pesquisa, temos, na tabela 3.2.4, a distribuição do capital econômico entre os candidatos e candidatas para ambos os cargos do executivo subnacional. Como já especificado no capítulo I, o capital econômico, nessa pesquisa, diz respeito à posse de empresa ou microempresa, e não à função de diretoria em empresas ou microempresas. A maior parte dos candidatos e candidatas não possui empresas ou microempresas – e a proporção de mulheres nessa situação é maior que a dos homens. Considerando esses aspectos, o recorte de gênero mostra que a proporção de mulheres candidatas que possuem microempresas é a mais significativa do que aquelas que possuem empresas.

Tabela 3.2.4: Distribuição do capital econômico por sexo das candidaturas

| Possui empresa ou microempresa | candidatas | candidatos | TOTAL |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| microempresário | 3,6% | 3,1% | 3,2% |
| sim | 5,5% | 16,9% | 15,2% |
| não | 90,9% | 79,9% | 81,6% |
| TOTAL | 100% (n=55) | 100% (n=319) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Essa dinâmica de distribuição de capital seria esperada, considerando que os homens ainda são a maioria entre aqueles que figuram entre os grandes proprietários de capital econômico no Brasil - nenhuma mulher figura sequer na lista dos 20 mais ricos do país (EXAME, 2011). Uma maior participação das mulheres enquanto microempresárias também seria esperada, considerando que 49,3% dos empreendimentos em estágio inicial no Brasil são administrados por mulheres

envolvidas na criação e manutenção de pequenos e micro negócios, sobretudo das microempresas de base doméstica (SEBRAE, 2011).

Em relação ao capital midiático, analisando apenas àqueles proprietários e proprietárias de veículos de comunicação, na tabela 3.2.5 vemos que a papel das mulheres nesse segmento específico do capital econômico também é muito pequeno.

Tabela 3.2.5: Distribuição do capital midiático por sexo das candidaturas

| Veículo de Mídia | candidatas | candidatos | TOTAL |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|
| possui veículo de comunicação | 3,6% | 3,7% | 3,7% |
| não possui veículo de comunicação | 96,4% | 96,3% | 96,3% |
| TOTAL | 100% (n=55) | 100% (n=319) | 100% (n= 374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Contudo, se analisarmos a atuação na mídia desses candidatos e candidatas poderemos perceber que a participação das mulheres aumenta de forma considerável. Proporcionalmente, como mostra a tabela 3.2.6, as candidatas têm maior atuação na mídia que os candidatos. Essa diferença seria indicativa de um possível caminho para a entrada das mulheres no campo político, ou ao menos um indicativo da importância desse caminho na trajetória na disputa pela possibilidade de ser escolhida para representar um partido – considerando que estamos analisando apenas as candidaturas. De toda forma, numa perspectiva geral, a atuação na mídia não se configura como um dos elementos mais centrais para candidaturas do poder executivo como um todo.

Tabela 3.2.6: Distribuição das candidaturas por sexo segundo atuação em veículo de mídia

| Tipo de atuação | candidatas | candidatos | TOTAL |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| atuação em veículo de mídia | 16,8% | 12,2% | 13,9% |
| nenhuma atuação em veículo de mídia | 83,2% | 87,8% | 86,1% |
| TOTAL | 100% (n=55) | 100% (n=319) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Uma forma de capital que também não se mostrou tão central no perfil geral das candidaturas é o capital adquirido por atuação em movimento social. A categoria movimento social abarca diversos tipos de movimento – sindical, estudantil, em organizações de mulheres, para a promoção de direitos e organizações patronais – e procurou identificar a participação dos candidatos e candidatas enquanto lideranças nesses movimentos.

Somado, o número geral de candidatos e candidatas participantes em movimentos sociais no geral é considerável, contando com 213 candidaturas ligadas a

esses tipos de movimento para ambos os níveis subnacionais. O número de mulheres candidatas que participaram de movimentos sociais se concentra no movimento sindical, com 46,5% das mulheres candidatas tendo participado desse tipo de movimento, que se mostra significativo enquanto parte da trajetória política das mulheres. Das candidaturas masculinas, 42,5% dos candidatos com participação em movimentos sociais estiveram envolvidos em posições de liderança em movimentos sindicais. A tabela 3.7 apresenta essa divisão segundo tipo de movimento social (lembrando que mais de uma opção poderia ser marcada no quesito movimento social, ou seja, a participação em sindicato não inviabilizava o registro da participação, por exemplo, em grupo feminista ou de mulheres).

Tabela 3.2.7: Distribuição das candidaturas por sexo segundo a participação em movimentos sociais

| Tipo de Movimento | Teve participação | | Total |
|---|-------------------|-----------------|-----------------|
| | candidatas | candidatos | |
| sindicato | 46,5% (n=27) | 42,5% (n=66) | 43,7% (n=93) |
| organização patronal | 1,7% (n=1) | 7,7% (n=12) | 6% (n=13) |
| grupo feminista ou de mulheres | 15,5% (n=9) | 0,6% (n=1) | 4,7% (n=10) |
| movimento estudantil | 29,3% (n=17) | 37% (n=57) | 34,8% (n=74) |
| movimentos para a promoção de direitos e inclusão ¹⁰ | 7% (n=4) | 12,2% (n=19) | 10,8% (n=23) |
| Total | 100% (n=58) | 100% (n=155) | 100% (n=213) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

O maior número de mulheres e homens com participação em algum tipo de movimento se concentra no movimento sindical e no movimento estudantil. Na pesquisa, considerando homens e mulheres, a participação em movimentos sindicais é aquela com o maior número de entradas - 93 candidaturas, onde 29% é de mulheres e 71% é de homens. Enquanto a participação nos movimentos estudantis aparece como padrão importante em ambos os casos, a centralidade da participação em movimentos sindicais se destaca como campo onde as mulheres têm, proporcionalmente, mais espaço de atuação na vida política, como já dito. Esse dado representa a força das categorias sindicais enquanto espaços possíveis para o acúmulo dos recursos simbólicos

10 A categoria “movimentos para a promoção de direitos e inclusão” inclui todos os movimentos sociais ligados às demandas sociais, como, por exemplo, moradia, bem-estar, combate à fome, o que inclui, muitas vezes, movimentos de base religiosa com trabalho em áreas sociais; e de demandas por inclusão e direitos, como, por exemplo, movimentos pelos direitos da infância, de deficientes, de contestação da ordem política vigente, de promoção da cidadania.

e materiais necessários ao ingresso na disputa por cargos políticos, tanto para homens quanto para as mulheres.

A participação nos demais movimentos sociais mostra um perfil de participação mais desigual. A participação das mulheres nos movimentos para a promoção de direitos e inclusão é quase cinco vezes menor que a dos homens; mas é quase dez vezes maior na participação em movimentos feministas ou de mulheres. A fraca presença de homens em movimentos feministas ou de mulheres seria esperada; contudo, ao mesmo tempo, a ligação das candidaturas de homens com movimentos de promoção de direitos e inclusão indica que esses espaços se tornaram, de alguma forma, legítimos para a formação de capital político para os homens.

O movimento com o menor número de participação de mulheres e também de homens são as organizações patronais. No caso, o baixo número de mulheres seria esperado dado ao baixo número de mulheres proprietárias de empresas e microempresas, como mostrou a tabela 3.2.4.

A tabela 3.2.8 lista as profissões dos candidatos e candidatas por ordem decrescente das profissões mais citadas. É possível perceber a centralidade da carreira política enquanto carreira profissional e das profissões liberais entre as mais frequentes na carreira dos candidatos e candidatas. Para caracterizar a política enquanto profissão, o seguinte critério foi estabelecido: ocupação, consecutiva, de pelo menos dois cargos públicos eletivos ou de confiança nos últimos 12 anos. Todas as categorias de profissão eram cumulativas, ou seja, mais de uma profissão poderia ser identificada – o que permitiria identificar a acumulação de capital profissional em diferentes frentes. A acumulação da profissão política e de professor com outras atividades são as mais comuns, o que é um dos motivos pelo qual as entradas relativas a essas duas profissões são mais altas.

Tabela 3.2.8: Distribuição das candidaturas por sexo das 10 profissões mais citadas

| Profissão | candidatas | candidatos | TOTAL |
|---------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| político | 30,6% | 25,4% | 26,2% |
| professor | 29% | 16,5% | 18,4% |
| advogado | 3,2% | 10,7% | 9,6% |
| empresário | 4,8% | 9,2% | 8,6% |
| servidor Público | 8,1% | 8,1% | 8,1% |
| médico | 1,6% | 5,5% | 4,9% |
| assessor político | 1,6% | 2,9% | 2,7% |
| engenheiro | 1,6% | 2,6% | 2,5% |
| jornalista | 4,8% | 2,0% | 2,5% |
| funcionário dos correios | 3,2% | 1,4% | 1,7% |
| outras profissões citadas | 11,3% | 15,6% | 15% |
| TOTAL | 100% (n=62) | 100% (n=346) | 100% (n=408) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Obs.: A categoria “não identificado” não foi inserida na análise, e teve o total de 15 entradas

Obs.1: Era possível realizar mais de uma entrada na categoria.

O grande número de entradas para a profissão político pode ser interpretado como um reflexo da necessidade da experiência para se concorrer a um cargo no poder executivo, tanto para mulheres como para homens. A categoria professores também possui um grande número de entradas por se tratar de uma profissão que, para muitos, se soma a outras atividades profissionais, muitas vezes de forma secundária. Como já dito, as profissões liberais são predominantes entre as 10 profissões mais citadas entre os candidatos, e são também aquelas com as menores proporções de mulheres em seus quadros – engenheiro, advogado, médico. Por outro lado, é interessante notar que as carreiras do serviço público abrigam uma proporção significativa de mulheres entre seus representantes, o que pode estar relacionado ao fato de que a entrada nessas carreiras se dá por meio de concurso público, o que abriria mais espaço para a participação em bases iguais de competição entre homens e mulheres, mesmo que ainda refletindo as disparidades de gênero na formação educacional dos concorrentes e na disponibilidade de tempo para estudos. As categorias jornalista e funcionário dos correios têm, proporcionalmente, o maior número de mulheres entre seus representantes; contudo, em números absolutos, não são de fato tão significativas quanto, por exemplo, as cinco primeiras categorias apresentadas, que contemplam um número muito maior de candidaturas e conseqüentemente um número maior de homens e de mulheres.

Assim, é importante notar que tanto o percentual significativo de mulheres na categoria político quanto na categoria professor são importantes referências para a trajetória política das candidaturas no geral e das candidatas, especialmente. Da mesma forma, a baixa participação das mulheres em categorias como advogado, empresário e

engenheiro marcam as limitações no campo da formação que são reforçados pela seleção no campo político. Essa divisão da construção das carreiras por segmentos profissionais tem fundo na formação acadêmica dos candidatos e candidatas, que em grande medida expressam estereótipos de gênero que restringem as mulheres a nichos específicos de formação e trabalho ligados às qualidades atribuídas às mulheres a partir desses pré-conceitos. A tabela 3.2.9 organiza a formação das candidaturas pelas áreas de formação (segundo a classificação oficial do CNPq), novamente por ordem decrescente, a partir da categoria mais citada.

Tabela 3.2.9: Distribuição das candidaturas por sexo das áreas de formação

| Áreas de Formação | candidatas | candidatos | TOTAL |
|-----------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| ciências sociais aplicadas | 51,1% | 60,5% | 59,1% |
| ciências da saúde | 6,4% | 9,4% | 9% |
| engenharias | 4,3% | 10,9% | 9,9% |
| ciências humanas | 29,8% | 10,1% | 13% |
| lingüística, letras e artes | 2,1% | 2,2% | 2,2% |
| ciências agrárias | 0 | 4,3% | 3,7% |
| ciências exatas e da terra | 2,1% | 2,2% | 2,2% |
| ciências biológicas | 4,3% | 0 | 0,6% |
| oficial das Forças Armadas | 0 | 0,4% | 0,3% |
| TOTAL | 100% (n=47) | 100% (n=276) | 100% (n=323) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Obs.: as categorias “não possui” (n=40) e “não identificada” (n=44) foram excluídas dessa tabela.

Obs.¹: Era possível realizar mais de uma entrada na categoria.

A categoria de ciências sociais aplicadas, que abarca formações como bacharelado em direito, administração, economia, jornalismo e psicologia, é aquela com o maior número de entradas, seguido da categoria de ciências das saúdes e engenharias – refletindo, também, a dinâmica de distribuição das profissões, novamente, sem que nenhuma delas conte com um grande número de mulheres entre suas representantes. Se analisarmos as categorias com o maior número de mulheres, descartando a categoria onde só há uma mulher (em ciências biológicas), respectivamente, ciências humanas, lingüística, letras e artes, e ciências exatas e da terra, vemos que boa parte dessas formações estão ligadas às licenciaturas – em ciências humanas com as formações em história, filosofia, ciências sociais, geografia; em lingüísticas, letras e artes, os cursos de português e artes; e em ciências exatas e da terra, licenciaturas em matemática, química e física. Essas licenciaturas estão ligadas, geralmente, ao ensino básico, que é o nível de ensino onde se concentram as mulheres professoras, segundo a tabela 1.1. no capítulo I. Isso mostra uma possível associação entre essas carreiras e o reforço a posição das

mulheres em lugares determinados na escala de avanço educacional e conseqüentemente profissional.

A média de votação de homens e mulheres na tabela 3.2.10 indica que em nível municipal, as candidatas têm média de votação maior que os candidatos; já em nível estadual, a média de votação das candidatas é menor que a média geral e dos candidatos. Proporcionalmente, as mulheres candidatas aos governos estaduais receberam 9% do total de votos válidos, enquanto aquelas candidatas aos governos municipais receberam 20%, o que indica que as mulheres têm candidaturas mais fortes em nível municipal. Contudo, como é possível ver a partir da análise de competitividade, esse maior número de votos não representa candidaturas mais competitivas para as mulheres nesse nível.

Tabela 3.2.10: Distribuição das médias de votação por sexo segundo as candidaturas por nível federativo

| | Estadual | | Municipal | |
|--------------|----------------|------------------------|-------------|------------------------|
| | total de votos | média de votos válidos | total votos | média de votos válidos |
| candidatas | 8 740 980 | 336 191 | 4 544 826 | 168 326 |
| candidatos | 86 868 075 | 496 389 | 17 779 855 | 121 779 |
| TOTAL | 95 609 055 | 475 956 | 22 324 681 | 129 044 |

Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

Para uma análise da competitividade das candidaturas, foi estabelecido o seguinte critério: a proporção de votos obtidos em relação ao candidato ou a candidata mais votado/votada por estado e por capitais. A partir desse cálculo foram estabelecidas quatro categorias de competitividade: (1) candidaturas competitivas, onde a proporção de votos da candidatura apresentada é de mais de 80% em relação ao mais votado no estado; (2) candidaturas semi-competitivas, onde a proporção em relação ao mais votado/votada é menor que 80% e maior que 60%; (3) candidaturas pouco competitivas, onde a proporção de votos obtidos em relação ao mais votado/votada é menor que 60% e maior que 40%; e (4) candidaturas não-competitivas, que representam candidaturas com menos de 40% de votos obtidos em relação ao mais votado/votada. As duas categorias intermediárias abarcam dois tipos de candidaturas: no caso das candidaturas semi-competitivas, aqueles casos onde três candidatos ou candidatas centralizaram as campanhas em seus estados; e no caso das candidaturas pouco competitivas, aquelas que, em sua maioria, se referem aos estados em que as eleições foram para o segundo turno. tabela 3.2.11 apresenta a distribuição das candidaturas em nível estadual e municipal segundo a classificação de competitividade estabelecida.

Tabela 3.2.11: Distribuição das candidaturas por categoria de competitividade e nível federativo

| Nível Federativo | categorias | candidatas | candidatos | TOTAL |
|------------------|-------------------|------------|------------|-------|
| municipal | competitivo | 4 | 29 | 33 |
| | semi-competitivo | 1 | 6 | 7 |
| | pouco competitivo | 2 | 11 | 13 |
| | não-competitivo | 22 | 98 | 120 |
| TOTAL | | 29 | 144 | 173 |
| estadual | competitivo | 4 | 34 | 38 |
| | semi-competitivo | 0 | 7 | 7 |
| | pouco competitivo | 4 | 6 | 10 |
| | não-competitivo | 17 | 124 | 141 |
| TOTAL | | 25 | 171 | 196 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Obs.: Os dados de votação de cinco candidaturas das 201 em nível estadual eram iguais a zero e foram desconsiderados, totalizando, aqui, 196 entradas válidas. Essas entradas se referiam a candidaturas que foram invalidadas por decisões dos TREs e TSE posteriormente às eleições, por problemas na validação das candidaturas apresentadas.

A maioria das candidaturas não é viável em termos de competição política. Segundo os critérios estabelecidos, em todos os níveis as mulheres são um grupo pouco competitivo – mais da metade das candidatas não tem chances de competir para os cargos ao quais concorrem. Apesar da similaridade no quadro de não-competitivos, o número de candidatos competitivos é mais significativo do que o de candidatas, em ambos os níveis. Enquanto 20,13% dos homens estão na categoria candidaturas competitivas, esse número não ultrapassa os 16% entre as mulheres nos dois níveis analisados. Se analisarmos as outras duas categorias de competitividade, vemos que o número de candidatas é ainda menor, o que demonstra a fragilidade das campanhas das mulheres em ambos os níveis federativos.

3.3 Partidos Políticos

O papel dos partidos políticos enquanto espaço de organização das demandas políticas e caminho institucional obrigatório, no caso brasileiro, para a legitimação de uma candidatura e da eleição por meio do voto, é central para se compreender a dinâmica da trajetória política de candidatos e candidatas para qualquer cargo eletivo no Brasil. Para que uma candidatura seja validada e aprovada pela justiça eleitoral brasileira o candidato ou candidata deve estar vinculado, há pelo menos um ano, a um partido político legalmente registrado, o que faz dos partidos políticos instância obrigatória para a oficialização do capital político pela via eleitoral. Os partidos

políticos, além de, teoricamente, vincularem um candidato ou candidata a uma determinada plataforma político-ideológica, tem importantes funções de financiamento e definição de parcerias políticas estratégicas que podem favorecer ou prejudicar a proposição das candidaturas, facilitando ou dificultando, também, a entrada de novas figuras no cenário político em todos os níveis.

Dados do TSE de 2007¹¹ revelaram que as mulheres eram, naquele ano, 43,55% dos 11.570.161 filiados em agremiações políticas no país. Entre os estados, o Distrito Federal era aquele com o maior número percentual de filiadas – 52,04% dos 111.652 filiados no estado eram mulheres -, enquanto o Paraná era o estado, à época, com o menor percentual de mulheres filiadas no país, com 39,99% dos filiados sendo mulheres. Considerando os cinco maiores partidos do país à época (e que permanecem como os cinco maiores partidos, em número de filiados, até hoje), temos a distribuição apresentada na tabela 3.3.1:

Tabela 3.3.1: Percentual de filiados por sexo entre os cinco maiores partidos do país em 2007

| Partido | Filiadas | Filiados | TOTAL |
|----------------|-----------------|-----------------|--------------|
| PMDB | 44,46% | 55,27% | 2.037.431 |
| PP | 43,85% | 55,92% | 1.266.295 |
| PSDB | 43,90% | 55,90% | 1.096.669 |
| PT | 41,49% | 58,32% | 1.047.198 |
| PFL | 42,56% | 57,26% | 1.025.602 |

Fonte: Agência de Notícias da Justiça Eleitoral. 2007. “No Brasil, 43% dos filiados a partidos políticos são mulheres”. TSE.

É possível observar que os partidos de centro, PMDB e PSDB, eram aqueles que concentraram o maior percentual de mulheres em seus quadros, enquanto o único partido de esquerda entre os cinco maiores partidos do país, o PT, apresentou a menor proporção de mulheres filiadas entre os grandes partidos brasileiros. Curiosamente, o partido com o menor percentual de mulheres filiadas era o único partido presidido por uma mulher: o PSol, que em 2007 era presidido por Heloísa Helena, possuía apenas 32,87% de mulheres entre seus filiados.

A partir da tabela 3.3.2 podemos notar que o PMDB, partido com o maior número de filiadas, não apresentou nenhuma candidatura em nível estadual, assim como o PP. Enquanto isso, o partido com o menor percentual de filiadas entre os cinco

¹¹ Conquanto os dados atualizados sobre a relação de filiados devem ser repassados à justiça eleitoral duas vezes ao ano (entre os dias 8 e 14 de abril e outubro de cada ano), os partidos brasileiros não disponibilizam, publicamente, dados sobre as filiações desagregados por sexo, por exemplo, em suas páginas oficiais. O levantamento apresentado pela justiça eleitoral foi realizado em caráter excepcional, e sua divulgação se deu por meio da notícia acima citada.

maiores do país, o PT, teve 27,8% das suas candidaturas distribuídas entre as mulheres. PSDB e PP mantêm um percentual de 12,5% de candidaturas de mulheres cada um, que pode ser tido como baixo, considerando o percentual de filiadas desses partidos segundo apresentado na tabela 3.3.1.

Tabela 3.3.2: Distribuição das candidaturas por sexo em nível estadual

| Partido | candidatas | candidatos | TOTAL |
|----------------|-------------------|-------------------|----------------|
| PSol | 7,10% | 92,90% | 100% (n=28) |
| PSDC | 8,30% | 91,70% | 100% (n=24) |
| PT | 27,80% | 72,20% | 100% (n=18) |
| PMDB | 0,00% | 100% | 100% (n=16) |
| PSDB | 12,50% | 87,50% | 100% (n=16) |
| PCO | 42,90% | 57,10% | 100% (n=14) |
| PDT | 0,00% | 100% | 100% (n=11) |
| PSB | 10,00% | 90,00% | 100% (n=10) |
| PFL/DEM | 12,50% | 87,50% | 100% (n=8) |
| PSL | 14,30% | 85,70% | 100% (n=7) |
| PRONA | 16,70% | 83,30% | 100% (n=6) |
| PPS/PCB | 20,00% | 80,00% | 100% (n=5) |
| PV | 0,00% | 100% | 100% (n=4) |
| PAN | 0,00% | 100% | 100% (n=4) |
| PCB | 0,00% | 100% | 100% (n=4) |
| PSTU | 50,00% | 50,00% | 100% (n=4) |
| PHS | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| PRP | 33,30% | 66,70% | 100% (n=3) |
| PSC | 0,00% | 100% | 100% (n=3) |
| PP/PPB/PPR | 0,00% | 100% | 100% (n=3) |
| PTN | 0,00% | 100% | 100% (n=2) |

| | | | |
|--------------|--------|--------|-----------------|
| PRTB | 50,00% | 50,00% | 100% (n=2) |
| PMN | 0,00% | 100% | 100% (n=2) |
| PL/PR | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| PT do B | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| PC do B | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| PTB | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| TOTAL | 12,90% | 87,10% | 100% (n=201) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A distribuição das candidaturas masculinas por partidos em nível estadual permite destacar a participação de quatro partidos: PSol, PSDC, PMDB e PSDB, segundo a tabela 3.3.2. O grande número de candidaturas do PSol, como já foi comentado em momentos anteriores desse trabalho, se deve a sua estratégia de inserção nacional, apoiado sobretudo na candidatura à presidência no ano de 2006 da senadora Heloísa Helena – e é possível observar como o baixo percentual de mulheres entre os filiados se reflete no baixo número de mulheres entre as candidaturas do partido. Em relação ao PSDC, a mesma lógica de inserção pode ser aplicada, considerando a candidatura do partido para a presidência e a necessidade de fortalecimento do partido em nível nacional a partir dessa candidatura. Entre as candidaturas de mulheres, 26, no total, os partidos com maior destaque mudam: PT, PCO e PSDB aparecem como aqueles com o maior número de candidatas, proporcionalmente.

Contudo, é preciso destacar que os dois partidos com as maiores campanhas presidenciais no ano de 2006, PSDB e PT, não figuram entre aqueles partidos com o maior número de candidaturas estaduais, sendo ultrapassados, inclusive, por um partido que não havia lançado candidatura à presidência, o PMDB.

Essa constatação põe em foco o problema das alianças locais como arranjos diferenciados por região do país e por distribuição das forças políticas nos diferentes estados brasileiros. Mesmo sendo partidos fortes em nível nacional, PSDB e PT não tem presença, necessariamente, de candidaturas em todo o território nacional. Enquanto isso, o PMDB, apesar de não ser um partido competitivo em nível federal, tem uma distribuição mais equilibrada nas candidaturas estaduais, quer dizer, tem mais

candidatos e candidatas disputando cargos em quase todos os estados brasileiros e capitais.

Em nível municipal, a tabela 3.3.3 mostra que entre as candidaturas masculinas para os cargos de prefeituras de capitais os partidos que se destacam são: PSOL, PT, PMDB e PSDB, seguido ainda do PFL/DEM. Conquanto a estratégia de inserção nacional do PSOL tenha se mantido, com um grande número de candidaturas sendo apresentadas também para as capitais estaduais, temos uma mudança no quadro geral das candidaturas: o PT e o PFL apresentam maior presença em nível municipal do que em nível estadual, enquanto PMDB e PSDB mantêm equilíbrio similar em ambos os níveis. Considerando, novamente, a complexidade dos arranjos políticos e os equilíbrios partidários em nível municipal, e tomando os arranjos em nível estadual como referência, a distribuição das candidaturas nas capitais parece obedecer a uma dinâmica diferenciada, que precisa, também, ser avaliada levando em consideração a conjuntura política na região e nas cidades analisadas. Ainda considerando a análise geral, é importante notar, na distribuição das candidaturas das mulheres no nível das capitais de estado, que os partidos de esquerda concentram o maior número de candidaturas de mulheres: PSTU, PCdoB, PT e PCO.

Tabela 3.3.3: Distribuição das candidaturas por sexo em nível municipal

| Partido | candidatas | candidatos | TOTAL |
|----------------|-------------------|-------------------|----------------|
| PSol | 7,10% | 92,90% | 100% (n=28) |
| PT | 31,60% | 68,40% | 100% (n=19) |
| PFL/DEM | 25,00% | 75,00% | 100% (n=12) |
| PMDB | 8,30% | 91,70% | 100% (n=12) |
| PSDB | 8,30% | 91,70% | 100% (n=12) |
| PSTU | 50,00% | 50,00% | 100% (n=10) |
| PCO | 37,50% | 62,50% | 100% (n=8) |
| PC do B | 50,00% | 50,00% | 100% (n=8) |
| PSB | 0,00% | 100% | 100% (n=7) |
| PCB | 0,00% | 100% | 100% (n=6) |
| PTB | 0,00% | 100% | 100% (n=5) |

| | | | |
|--------------|--------|--------|-----------------|
| PDT | 20,00% | 80,00% | 100% (n=5) |
| PP/PPB/PPR | 0,00% | 100% | 100% (n=5) |
| PPS/PCB | 20,00% | 80,00% | 100% (n=5) |
| PMN | 20,00% | 80,00% | 100% (n=5) |
| PV | 20,00% | 80,00% | 100% (n=5) |
| PT do B | 0,00% | 100% | 100% (n=4) |
| PSC | 0,00% | 100% | 100% (n=4) |
| PL/PR | 0,00% | 100% | 100% (n=3) |
| PRTB | 0,00% | 100% | 100% (n=3) |
| PSL | 0,00% | 100% | 100% (n=3) |
| PHS | 0,00% | 100% | 100% (n=2) |
| PTN | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| PSDC | 0,00% | 100% | 100% (n=1) |
| TOTAL | 16,80% | 83,20% | 100% (n=173) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Analisando a média geral de votos dos candidatos e candidatas em nível municipal na tabela 3.3.4 é possível perceber que quatro dos cinco maiores partidos concentram as maiores médias dos votos: PSDB, PFL/DEM, PT e PMDB. O PV é o único desses partidos que não é um dos cinco maiores do país.

Tabela 3.3.4: Média geral de votação por sexo em nível municipal

| Partido | média votos válidos geral candidatos | média de votos válidos geral candidatas | média geral de votos válidos por partido |
|----------------|---|--|---|
| PFL/DEM | 351 103,78 | 82 354,00 | 283 916,33 |
| PL/PR | 44 857,33 | - | 44 857,33 |
| PP/PPB/PPR | 171 880,40 | - | 171 880,40 |
| PPS/PCB | 49 833,25 | 266 978,00 | 93 262,20 |
| PMDB | 225 349,18 | 8 429,00 | 207 272,50 |
| PSDB | 375 985,27 | 23 813,00 | 346 637,58 |
| PTB | 142 644,60 | - | 142 644,60 |
| PDT | 49 044,50 | 183 136,00 | 75 862,80 |
| PT | 142 058,38 | 532 317,33 | 265 298,05 |
| PSB | 167 119,43 | - | 167 119,43 |
| PSC | 19 968,00 | - | 19 968,00 |
| PSL | 2 805,00 | - | 2 805,00 |
| PC do B | 83 172,75 | 153 869,67 | 113 471,43 |
| PV | 229 897,50 | 193 195,00 | 222 557,00 |
| PMN | 50 325,50 | 15 528,00 | 43 366,00 |
| PSDC | 9 813,00 | - | 9 813,00 |
| PT do B | 4 714,50 | - | 4 714,50 |
| PRTB | 4 627,33 | - | 4 627,33 |
| PHS | 1 680,00 | - | 1 680,00 |
| PTN | 6 273,00 | - | 6 273,00 |
| PCB | 5 491,83 | - | 5 491,83 |
| PSTU | 2 450,60 | 5 486,00 | 3 968,30 |
| PCO | 2 159,20 | 1 485,33 | 1 906,50 |
| PSol | 38 166,31 | 43 806,50 | 38 569,18 |
| TOTAL | 121 779,83 | 168 326,89 | 129 357,26 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A média de votos das mulheres candidatas no nível municipal é de 168 326,89 votos, acima da média geral e também acima da média dos candidatos. Contudo, essa média não é bem distribuída entre as candidaturas de mulheres, sendo que as candidatas dos maiores partidos são as responsáveis pela elevação dessa média, como seria de se esperar pelas estruturas de divulgação fortes e articuladas desses partidos de alcance nacional. É possível destacar que as maiores médias de votação de candidatas não estão entre os partidos que tem as maiores médias de votação, mas sim entre os partidos de esquerda: o PT tem a maior média de votação em candidatas, devido, sobretudo, à candidatura de Marta Suplicy para a prefeitura de São Paulo, mas também levando em consideração que é um dos partidos com o maior número de candidatas, sobretudo entre os cinco maiores partidos do país. O PV, o PPS e o PCdoB têm média de mais de 100 mil votos em candidatas mulheres, o que pode ser considerado significativo tomando a média geral dos partidos (com exceção do PV). O caso do PV, nesse sentido, pode ser

destacado: mesmo sendo a candidata eleita pelo PV na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, sua média de votos ainda não superou a votação geral do partido.

A média de votação dos candidatos e candidatas para os governos estaduais mais uma vez reforça a centralidade dos cinco maiores partidos do país também em nível estadual, segundo a tabela 3.3.5. Ao contrário do nível municipal, a média de votação das mulheres candidatas é menor do que a média geral das candidaturas e a média dos candidatos, indicando que as candidaturas de mulheres em nível estadual têm menos apoio do que em nível municipal. Apenas em grandes partidos e alguns partidos medianos as candidatas superaram a média geral das candidaturas de mulheres: PPS, PFL, PSDB, PSB e PT.

Tabela 3.3.5: Média geral de votação por sexo em nível estadual

| Partido | média votos válidos geral candidatos | média de votos válidos geral candidatas | média geral de votos válidos por partido |
|----------------|---|--|---|
| PFL/DEM | 959 728,71 | 1 282 053,00 | 1 000 019,25 |
| PL/PR | 15 274,00 | - | 15 274,00 |
| PP/PPB/PPR | 933 846,00 | - | 933 846,00 |
| PPS/PCB | 464 382,25 | 1 965 003,00 | 764 506,40 |
| PMDB | 1 471 687,56 | - | 1 471 687,56 |
| PSDB | 1 306 284,14 | 1 176 797,00 | 1 290 098,25 |
| PTB | 400 687,00 | - | 400 687,00 |
| PDT | 403 583,82 | - | 403 583,82 |
| PT | 1 428 446,54 | 380 448,00 | 1 137 335,83 |
| PSB | 521 480,22 | 764 016,00 | 545 733,80 |
| PSC | 72 702,33 | - | 72 702,33 |
| PSL | 4 146,50 | 9 479,00 | 4 908,29 |
| PC do B | 9 206,00 | - | 9 206,00 |
| PV | 81 306,33 | - | 81 306,33 |
| PRP | 2 203,50 | 7 215,00 | 3 874,00 |
| PMN | 1 985,00 | - | 1 985,00 |
| PSDC | 3 537,36 | 3 601,50 | 3 542,71 |
| PT do B | 13 154,00 | - | 13 154,00 |
| PRTB | 14 062,00 | 9 993,00 | 12 027,50 |
| PHS | 2 088,00 | - | 2 088,00 |
| PTN | 3 974,00 | - | 3 974,00 |
| PAN | 2 069,50 | - | 2 069,50 |
| PRONA | 12 589,00 | - | 12 589,00 |
| PCB | 2 243,33 | - | 2 243,33 |
| PSTU | 8 550,00 | 34 431,50 | 21 490,75 |
| PCO | 1 644,88 | 4 242,50 | 2 758,14 |
| PSol | 109 021,69 | 4 837,50 | 101 579,96 |
| TOTAL | 496 389,46 | 336 191,56 | 475 956,05 |

Fonte: Pesquisa "Carreira política e gênero no Brasil", 2010.

Entre os cinco partidos com o maior número de candidatas para o governo estadual, PT, PCO, PSTU, PSDB e PSDC, as médias de votação das candidatas são maiores que a média de votos geral, com exceção do PT e do PSDB. No caso, o PT foi um dos partidos que apresentaram o maior número de candidaturas de mulheres, o que explicaria a pulverização desses votos entre as candidaturas. O PSDB apresentou apenas 2 candidaturas em nível estadual, dentre elas, uma candidatura vitoriosa, com Yeda Crusius eleita no Rio Grande do Sul, o que não garantiu uma média de votos maior que a dos candidatos nesse partido. Já entre PCO e PSTU, onde as médias de votação são maiores que a média geral dos partidos, o número de candidaturas de mulheres era mais significativo, permitindo afirmar que as votações de mulheres nos pequenos partidos de esquerda são expressivas no nível estadual.

É interessante notar a diferença na média de votos entre homens e mulheres por partidos em diferentes níveis. Enquanto o PT foi o partido com a maior média de votação entre as candidatas no nível municipal, em nível estadual foi aquele com uma das menores médias entre os grandes partidos, o que pode indicar um viés de gênero no apoio às campanhas em nível estadual diferenciado daquele em nível municipal, o que também pode ser atribuído ao fato de que os esforços do partido, nas eleições federais, estarem concentrados na campanha presidencial. Contudo, o oposto acontece com o PSDB. Mesmo considerando o fator campanha presidencial, enquanto no nível municipal o partido teve baixa média na votação das candidatas, em nível estadual está entre as cinco maiores médias de votação de candidatas.

Uma análise mais apurada das relações familiares e em relação aos cargos públicos já ocupados também se faz necessária para compreender como os desdobramentos decorrentes dessas relações podem afetar as possibilidades de desenvolvimento da carreira política das mulheres no Brasil para cargos no poder executivo subnacional.

3.4 Relações Familiares

O capital familiar tem um lugar muito importante na construção do capital político no Brasil. Podemos fazer essa afirmação no contexto dessa pesquisa em referência aos dados já apresentados no segundo capítulo – que mostram que existem várias conexões familiares na trajetória dos candidatos e candidatas eleitos em ambos os pleitos de 2006 e 2008 (tabela 2.6). A entrada na vida política a partir do contato com

familiares que já teriam capital constituído nesse campo caracteriza um tipo de forma de acesso às práticas e dinâmicas do campo político que é historicamente forte no Brasil, principalmente quando consideradas as divisões políticas regionais do país, como já foi possível perceber pela distribuição dos partidos e candidaturas nas seções anteriores desse capítulo. Dentre as 173 candidaturas para o poder executivo municipal, 14 candidatas e 23 candidatos possuem relações familiares com no mínimo uma pessoa que ocupa ou ocupou cargos políticos; entre as 201 candidaturas para o poder executivo estadual, 5 candidatas e 24 candidatos possuem relações com pelo menos uma pessoa que ocupa ou ocupou cargos políticos.

No que se refere à análise do padrão das relações familiares entre as candidaturas, três categorias se destacam como possibilidades de classificação das ligações familiares dos candidatos e candidatas, todas estabelecidas a partir do grau de parentesco. A primeira se refere aos laços de ascendência: pai, mãe, avô e avó; a segunda, aos laços de descendência, abarcando filhos e filhas e netos e netas; a terceira, a laços familiares indiretos, de irmãos e irmãs, cônjuge e sogro ou sogra. Percebeu-se que, entre as candidaturas para ambos os níveis e para ambos os sexos, três diferentes tipos de relação familiar se destacam, em duas categorias: pai e avô/avó, na categoria descendentes; e cônjuge, na categoria laços familiares indiretos. A tabela 3.4.1 mostra o número de candidatos e candidatas cujos pais, avôs ou avós e cônjuges já ocuparam cargos eletivos ou de confiança na administração pública.

Tabela 3.4.1: Distribuição das candidaturas por sexo em nível federativo das relações familiares

| Tipo de parentesco | estadual | | | municipal | | |
|-----------------------------------|------------|------------|-------|------------|------------|-------|
| | candidatas | candidatos | TOTAL | candidatas | candidatos | TOTAL |
| pai já ocupou cargos públicos | 4 | 24 | 28 | 7 | 23 | 30 |
| cônjuge já ocupou cargos públicos | 5 | 19 | 24 | 14 | 9 | 23 |
| avô/avó já ocupou cargos públicos | 0 | 15 | 15 | 4 | 4 | 8 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

É possível perceber que para as mulheres candidatas o tipo de relação familiar mais comum é a conjugal, em ambos os níveis, enquanto para os homens a relação familiar mais importante é a paterna. É interessante notar que, no nível municipal, existe uma relação mais forte entre a entrada na vida política e a relação conjugal para as mulheres, com mais da metade das candidatas com vínculos políticos familiares sendo esposas de políticos. Conquanto que, proporcionalmente, o número de mulheres que tem pais na vida política seja alto, variando entre um terço e quase a metade das entradas referentes às ligações familiares nos níveis estadual e municipal,

respectivamente, o número absoluto mais representativo ainda é o masculino, por representar quase a totalidade do grupo analisado.

O número de candidatos e candidatas cujos avôs e avós ocuparam cargos públicos eletivos ou de confiança também é uma indicação interessante do quanto esses laços familiares podem se estender – e se fortalecer – no tempo, sobretudo no caso masculino, no nível estadual. O número de mulheres cujos cônjuges ou ex-cônjuges ou pais já ocuparam cargos políticos é significativo por que reforça a idéia de que para as mulheres as ligações conjugais e familiares continuam sendo um caminho de entrada válido na vida pública, mesmo que ainda no nível das candidaturas. Da mesma forma, o número de candidatos que contam com contatos familiares também demonstra que esse canal de entrada continua tendo importância para o acesso às possibilidades de competição política no Brasil.

Uma análise mais detida dos dados referentes às relações familiares permite a comparação entre as características gerais das candidaturas e daqueles que foram eleitos e eleitas. A tabela 3.4.2 mostra a distribuição dos três tipos de relações familiares citadas na tabela 3.4.1 apenas entre os candidatos e candidatas eleitos.

Tabela 3.4.2: Distribuição dos eleitos e eleitas por sexo em nível federativo das relações familiares

| Tipo de parentesco | estadual | | | Municipal | | |
|-----------------------------------|----------|---------|-------|-----------|---------|-------|
| | eleitas | eleitos | TOTAL | eleitas | eleitos | TOTAL |
| pai já ocupou cargo público | 0 | 15 | 15 | 2 | 8 | 10 |
| cônjuge já ocupou cargo público | 3 | 6 | 9 | 0 | 3 | 3 |
| avô/avó já ocupou cargos públicos | 0 | 9 | 9 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

É possível notar tendências diferenciadas para os eleitos e eleitas em nível estadual e municipal. Enquanto as relações familiares das candidatas eleitas aos governos estaduais se concentram nas relações conjugais, em nível municipal essas relações estão centradas na participação do pai na política. Contudo, é preciso explicitar que cada uma das categorias onde se concentram as relações familiares das mulheres representa apenas uma candidata, no caso, Wilma de Farias, eleita governadora do estado do Rio Grande do Norte, e Micarla de Sousa, eleita prefeita da cidade de Natal. No caso de Wilma de Farias, seu ex-marido, Lavoisier Maia, ocupou diversos cargos na administração pública, da mesma forma que o pai de Micarla de Sousa, Carlos Alberto de Sousa.

Há variações entre as relações familiares dos candidatos e candidatas e o padrão dessas relações entre os eleitos e eleitas. Contudo, essa variação está

concentrada, sobretudo, entre as mulheres, como é o caso observado na ligação paterna e de cônjuges entre candidatas em nível municipal. Entre os candidatos, uma queda tão acentuada pode ser notada em relação aos cônjuges, no caso dos eleitos para cargos estaduais, e para os pais, no caso dos governos municipais. Essas variações podem significar que mesmo que as relações familiares pesem no momento das candidaturas, garantindo, em certa medida, possibilidades de ingresso na disputa política, elas não são a garantia de vitória na disputa eleitoral, nem para homens, nem para mulheres. De toda forma, é considerável o número de candidatos eleitos cujos pais ocuparam cargos públicos, em nível estadual e municipal, e cujos avôs ocuparam cargos, caso dos eleitos em nível estadual. Essa tendência pode indicar que os cargos de nível estadual requerem mais experiência e envolvimento na vida política, o que poderia ser demonstrado pelo tipo de relação familiar que prevalece nessa categoria, hipótese que já foi levantada ao longo desse trabalho.

A distribuição das relações familiares por posição ideológica, novamente ressaltando apenas as categorias pai, cônjuge e avô, na tabela 3.4.3, apresenta uma disposição centrada nos partidos de centro e de esquerda. Observa-se que a distribuição das relações familiares entre os partidos de direita é relativamente equilibrada; por sua vez, entre os partidos de centro, está concentrada nos pais, e entre os partidos de esquerda, entre os cônjuges. As respectivas tendências, relacionadas às hipóteses já levantadas na seção anterior, principalmente àquela sobre a perspectiva de continuidade política dos partidos de centro, refletem a dinâmica de funcionamento do campo político. Seguindo a hipótese referente aos partidos de centro, seria possível argumentar que o grande número de candidatos e candidatas com ligações conjugais nos partidos de esquerda configura um tipo diferente de continuidade política nesse meio, que não está baseada numa linhagem familiar já estabelecida na política, como seria o caso dos partidos de centro.

Tabela 3.4.3: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo posição ideológica

| Tipo de parentesco | esquerda | direita | centro | TOTAL |
|-----------------------------------|-----------------|----------------|---------------|--------------|
| pai que já ocupou cargo público | 15 | 11 | 32 | 58 |
| cônjuge ocupou cargos políticos | 27 | 12 | 8 | 47 |
| avô/avó já ocupou cargos públicos | 8 | 7 | 8 | 23 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A tabela 3.4.4 segue a mesma linha da distribuição das relações familiares por agrupamentos, dessa vez, considerando as divisões geográficas por região das candidaturas analisadas. Da mesma forma que na seção referente aos partidos, a análise

das relações familiares segundo sua distribuição por regiões permite observar uma das formas como as estruturas políticas de longo termo no país, representadas por essas relações familiares, se organizam.

Tabela 3.4.4: Distribuição das candidaturas por parentesco por região

| Tipo de parentesco | sul | sudeste | centro-oeste | nordeste | norte | TOTAL |
|-----------------------------------|------------|----------------|---------------------|-----------------|--------------|-----------------|
| pai já ocupou cargos públicos | 19,0% | 5,2% | 8,6% | 46,6% | 20,7% | 100% (n= 58) |
| cônjuge já ocupou cargos públicos | 29,8% | 6,4% | 14,9% | 31,9% | 17,0% | 100% (n= 47) |
| avô/avó já ocupou cargos públicos | 4,3% | 21,7% | 17,4% | 52,2% | 4,3% | 100% (n= 23) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Mesmo considerando que as candidaturas se concentram, em grande medida, na região nordeste, é possível perceber que, em algumas categorias das relações familiares, certas regiões se destacam. A categoria cônjuge é aquela onde a distribuição é mais equilibrada entre quatro das cinco regiões analisadas. Enquanto a região sudeste é aquela onde as relações conjugais são as menos importantes, existe um equilíbrio relativo entre as regiões centro-oeste e norte (cuja discrepância corresponde à pequena diferença entre a distribuição das candidaturas entre as duas regiões), duas regiões se destacam como aquelas onde esse tipo de relação familiar é a mais comum: a região nordeste e região sul. Contudo, enquanto no padrão geral da distribuição das relações familiares na região nordeste os laços familiares relativos ao casamento são aqueles menos importantes, para região sul esses são os laços mais significativos.

Se considerada a proporção entre o número de candidaturas na região sul e nordeste (tabela 3.2.4) é possível afirmar que esse tipo de relação é, de fato, central na região sul. Seguindo o mesmo princípio, a categoria avô é aquela de maior destaque para a região sudeste, mas, ao contrário da região sul, esse destaque não é tão significativo comparativamente à região nordeste, que concentra as entradas nessa categoria. Essa tendência reforçaria a idéia de que a região nordeste concentra as lideranças políticas tradicionais no país, assim com a região sudeste, e ainda o centro-oeste, mesmo que em menor escala. Em relação à categoria pai, também existe um relativo equilíbrio, dessa vez entre as regiões norte e sul. Contudo, proporcionalmente, é possível observar que, para a região sul, o número de entradas também pode ser considerado mais expressivo que para a região norte. Essa análise demonstra que, na região sul, a prevalência das relações familiares na vida política é forte, tanto a partir de

laços não-consangüíneos, como é o caso da relação conjugal, quanto em relação à ascendência.

Tabela 3.4.5: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo capital midiático

| Tipo de parentesco | emissora de TV | emissora de rádio | jornal | TOTAL |
|--|----------------|-------------------|--------|-------|
| pai Já ocupou cargo público ao menos uma vez | 4 | 6 | 0 | 10 |
| avô/avó Já ocupou cargo público ao menos uma vez | 4 | 4 | 9 | 17 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Concentrando o foco na categoria pai, temos, na tabela 3.4.5, a relação entre o parentesco e a propriedade de capital midiático. A tabela mostra que, dentre os 58 candidatos e candidatas cujos pais já haviam ocupado cargos públicos, 10 deles possuíam algum tipo de veículo de mídia. Mesmo considerando o número representativo, já que se trata de quase 17% do total de candidaturas, é ainda mais expressivo a proporção de avôs donos de empresas de mídia. São 17 entre os 47 candidatos e candidatas cujos avôs já ocuparam cargos públicos que possuem veículos de comunicação, o equivalente a 36% das candidaturas. Esses dados mostram que existe uma ligação entre o capital midiático e as relações familiares – mesmo considerando que a posse de veículo de comunicação, aqui, se refere ao candidato ou candidata, a relação com as estruturas familiares deixa aberta a hipótese de que a continuidade ou expansão na propriedade desse tipo de empresa também está ligada a continuidade no âmbito político. A mesma análise pode ser feita em relação ao capital econômico, como na tabela 3.4.6.

Tabela 2.4.6: Distribuição das candidaturas por parentesco segundo capital econômico

| Tipo de parentesco | sim | não | TOTAL |
|--------------------------------|-------|-------|-----------------|
| pai é dono de empresa | 27,6% | 72,4% | 100% (n= 58) |
| cônjuge é dono de empresa | 19,1% | 80,9% | 100% (n= 47) |
| avô/avó já foi dono de empresa | 56,5% | 43,5% | 100% (n= 23) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Seguindo a mesma direção da tabela 3.4.5, novamente, a categoria avô tem destaque, com mais da metade dos candidatos e candidatas cujos avôs já ocuparam cargos públicos possuindo empresas. O número se torna ainda mais expressivo se comparado àquelas outras duas categorias, pai e cônjuge. De toda forma, também é importante frisar que os números relativos a essas duas categorias também são significativos, e reforçam a hipótese levantada a partir da tabela anterior sobre capital

mediático de que existe uma relação entre capital familiar e capital midiático no desenvolvimento das candidaturas para os governos subnacionais.

3.5 Cargos Públicos Ocupados

Uma das variáveis que tem ganho importância desde a redemocratização política na construção das carreiras políticas é a experiência, visibilidade e legitimidade adquirida a partir da ocupação anterior de cargos políticos na administração pública, respondendo a uma demanda de institucionalização das práticas políticas. Essa mudança pode ser percebida como uma modificação no padrão geral das bases de legitimação mais comuns para a entrada na vida política brasileira, como o capital familiar (ARAÚJO, 2010:58), sugerindo que a experiência no campo político começa a ser tida como uma exigência para cargos muito visados, como são aqueles para o poder executivo. Contudo, também é possível perceber, na análise dos dados, que uma trajetória política baseada na ocupação de cargos – geralmente numa escalada crescente de importância no campo político -, não deixa de estar ligada ao capital familiar, já que muitos dos candidatos e candidatas com longas carreiras políticas e histórico de ocupação de diversos cargos estão também ligados às grandes famílias da política brasileira, indicando que a dinâmica da legitimação vem mudando, mas ainda não caracteriza caminhos totalmente separados.

A vida política enquanto profissão mostrou-se uma parte importante da trajetória política de muitos candidatos e candidatas. Essa categoria surgiu com a análise da trajetória profissional dos candidatos e candidatas, onde se constatou que, para alguns, a ocupação de cargos públicos é mais do que uma forma de acumulação de capital institucional, mas também pode ser vista como uma forma de ocupação profissional, já que a ocupação de um cargo durante o período de um mandato, em diferentes instâncias, introduz seus ocupantes às práticas, regramentos e funcionamento do campo, fazendo com que esses candidatos e candidatas se tornem, a cada cargo ocupado, mais treinados nessas práticas e mais aptos a lidar com os desafios que o campo apresenta. Nesse sentido, é possível afirmar que a política se tornou, de fato, uma profissão para muitos desses candidatos e candidatas que por estarem há tanto tempo ocupando cargos públicos já não exercem suas profissões declaradas ou se distanciam de suas bases sociais originárias. Assim, se tornam opções interessantes para ocupar cargos de confiança, suplência, ou de articulação em partidos e outras organizações

políticas, devido à experiência adquirida em lidar com as formalidades e técnicas da política em seus aspectos burocráticos e também por seu conhecimento dos sistemas de legitimação referentes ao campo.

Tabela 3.5.1: Distribuição das candidaturas por sexo segundo ocupação de cargos políticos

| Ocupação de cargos políticos | candidatas | candidatos | TOTAL |
|--|----------------|-----------------|-----------------|
| ocupava cargos políticos durante as eleições | 41,8% | 40,3% | 40,5% |
| não ocupava cargos políticos durante as eleições | 58,2% | 59,7% | 59,5% |
| TOTAL | 100% (n=55) | 100% (n=319) | 100% (n=374) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

A tabela 3.5.1 mostra que a proporção de mulheres que ocupavam cargos políticos no momento das eleições era pouco maior do que a proporção geral dos homens. De toda forma, ambas estão perto da média geral das candidaturas, de 40,5%, ou seja, quase metade dos candidatos e candidatas ocupavam cargos públicos no momento de ambas as eleições, 2006 e 2008. Esse dado é significativo, por indicar que as possibilidades de renovação dos quadros políticos se reduzem, e que existe uma nova barreira ao acesso à possibilidade de disputa que é a ocupação prévia de cargos políticos, no caso das disputas para o poder executivo. Esse elemento deve ser destacado porque é um indicativo forte de que as possibilidades de renovação das identidades políticas passíveis de serem representadas – e com elas, as diferentes perspectivas e articulações possíveis de serem levadas ao campo político – estão limitadas no âmbito do poder executivo.

Em relação aos eleitos e eleitas, a tabela 3.5.2 mostra que tanto para eleitos quanto para eleitas era alta a proporção de ocupação de cargos no momento das eleições, sendo que mais de $\frac{3}{4}$ dos eleitos e eleitas ocupavam cargos políticos. Esse fato reforça, mais uma vez, a importância desse aspecto na vida política no poder executivo.

Tabela 3.5.2: Distribuição dos eleitos e eleitas por sexo segundo ocupação de cargos políticos

| Ocupação de cargos políticos | eleitas | eleitos | TOTAL |
|------------------------------------|---------------|----------------|----------------|
| ocupava cargos durante as eleições | 83,3% | 85,1% | 84,9% |
| nenhum deles | 16,7% | 14,9% | 15,1% |
| TOTAL | 100% (n=5) | 100% (n=48) | 100% (n=53) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Contudo, a formação desse capital delegado (ou institucional) vai além dos cargos ocupados no momento das eleições. Analisando os cargos já ocupados antes das eleições, podemos perceber com mais clareza o papel dos cargos políticos na trajetória

das carreiras estudadas, sobretudo na das candidatas. A tabela 3.5.3 mostra a distribuição das candidaturas por cargos já ocupados.

Tabela 3.5.3: Cargos políticos já ocupados segundo sexo das candidaturas

| Cargos políticos já ocupados | candidatos | candidatas | TOTAL |
|---|-------------------|-------------------|-----------------|
| foi governador(a) ao menos uma vez | 5,6% (n=2) | 94,4% (n=34) | 100% (n=36) |
| foi prefeito(a) ao menos uma vez | 6,3% (n=4) | 93,8% (n=60) | 100% (n=64) |
| foi senador(a) ao menos uma vez | 11,1% (n=5) | 88,9% (n=40) | 100% (n=45) |
| foi deputado(a) federal ao menos uma vez | 17,6% (n=18) | 82,4% (n=85) | 100% (n=103) |
| foi deputado(a) estadual ao menos uma vez | 11,7% (n=12) | 88,3% (n=91) | 100% (n=103) |
| foi vereador(a) ao menos uma vez | 13,2% (n=10) | 86,8% (n=66) | 100% (n=76) |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

O maior número de candidaturas se concentra nos cargos legislativos, sobretudo em nível estadual e federal, respeitando o fato de que o número de cargos disponíveis no poder legislativo é muito superior ao número de cargos disponíveis no poder executivo. Estabelecendo duas linhas de análise, uma para o legislativo e outra para o executivo, temos que os cargos de legislaturas estaduais e federais são importantes na trajetória daqueles que se candidatam a cargos no poder executivo; no caso específico das mulheres, esses cargos são os mais comuns entre as candidatas. Partindo para os cargos executivos, não é possível estabelecer um comparativo direto entre o poder executivo estadual e o poder executivo municipal, considerando a grande disparidade entre o número de candidatos e candidatas que podem ser eleitos governadores em cada eleição e o número daqueles que podem ser eleitos e eleitas para a prefeitura dos mais de 5 mil municípios brasileiros. De toda forma, é possível notar que a participação das mulheres nesses cargos do poder executivo é bem menor do que a dos homens, principalmente no poder executivo estadual.

Estabelecendo a análise apenas das candidaturas dos eleitos e eleitas, e da vinculação a cargos políticos no momento das eleições podemos observar que esse é um fator que impulsiona candidaturas em ambos os níveis e para eleitos e eleitas. Na tabela 3.5.4 temos os cargos ocupados no momento das eleições pelos candidatos e candidatas eleitos em nível municipal, por sexo.

Tabela 3.5.4: cargos políticos ocupados por eleitos e eleitas em nível municipal (2008)

| Ocupação de cargos políticos | eleitas | Eleitos | TOTAL |
|--------------------------------|---------|---------|-------|
| prefeito | 1 | 15 | 16 |
| vice-prefeito | 0 | 2 | 2 |
| deputado federal | 1 | 0 | 1 |
| deputado estadual ou distrital | 1 | 2 | 3 |
| nenhum deles | 0 | 4 | 4 |
| TOTAL | 3 | 23 | 26 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Primeiramente, nota-se que dentre os 26 eleitos e eleitas, apenas 4 não ocupavam nenhum cargo no momento das eleições – ou seja, o elemento cargo político é um fator de peso inegável nas possibilidades de eleição em nível municipal das capitais. A partir disso, é importante ressaltar que em grande medida se tratam de campanhas de reeleição, o que reforça o argumento do alto índice de reeleição para o poder executivo no país, o que também pode ser comprovado na tabela 3.5.5, que analisa a distribuição dos cargos ocupados pelos eleitos e eleitas em nível estadual.

Depois da reeleição, os cargos mais comuns de onde advêm essas lideranças políticas são a vice-prefeitura, o que pode ser considerado como um acesso privilegiado às estruturas do poder executivo naquele nível, e deputado estadual ou distrital. É interessante notar que a tendência geral em nível municipal é que a disputa tende a se concentrar nas próprias estruturas municipais e, em alguns casos, estadual, sendo a esfera federal menos visada.

Tabela 3.5.5: cargos políticos ocupados por eleitos e eleitas em nível estadual (2006)

| Ocupação de cargos políticos | eleitas | eleitos | TOTAL |
|------------------------------|---------|---------|-------|
| governador | 1 | 14 | 15 |
| vice-governador | 0 | 1 | 1 |
| prefeito | 0 | 2 | 2 |
| senador | 1 | 2 | 3 |
| deputado federal | 0 | 2 | 2 |
| nenhum deles | 1 | 3 | 4 |
| TOTAL | 3 | 24 | 27 |

Fonte: Pesquisa “Carreira política e gênero no Brasil”, 2010.

Na tabela 3.5.5 vemos que se mantém a tendência da reeleição, como dito, mas que mais candidatos e candidatas advindos de outros centros de poder se destacam na disputa. Nesse sentido, se destacam, sobretudo, os cargos federais, levantando a possibilidade de se afirmar que a tendência é de que não é comum “descer” a cargos em níveis federativos mais baixos a partir do momento em que se entra no campo. É possível indicar que essa possibilidade existe pela centralidade dos cargos executivos

estaduais na política nacional, o que valeria o risco a uma reeleição a cargos legislativos em nível federal.

Retomando a relação entre capital delegado e capital familiar, analisamos, na tabela 3.5.6 as ligações familiares em termos de permanência na política, ou seja, de número de candidatos e candidatas que ocupavam cargos no momento das eleições cujos parentes já ocuparam cargos políticos. Essas relações podem ser observadas, sobretudo, na ocupação de cargos de alta competitividade, como assembleias estaduais, câmara federal, senado, governos estaduais por parte de candidatos e candidatas cujos parentes já ocuparam cargos públicos. Essa leitura permite questionar a entrada ou a permanência em posições de relativo prestígio no campo político devido ao trânsito facilitado no meio político pelas relações familiares já existentes. Assim, além de permitir uma entrada facilitada a essas posições de poder, as relações familiares ainda abririam espaço para a permanência da linhagem política no campo.

Para analisar essa questão se estabeleceu a relação entre os cargos ocupados pelos candidatos e candidatas e os cargos ocupados pelos pais, cônjuges e avôs, as três categorias de destaque no âmbito das relações familiares.

Tabela 3.5.6: Cargos ocupados por candidatura segundo cargos ocupados pelos familiares por nível federativo

| Cargos já ocupados | cargos ocupados pelo pai | | | |
|---|------------------------------|----------------|-----------------|-------|
| | cargo federal | cargo estadual | cargo municipal | TOTAL |
| já foi governador ao menos uma vez | 8 | 5 | 5 | 18 |
| já foi prefeito ao menos uma vez | 11 | 8 | 11 | 30 |
| já foi senador ao menos uma vez | 10 | 6 | 6 | 22 |
| já foi deputado federal pelo menos uma vez | 11 | 5 | 9 | 25 |
| Já foi deputado estadual pelo menos uma vez | 13 | 7 | 16 | 36 |
| Já foi vereador ao menos uma vez | 3 | 2 | 7 | 12 |
| Cargos já ocupados | Cargos ocupados pelo Cônjuge | | | |
| | cargo federal | cargo estadual | cargo municipal | TOTAL |
| já foi governador ao menos uma vez | 9 | 7 | 7 | 23 |
| já foi prefeito ao menos uma vez | 10 | 7 | 7 | 24 |
| já foi senador ao menos uma vez | 8 | 4 | 7 | 19 |
| já foi deputado federal ao menos uma vez | 7 | 4 | 9 | 20 |
| já foi deputado estadual ao menos uma vez | 4 | 5 | 4 | 13 |
| já foi vereador ao menos uma vez | 4 | 5 | 4 | 13 |
| Cargos já ocupados | Cargos ocupados pelo avô | | | |
| | cargo federal | cargo estadual | cargo municipal | TOTAL |
| já foi governador ao menos uma vez | 3 | 1 | 2 | 6 |
| já foi prefeito ao menos uma vez | 0 | 0 | 1 | 1 |
| já foi senador ao menos uma vez | 2 | 0 | 4 | 6 |
| já foi deputado federal ao menos uma vez | 6 | 6 | 5 | 17 |
| já foi deputado estadual pelo menos uma vez | 3 | 3 | 4 | 10 |
| já foi vereador ao menos uma vez | 2 | 2 | 4 | 8 |

Em cada uma das categorias de relação familiar um tipo de cargo se destaca como sendo aquele mais citado entre as candidaturas. Em relação aos cargos ocupados pelo pai, o cargo mais comum para candidatos e candidatas é o de deputado/deputada estadual. Na categoria, a maioria dos cargos ocupados pelo pai se concentra em nível municipal, o que refletiria uma perspectiva de evolução familiar dentro da escala política, onde as bases políticas locais do pai, por exemplo, poderiam servir de base política para níveis mais altos, como o estadual. O grande número de cargos ocupados em nível federal reforçaria a hipótese de que as ligações familiares, principalmente quando centradas em cargos de alto nível, como os federais, abrem espaços para a entrada na vida política – considerando que o cargo de deputado estadual já é um cargo competitivo no âmbito do campo político.

Na categoria cônjuge o cargo mais freqüente é o de prefeito ou prefeita, concentrando o cargo dos referidos cônjuges em nível federal, mas com distribuições equivalentes nos demais cargos estaduais e municipais, o que representa que os cargos do governo executivo municipal são mais comuns. A categoria avô apresenta o menor número de entradas, que estão concentradas, por sua vez, nos cargos da câmara federal. É importante notar que esse cargo se destaca em todas as categorias das relações familiares, o que denota esse espaço como um viveiro político central na dinâmica política subnacional. No caso específico dessa categoria, a distribuição dos cargos ocupados pelos avôs é equilibrada, mostrando que, em todos os níveis, essa relação de parentesco pode ser importante para carreira política de candidatos e candidatas.

3.6 Considerações finais

Conquanto não se possa afirmar que as relações e questões levantadas a partir do mapeamento aqui apresentado sejam definitivas para as trajetórias políticas de homens e mulheres para os governos subnacionais brasileiros, ele oferece um amplo espectro de indicadores da dinâmica de desenvolvimento dessas carreiras. Esse mapeamento se tornou ainda mais valioso por permitir a contraposição entre dados referentes à carreira política de homens e mulheres, a partir do qual foi possível estabelecer alguns questionamentos sobre os espaços possíveis de ascensão política das mulheres no âmbito do poder executivo nos estados e capitais de estado, assim como os

gargalos a sua ascensão nesse campo, o que impede a expressão da pluralidade dos interesses e identidades políticas referentes a esse grupo nesse campo.

A relação estabelecida entre as três categorias de trabalho - partidos políticos, relações familiares e cargos políticos ocupados -, para além do mapeamento geral das candidaturas, mostrou que não é possível considerar apenas os aspectos da disputa pela validação dos “profanos”, externa ao campo. É necessário considerar os elementos que estruturam o campo, e que estão além das regras formais que o organizam, e reconhecer o peso dos distintos momentos da disputa pelo direito de representar – da seleção das candidaturas pelos partidos até as relações que podem facilitar a visibilidade e acesso aos recursos do campo político, mesmo que estabelecidas em outros campos (midiático, econômico, cultural). Nesse sentido, a complexidade dos esquemas e arranjos que culminam nesses constrangimentos institucionais e sociais deve ser considerada como base para a ampliação dessa pesquisa a partir dos elementos iniciais estabelecidos com esse mapeamento, que buscaram captar apenas algumas áreas interseccionais nessa discussão.

CONCLUSÃO

Creio que a validade de um estudo como o que foi desenvolvido nessa dissertação – a análise das trajetórias políticas de homens e mulheres para cargos no poder executivo estadual e municipal (nas capitais brasileiras) está no esforço de entender como uma das principais instituições políticas das democracias contemporâneas, a representação política formal, tem, na variável gênero, um elemento de limitação das possibilidades da expressão e consolidação autônoma dos sujeitos politicamente. A pesquisa tomou o conceito de representação a partir de uma perspectiva constitutiva e buscou identificar, na análise dessas trajetórias, alguns dos elementos estruturais que poderiam representar limitações ao desenvolvimento pleno das potencialidades da representação das mulheres no campo político.

Esse questionamento permitiu destacar padrões na dinâmica da representação política formal que, segundo a argumentação teórica desse trabalho defendeu, são elementos que limitam a plena participação política das mulheres nessas arenas decisórias. A argumentação desenvolvida buscou mostrar que o problema da representação política das mulheres vai além do problema da subrepresentação política como fato numérico, mas que se constitui como um problema de limitação da possibilidade política de reconhecimento dos discursos e das demandas das mulheres enquanto sujeitos políticos.

Contudo, cabe lembrar que a base de dados analisada não permitiu que fossem feitas grandes afirmações sobre os padrões encontrados nas trajetórias analisadas. Nesse sentido, todos os resultados apresentados nesse trabalho têm um caráter de indicação de possíveis caminhos para investigações mais extensas e aprofundadas sobre os temas destacados (assim como temas correlatos que surgiram deles). As principais indicações para continuidade são a ampliação do número de pleitos analisados (que permitiria a análise comparativa e cumulativa entre os pleitos) e a comparação com as bases referentes ao poder legislativo, que já estão disponíveis. Ainda é possível destacar a possibilidade de criação de um nível de análise intermediário entre candidaturas apresentadas e candidaturas que resultaram em eleição, que poderá ser desenvolvida a partir do critério de competitividade estabelecido.

A principal questão de pesquisa que deve ser respondida nesse trabalho é a seguinte: qual foi a importância da análise das origens desses candidatos e candidatas e da ligação entre suas trajetórias políticas e os constrangimentos estruturais à representação formal de grupos marginalizados para se compreenderem as possibilidades e limitações à ascensão política de alguns indivíduos e grupos e não de outros no campo político, sobretudo com base nas desigualdades de gênero?

A abordagem escolhida para o desenvolvimento do trabalho buscou mapear, a partir da identificação da origem desses homens e mulheres que transitam no campo político subnacional em suas bases fundamentais de formação pessoal, profissional e política, os diversos caminhos pelos quais essas pessoas firmam suas posições na vida política. Foi possível comprovar que os caminhos que levam a decisão do ingresso na vida pública não são tão diversos e que os perfis gerais desses homens e dessas mulheres também não são tão distintos quanto uma visão democrática e plural da representação política poderia sugerir (ou que se gostaria que fosse aceita). Isso confirmou uma das principais hipóteses levantadas no trabalho – a de que as diversas desigualdades simbólicas e materiais nos diferentes campos sociais afetam a construção dos diferentes espaços de poder, e, sobretudo, nesse caso, do poder executivo .

O trabalho permitiu que fossem destacados alguns espaços comuns na trajetória tanto de homens e quanto de mulheres que disputavam esses cargos. Destacar esses espaços partiu da necessidade de se entender a relação entre os elementos constitutivos da carreira política daqueles que ingressaram nas disputas por cargos de grande visibilidade como aqueles para o executivo e as condicionantes socioeconômicas e políticas que poderiam limitar as possibilidades desse ingresso. Ao mesmo tempo, a partir do enfoque de gênero, foi possível detalhar os principais elementos das carreiras políticas das mulheres enquanto grupo dentro das disputas políticas frente aos homens, e considerando, ainda, as análises de trajetórias dentro desse grupo, e as divergências nessa trajetória em relação a dos homens.

A pouca diversidade nas trajetórias daqueles que disputam tais cargos – tanto entre homens quanto entre mulheres – demonstra uma limitação ao potencial constitutivo da representação da forma como ele foi apresentado no primeiro capítulo desse trabalho. Na discussão sobre o potencial da representação política formal enquanto espaço para a articulação de identidades políticas e mobilização, destacou-se o

papel do representante como aquele ou aquela capaz de desenhar as estratégias de mobilização de identidades, a partir das idéias e das diferentes experiências possíveis a partir da multiplicidade de posições que se pode ocupar num determinado campo. Como defende Phillips (2001), a identidade do representante importa como elemento de reconhecimento, sobretudo no caso de grupos subalternizados, como as mulheres.

O exercício proposto nesse trabalho tentou chamar a atenção para a importância de se refletir sobre a relação entre as múltiplas possibilidades de articulação de identidades políticas a partir da representação política formal (Mouffe, 1992) e os limites constitutivos da representação formal enquanto instituição política, que podem ser analisados a partir dos perfis das candidaturas. Aprofundando a questão, é possível afirmar que a dinâmica de desenvolvimento das carreiras políticas no Brasil, para os governos subnacionais e para cargos executivos, não favorece um desenvolvimento pleno das possibilidades de constituição de identidades políticas diversificadas e plurais, sobretudo no que se refere a grupos tradicionalmente excluídos, como as mulheres. Assim, o potencial criativo que a representação política carregaria em si não é explorado em sua totalidade, cedendo às pressões do potencial opressivo que também é inerente a esse campo de disputas pelo “direito de falar e agir” em nome de outros sujeitos políticos. Esse potencial opressivo não é necessariamente machista, mas abrange uma série de mecanismos que incorporam padrões de gênero excludentes que desvalorizam a posição das mulheres – como, por exemplo, os papéis sociais que as carreiras profissionais estabelecem entre homens e mulheres.

Nesse sentido, a inclusão política vai além do voto como um processo de articulação, que, teoricamente, estaria livre de constrangimentos – ele deve considerar as estruturas responsáveis pela diferenciação e dinâmica do campo como parte dos desafios a serem enfrentados no momento da definição das estratégias de mobilização. Os mecanismos de seleção, como os partidos políticos, merecem especial atenção nesse processo. A demanda por inclusão deve refletir os desafios estruturais enfrentados pelas mulheres no processo de representação política, e o trabalho possibilitou mostrar que esses desafios permeiam a dinâmica do recrutamento daqueles que são legitimados a participar do processo de disputa pelos cargos políticos e também interferem na disputa pelos cargos de maneira direta. Foi possível observar essa dinâmica na contraposição entre o perfil dos candidatos e candidatas e também dos eleitos e das eleitas a partir do

padrões estabelecidos de seleção, que não consideram em sua dinâmica de formação os elementos constitutivos das carreiras das mulheres.

Um cenário onde o perfil dos representantes varia pouco indica que a representação política é limitada, considerando uma perspectiva agonística da democracia. Soma-se a esse problema o fato de que se não há renovação nos espaços de representação formal a especificidade dos interesses enquanto preferências socialmente constituídas e baseadas nas experiências contingentes a partir das assimetrias de poder referentes às diferentes posições sociais se perdem. O perfil das candidaturas estabelece padrões pré-determinados de bases sociais, de atuação e continuidade na vida política e de ligações familiares para o ingresso no campo político que não condizem com uma visão plural da representação.

Sem a possibilidade de re-articulação das identidades políticas que a representação política permitiria, não há possibilidade de constituição de espaços para novas mobilizações identitárias, e, conseqüentemente, para novas interpretações sobre as disputas políticas e a inserção de novos temas e perspectivas sobre os problemas políticos existentes. Em relação à representação das mulheres, esse quadro é especialmente preocupante: tendo em vista que a vida pública se estabelece sobre as bases do referencial masculino, a possibilidade de alteração dessa ordem se torna mais difícil sem que haja espaço para reinterpretar sobre a política como um espaço que também pode ser ocupado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, também é interessante ressaltar as candidaturas de mulheres - que representam, em si, a possibilidade de mobilizações que desafiam os padrões do campo. Mesmo considerando que, numa análise geral, esse padrão corresponda, em muitos aspectos, ao padrão geral, que é numericamente masculino, o gênero se torna um fator determinante na leitura dessa trajetória política a partir do momento em que se considera sua relação com o campo político enquanto restritivo à ascensão das mulheres.

A própria constituição histórica e teórica da representação política formal e da representação no poder executivo criou constrangimentos estruturais baseados no gênero que excluem as mulheres como agentes competentes para ocupar cargos nessa esfera do poder público. Apesar das limitações estarem ligadas à dinâmica do campo político eles incorporam também as diversas desigualdades estruturais, inclusive, dos discursos de competências que são criados para justificar os critérios de seletividade,

como vimos no capítulo dois. A pesquisa mostrou que, no caso dos cargos para o executivo subnacional no Brasil essas desigualdades dizem respeito, sobretudo, às relações de classe (que por sua vez também se refletem em desigualdades educacionais, e de profissão) e de gênero, que são reproduzidas e incorporadas aos discursos políticos a partir do processo de recrutamento daqueles e daquelas que são autorizados a representar grupos, classes ou interesses politicamente no âmbito do poder executivo. O discurso do poder executivo como o espaço do gerenciamento e da administração que é pública é reforçado pelo grande número de candidaturas e eleitos e eleitas formados na área de gestão e administração.

Essas desigualdades se constituem como constrangimentos, muitos deles baseados em desigualdades de gênero, que se inserem nos arranjos institucionais que teriam por definição a função de estabelecer padrões universais para o acesso ao campo político. O baixo número de mulheres com a formação em área de gerenciamento e administração representa a forma como limitantes de gênero externas ao campo político podem interferir no campo a partir dos discursos sobre as competências relativas ao poder executivo. Isso comprovou a hipótese de que os mecanismos de representação formal existentes são insuficientes para superar esses empecilhos materiais e simbólicos à representação política democrática sem que sejam questionados os elementos que o constituem, especialmente no caso do poder executivo.

A pesquisa, ao possibilitar uma análise concreta das raízes políticas e socioeconômicas de alguns dos homens e das mulheres que se lançam à vida pública no país, destacando ainda os diferentes campos onde surgem e se desenvolvem as carreiras políticas em nível subnacional, permitiu traçar um perfil sociopolítico desses e dessas concorrentes. A partir desse perfil, foi possível buscar as diferenciações nesse padrão, sobretudo de gênero. Sendo assim, o perfil médio das candidaturas para governos subnacionais no Brasil foi tomado como a base das competências relacionadas ao poder executivo e, também, como síntese dos elementos de reconhecimento das formas politicamente validadas de discursos nesses espaços de tomada de decisão. Dessa forma, as limitações nesses perfis foram tomadas como indicadores do que é politicamente reconhecido e do que é excluído no cenário político subnacional brasileiro, no caso do poder executivo.

Como dito, se não há renovação ou pluralidade nas trajetórias políticas enquanto parte dos processos de seleção desses grupos políticos não há possibilidade de se alimentarem novas demandas dentro do campo político – os padrões de representação baseados em estruturas sociais recorrentes reforçam as posições já estabelecidas e dificultam a renovação desses espaços de tomada de decisões. Nesse sentido, é possível concluir que as constantes encontradas na pesquisa entre os grupos que competem pelo acesso ao espaço de decisão política que é o poder executivo nos governos subnacionais no Brasil estabelecem alguns elementos de vinculação de práticas simbólicas comuns e visões de mundo dentro desse grupo (e cujos desdobramentos representam uma indicação importante de continuidade à pesquisa apresentada aqui).

Seguindo o que foi discutido no capítulo dois, a continuidade nos perfis no âmbito do poder executivo nas unidades subnacionais indica que o potencial de assimilação de interesses e visões do mundo político comuns a um grupo sem que haja necessariamente uma coalizão aberta de forças existe, ou seja, não há a necessidade da articulação formal de uma movimento para impedir a ascensão política das mulheres. As divergências e exceções abrem espaço para por em xeque esses padrões e visões de mundo, como é possível observar no caso das candidaturas de mulheres a essas posições. Ao se destacarem as diferenças entre os agentes nesse campo, foi possível estabelecer uma relação entre as marcas de exclusão e os processos de diferenciação nas trajetórias analisadas. Essas exclusões e diferenças refletem as diferenciações de gênero para o campo político e nesse espaço se desdobram em outras formas de classificação e hierarquização. O perfil de formação educacional e profissional foi um dos principais indicativos da força dos mecanismos de seleção referentes ao poder executivo subnacional em ambos os níveis.

O perfil geral das candidaturas mostrou que uma candidatura para um cargo executivo no país tem quase seis vezes mais chances de ser de um homem do que de uma mulher; que o candidato ou a candidata tem entre 49 e 51 anos; que possui o ensino superior completo nas áreas de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas; e que é um ou uma profissional liberal que já ocupou cargo na administração pública ou disputou ao menos uma eleição. Um entre cinco postulantes aos cargos no executivo subnacional é dono de empresa; um em cada quatro já participou ou participa de movimento social; tem 53,9% de chances de pertencer a um partido de esquerda, 30,9%

a um partido de direita e 15,2% a um partido de centro; e um em cada quatro é ou foi liderança em movimento sindical.

Partindo apenas dessa leitura geral foi possível estabelecer pelo menos dois grandes limitantes à plena possibilidade de ingresso na disputa política para o poder executivo no país, notadamente, a desproporção entre candidatos e candidatas, delimitando o campo relativo ao poder executivo como espaço masculino e a média de escolaridade. Considerando esse último fator, fica clara discrepância entre o nível de escolaridade médio dos brasileiros e brasileiras, que em 2010 era de 11,1% da população (PNAD, 2009), e o nível de formação daqueles que concorrem aos cargos referidos, definindo a categoria da formação acadêmica (e também profissional) como recortes socioeconômicos essenciais.

O caso das candidaturas e eleição de mulheres para esses cargos foi destacado para se refletir sobre quais os arranjos nas disputas eleitorais que estruturam a reprodução das desigualdades no campo político. O padrão das candidaturas em geral reforça a hipótese levantada aqui de que os constrangimentos do próprio campo limitam as possibilidades de uma representação justa e democrática (de modo geral, partindo do princípio que os requisitos para além dos arranjos formais para concorrer aos cargos eletivos estabelecem um corte pouco diversificado). Ao mesmo tempo, o corte em relação ao perfil das candidaturas das mulheres ilustra como esses padrões incorporam ainda outros condicionantes, de gênero, que tornam os termos da disputa política ainda mais restritivos à representação das mulheres. Esse corte que se estabeleceu também permitiu que fosse feita uma avaliação sobre a natureza das competências exigidas para se concorrer e ocupar cargos no poder executivo subnacional a partir da contraposição das carreiras de homens e mulheres, destacando que os padrões estereotípicos reproduzidos nesse campo (sobretudo, como foi visto na pesquisa, nas formações acadêmicas e profissionais e também nas relações familiares) são masculinos.

A candidata média para cargos no poder executivo subnacional tem entre 47 e 49 anos de idade, quase $\frac{3}{4}$ de chance de pertencer a um partido de esquerda e é 98,2% possível que tenha cursado o ensino superior ou ao menos começado o curso universitário, formada em cursos na área das ciências sociais aplicadas, e uma em cada quatro estava na vida política (duas em cada cinco mulheres candidatas já ocuparam cargos na administração pública) ou atua como professora. Uma em cada dez candidatas

é dona de empresa; enquanto uma em cada duas teve papel de liderança em movimento sindical.

O que ficou marcado a partir das contraposições realizadas ao longo das análises foi o desenvolvimento de um eixo diferenciado de desenvolvimento de trajetória na carreira política das mulheres, baseado, sobretudo, em elementos que já se estabelecem desde antes da entrada no campo político, como a formação acadêmica ou a área de atuação profissional, mostrando que o perfil das mulheres que entram na vida política não se aproxima, necessariamente, de um perfil masculino. Isso invalida a afirmação de que é preciso mobilizar recursos tidos como masculinos para entrada no campo político, mas que os elementos que impedem o avanço das mulheres estão localizados na própria organização do campo. A partir dessa constatação, e com base na discussão teórica desenvolvida nesse trabalho, concluo que a dinâmica das trajetórias das mulheres, ao trazer elementos novos para reflexão no momento da escolha do ou da representante pode enriquecer o debate político, se esses diferenciais são levados em consideração nas disputas. Por outro lado, um elemento que se mostrou efetivo na inclusão de homens e mulheres nas disputas políticas, as relações familiares, pode ser tomado como um elemento negativo, porque limita as possibilidades de renovação, mesmo considerando que é a partir desse caminho que algumas mulheres conseguem entrar e se manter no campo.

Com um corte relativo apenas aos eleitos e eleitas, as restrições na construção dos padrões de trajetória política dos candidatos e candidatas se mostraram ainda mais drásticas. A média de idade dos eleitos e eleitas é mais alta que o padrão geral, variando desde os 51 aos 53 anos de idade; o grau de escolaridade desses eleitos e eleitas é alto, e quase 90% deles e delas cursaram o ensino superior; eleitos e eleitas se dividem principalmente entre os partidos de esquerda, 47,2%, e de centro, 41,5%, e apenas 11,3% estão nos partidos de direita. Um em cada dois eleitos e eleitas foi formado em cursos na área de ciências sociais aplicadas; o eleito ou eleita médio tem 50% de chance de já estar na carreira política, e mais de 20% de estar em uma carreira de profissional liberal; ¼ deles e delas já atuou em algum tipo de mídia, e a mesma proporção já participou de movimentos sociais.

O perfil dos eleitos e eleitas é, em geral, socialmente mais elevado, reforçando a hipótese de que o sistema de constrangimentos que se constituem como base para a

seleção dentro do campo político é mais efetivo no desenvolvimento das trajetórias dentro dele, tendendo à criação de elites homogêneas. Dentre as seis mulheres eleitas, todas tinham curso superior completo, a média de idade entre 46 e 48 anos, e se dividem entre professoras, políticas e profissionais de comunicação, com formação em ciências sociais aplicadas e ciências humanas. Apenas uma não ocupava cargo eletivo no momento da eleição, e apenas uma participou de movimento social. Cinco das seis eram de partidos de esquerda, e uma de um partido de centro; e uma das eleitas era ligada aos meios de comunicação em seu estado.

Ao se destacarem as desigualdades de gênero, a mesma conclusão que afirmei ser possível assumir sobre as mulheres como candidatas pode ser feita em relação à trajetória política das mulheres eleitas. Em relação ao padrão geral, as mulheres eleitas demonstram que a dinâmica das trajetórias políticas das mulheres é ainda mais afetada por esse sistema de constrangimentos do que a dos homens, o que indica que a variável gênero é relevante nesse sistema, de forma negativa. Contudo, considerando o padrão médio das candidaturas das mulheres, é possível notar que se mantém as mesmas limitações também entre as eleitas: elas também são mais novas, e continuam atuando como professoras ou já na vida política, com formação nas mesmas áreas, e poucas ligações com o capital econômico.

Essas situações ilustram a dinâmica dos processos de legitimação política no subcampo do poder executivo subnacional: as candidaturas que representam possibilidades de arranjos identitários diferenciados dentro do padrão estabelecido não ganham espaço nas disputas para cargos de alta visibilidade como aqueles para o poder executivo, tanto entre homens, mas especialmente entre mulheres. As condicionantes de gênero são, em si, uma limitação à entrada no campo, e não se tornam mais específicas ou exclusivas entre as eleitas, que representam casos gerais de avanço das mulheres, no caso do poder executivo. Os critérios de seletividade – do qual as trajetórias políticas são importantes indicativos, desde a formação acadêmica e profissional às relações familiares e políticas de cada candidato ou candidata -, refletem as expectativas em relação aos agentes políticos nesse campo específico do poder executivo e, mais ainda, expõem as limitações baseadas no gênero que o sistema representativo legitima.

As análises que buscaram captar a incidência de diferentes tipos de capital na constituição do capital político nas respectivas carreiras também permitiram iluminar as

possíveis relações entre essas referências externas e o campo político. Em referência a essas análises, é importante frisar a pouca participação das mulheres no campo econômico, em contraposição a sua presença significativa nos movimentos sociais, sobretudo no movimento de mulheres, no movimento estudantil e no movimento sindical.

Contudo, foi possível observar que esses campos não têm destaque na formação da trajetória política na média do perfil das candidaturas, estabelecendo, assim, uma relação negativa entre a construção de uma carreira baseada nesses outros campos e o campo político, o que ficou claro na trajetória das mulheres candidatas. As relações com outros campos estudados, sobretudo o campo do capital delegado e familiar permitiu, por sua vez, conclusões mais complexas. A principal conclusão que se pode tirar a partir desses resultados é que o padrão de continuidade política que se forma a partir das relações familiares, tanto para homens quanto para mulheres, também permite com que novos elementos entrem na vida política de forma controlada quando as mulheres têm, por essa via, a chance de desenvolver carreiras próprias, que podem se consolidar na forma de capital delegado.

As desigualdades de gênero na esfera política não são apenas efeitos das desigualdades de gênero fora dessa esfera. A complexidade do tema está no fato de que o campo político se constitui a partir dos estereótipos de gênero externos a ele, mas também cria formas de exclusão e preconceito próprias ao campo, que orientam a forma como esse campo se organiza e funciona de forma a limitar as possibilidades de representação e ascensão das mulheres nesse espaço. A proposta de buscar compreender como essas desigualdades se configuram de forma a criar gargalos para as mulheres na disputa por acesso e espaço no campo político, para além dos constrangimentos socioeconômicos que já configuram os critérios de seletividade em âmbito eleitoral, teve como resultado, mais do que afirmações sobre as trajetórias analisadas, o destaque de algumas bases para questionamentos mais profundos sobre as trajetórias políticas das mulheres no poder executivo para investigações posteriores.

Dessa forma, o questionamento amplo que foi proposto nesse trabalho teve caráter, sobretudo, exploratório, unindo diversas frentes de análise sobre a subrepresentação das mulheres no campo político a partir dos elementos que foram propostos. Nesse sentido, todos os eixos de análise desenvolvidos aqui podem ser

aprofundados em análises posteriores, de forma isolada ou em diálogo com outros eixos ou temas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMAN, Bruce. 2006. *Nós, o povo soberano*. Belo Horizonte: Del Rey.
- ALTHUSSER, Louis. 1977. *Montesquieu: a política e a história*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- ARAÚJO, Clara. 2010. “Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina”. *Rev. Estud. Fem.*, Agosto, v.18, n. 2, pp.567-584.
- BERGER, Peter. LUCKMANN, Thomas. 1985. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. 1989. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 1996. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus Editora.
- CASTORIADIS, Cornelius. 1981. “Instituição primeira da sociedade e instituições segundas”. *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CHODOROW, Nancy. 1978. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of Berkeley Press.
- COHEN, Jean L. 1997. “Rethinking privacy: autonomy, identity and the abortion controversy”. *Public and private in thought and practice: perspectives on a grand dichotomy*. WEINTRAUB, Jeff. KUMAR, Krishan (ed.) Chicago: The University of Chicago Press.
- CORADINI, Odaci Luiz. 2001. *Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política.
- DIETZ, Mary G. 1985. “Citizenship with a Feminist Face: The Problem with Maternal Thinking”. *Political Theory* vol. 13, n.1, pp.19-37
- ELSHTAIN, Jean Bethke. 1993. *Public man, private woman*. Princeton: Princeton University Press.
- EXAME. 2011. “Os 10 homens mais ricos do Brasil, segundo a Forbes”. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/album-de-fotos/os-10-homens-mais-ricos-do-brasil-segundo-a-forbes>. Acesso em 10 de abril de 2011.

- FOX, Richard L. OXLEY, Zoe M. 2003. "Gender stereotyping in state executive elections: candidate selection and success". *The journal of politics*, vol. 65, n.3, pp.833-850.
- FRASER, Nancy. 1992. "Rethinking the public Sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy". Em: *Habermas and the public sphere*. CALHOUN, Craig. (ed.) Cambridge and London: The MIT Press.
- _____. 1997. "A rejoinder to Iris Young". *New Left Review I*, vol. 223, Maio – Junho, pp. 126-129.
- GILLIGAN, Carol. 1982. *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press.
- GROHMANN, Luis Gustavo Mello. 2001. "A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada", em *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, pp. 75-106.
- HIGGINS, Tracy E. 2000. "Reviving the public/private distinction in feminist theorizing". *Chicago-Kent Law Review*. Chicago, 75:847-867.
- HUDDY, Leonie. TERKILDSEN, Nayda. 1993. "The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of Office". *Political Research Quarterly*, vol. 46, n.3, pp.503-525.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2007. "SIS: Síntese de Indicadores Sociais 2007". Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsois2007/indic_sociais2007.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2010.
- _____. 2011. "Cartograma de Evolução Político-administrativa". Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm. Acesso em 28 de maio de 2011.
- _____. 2011. "IBGE cidades@". Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.
- _____. 2011. "IBGE estados@". Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.
- IDEA, Institute for Democracy and Electoral Assistance. 2010. "Partidos Políticos y Paridad: la ecuación pendiente". Disponível em: http://www.idea.int/publications/parties_and_parity/index.cfm. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

- KAHN, Kim Fridkin. 1996. *The political consequences of being a woman: how stereotypes influence the conduct and consequences of political campaigns*. New York: Columbia University Press.
- LAWLESS, Jennifer L. e Richard L. FOX. 2005. *It takes a candidate: why women don't run for office*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACKINNON, Catherine. 1991. *Toward a feminist theory of the state*. Cambridge: Harvard University Press.
- MANIN, Bernard. 1995. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29. São Paulo, pp. 5-34.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2002. "Os meios de comunicação e a prática política". *Lua Nova*, São Paulo, nº 55-6, pp. 155-184.
- _____. 2008. "Carreira política e gênero no Brasil". *Projeto para o Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA nº 57/2008*.
- _____. 2010. "Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres em Iris Marion Young e Pierre Bourdieu". *Revista de Sociologia e Política*, vol.18, nº 36, Curitiba, a ser publicado.
- MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flávia. 2010. "Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas". *Paper apresentado no V Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política*. Aveiro, 4 a 6 de março de 2010.
- MOUFFE, Chantal. 1992. "Feminism, citizenship and radical democratic politics". Em: BUTLER, Judith. SCOTT, Joan W. [Ed.] *Feminists theorize the political*, London, pp. 369-84.
- _____. 2005. Por um modelo agonístico de democracia. *Rev. Sociol. Polit.* n.25, pp. 11-23.
- OFFE, Claus e Helmut WIESENTHAL. 1984. "Duas lógicas da ação coletiva: anotações teóricas sobre classe social e forma organizacional", OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, pp. 56-118.
- OFFE, Claus. 1984. "Dominação de classe e sistema político. Sobre a seletividade das instituições políticas", em *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, p. 140-77.
- OLSON, Mancur. 1999. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp.
- OKIN, Susan M. 1989. *Justice, gender and the family*. New York: Basic Books.

- PATEMAN, Carole. 1989. *The disorder of women: democracy, feminism and political theory*. Stanford: Stanford University Press.
- PHILLIPS, Anne. 1991. *Engendering democracy*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.
- _____. 2001. “De uma política de idéias a uma política de presença?” *Revista Estudos Feministas*, vol. 9, nº 1. Florianópolis, pp. 268-90.
- PITKIN, Hanna F. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.
- PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2009. “SIS: Síntese de Indicadores Sociais 2010”. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2010.
- RAWLS, John. 2008. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. 2002. “Partidos, ideologia e composição social”, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17:48, pp.31-47.
- RUDDICK, Sarah. 1989. *Maternal thinking: towards a politics of peace*. Boston: Beacon Press.
- SAPIRO, Virginia. 1981. “When are interest interesting? The problem of political representation of women”. *American Political Science Review*, 75:701-16.
- SEBRAE. 2011. “Empreendedorismo brasileiro se equilibra entre gêneros”, em Agência Sebrae. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/noticia/11822439/geral/empreendedorismo-brasileiro-se-equilibra-entre-generos/>. Acesso em 01 de junho de 2011.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 2007. “No Brasil, 43% dos filiados a partidos políticos são mulheres”. Acesso em 10 de maio de 2011. Disponível em: <http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=16796>
- UNIFEM. 2009. “Quem responde às mulheres”. *Relatorio de progresso das mulheres do mundo 2008/2009*. Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000395.pdf>
- YOUNG, Iris Marion. 1990. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 1997a. *Intersecting Voices: Dilemmas of Gender, Political Philosophy, and Policy*. Princeton: Princeton University Press.

_____. 1997b. “Unruly Categories: a critique of Nancy Fraser’s Dual systems theory”. *New Left Review I*, vol. 222, Março – Abril, pp. 147-160.

_____. 2000. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 2006. “Representação política, identidade e minorias”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 67, pp. 139-90.

ANEXOS